

Leandro Freitas Couto

**O horizonte regional do Brasil e a
construção da América do Sul (1990-2005)**

Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

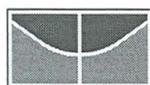
Área de concentração: História das Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa

Dissertação apresentada como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em
Relações Internacionais

Brasília – DF

2006



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Mestrado em Relações Internacionais

O horizonte regional do Brasil e a Construção da
América do Sul (1990 – 2005).

Leandro Freitas Couto

Banca examinadora:

Professor Doutor Antônio Carlos Lessa
(Orientador)

Professor Doutor Paulo Gilberto Fagundes Vizentini
(Membro)

Professor Doutor Amado Luiz Cervo
(Membro)

A Nina, minha filha e minha vida.

A Theo, Pedro, Alice, João Vinícius, Júlia e Vitória. Que esse trabalho possa servir de inspiração para vocês darem um passo adiante, sem esquecer das suas raízes sul-americanas.

AGRADECIMENTOS

A busca pelo conhecimento remete-nos a caminhos árduos e sinuosos. Percorrer esses caminhos é um exercício solitário, e requer a compreensão, apoio, incentivo e colaboração daqueles que estão ao nosso redor. Agradeço a todos que, de um modo mais ou menos intenso, executaram esses papéis no transcorrer da execução desse trabalho.

Em especial, agradeço a Flávia Teixeira Guerreiro, minha esposa amada, que inspira-me com o amor que torna tão prazerosa a vida.

A minha irmã, Angélica, com quem eu sei que sempre poderei contar. Sua presença em Brasília é um grande conforto.

A meus pais, referências eternas.

A meus amigos, conselheiros de toda hora e companhia essencial. Em particular, a Carlinha, que leu pacientemente todo o trabalho, e Fábio e Manuella, queridos e constantes companheiros.

Agradeço também o apoio institucional da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na pessoa do Secretário Ariel Pares. Mais do que colegas, agradeço os amigos do Departamento de Planejamento e Gestão Territorial, em especial a Mariana Meirelles e Elaine de Melo, com o apoio das quais pude balancear as obrigações profissionais e a aventura acadêmica. Menção e carinho especial a Alice Mânica, que revisou todo o texto.

Muito obrigado ao Professor Antônio Carlos Lessa, que me acolheu com imensa hospitalidade e orientou-me com enorme sabedoria.

A Magarete, pela companhia inseparável nas noites de trabalho.

E, acima de tudo, a Deus.

RESUMO

Esse trabalho procura demonstrar que o horizonte regional do Brasil evoluiu ao longo de sua história, tendo recentemente se circunscrito à América do Sul. O Brasil já foi americano, latino-americano e agora tenta cunhar a “sul-americanidade” na sua identidade internacional. Destaca-se que essa opção pela América do Sul, bastante presente nos discursos oficiais, é respaldada por uma séria de ações que operacionalizam a retórica diplomática e vão além da esfera econômico-comercial. A pesquisa aponta, entretanto, que a América do Sul ainda é uma região em construção, que não tem significado concreto além da sua abrangência geofísica, e iniciativas como a do Brasil contribuem fortemente para esse processo.

ABSTRACT

This dissertation seeks to show that Brazil's regional horizon have evolved towards its history. Brazil was American, then Latin American, and nowadays tries to stamp the "south-americanity" into its international identity. Emphasizes that this option for South America, frequently presents in official speeches, is complemented with several actions that lend a practical face to the diplomatic rhetorical and surpass the economic-commercial sphere. Therefore, the research points that South America is still a region in process of construction, and has not yet a concrete meaning beyond its geo-physical amplitude. So, Estates' initiatives, as Brazilian's, contribute a lot to this process.

SUMÁRIO

Lista de Siglas	8
Lista de Gráficos	10
Lista de Tabelas	10
Lista de Mapas	10
Introdução	11
Capítulo 1 – As referências regionais da identidade internacional do Brasil	14
O Brasil e o pan-americanismo	17
O encontro com a América Latina	24
A casa sul-americana	34
Quem sois, afinal?	39
Capítulo 2 – As ferramentas de afirmação da sul-americanidade brasileira	41
Área de Livre Comércio da América do Sul – ALCSA	42
Reuniões de Presidentes da América do Sul	46
A seqüência da Reunião de Brasília: o nascimento da Comunidade Sul-americana de Nações	53
Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana – IIRSA	57
Seleção de Projetos	59
A IIRSA nas primeiras luzes do Governo Lula	63
A IIRSA como instrumento da Política Exterior do Governo Lula .	68
Últimos Avanços	69
Programa de Substituição Competitiva de Importações – PSCI	71

Programa Sul-americano de Apoio às atividades de Cooperação e em Ciência e Tecnologia do Brasil com os Países da América do Sul – Prosul	73
Os reflexos sobre as estratégias de segurança	75
Ampliação da agenda integracionista: a construção do bloco sul-americano	77
Capítulo 3 – Que América do Sul?	80
O Cenário Intra-regional	81
Dimensão econômica	82
Setor social	90
Fluxos intra-regionais	93
Os olhares acerca da construção das regiões e o lugar da América do Sul	107
Conclusão	115
Bibliografia	119
Livros e Artigos	119
Discursos e Documentos Oficiais	124
Outras Fontes	126
Anexos	130
Importações por países, segundo origem selecionada	130
Exportações por países, segundo destino selecionado	141

LISTA DE SIGLAS

AIC – Agenda de Implementação Consensuada da IIRSA
ALADI – Área Latino-americana de Integração
ALALC – Associação Latino-americana de Livre Comércio
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA – Área de Livre Comércio da América do Sul
ALPRO – Aliança para o Progresso
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAN – Comunidade Andina de Nações
CAF – Corporação Andina de Fomento
CASA – Comunidade Sul-americana de Nações
CCT – Comitê de Coordenação Técnica da IIRSA
CDE – Comitê de Direção Executiva da IIRSA
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe
EUA – Estados Unidos da América
FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FONPLATA – Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
GATT – General Agreement of Trade and Tariffs
GTE – Grupo de Trabalho Executivo da IIRSA
IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana
NAFTA – North America Free Trade Area (Área de Livre Comércio da América do Norte)
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
OEA – Organização dos Estados Americanos
OMC – Organização Mundial de Comércio
OPA – Operação Pan-Americana
PEI – Política Externa Independente
PIB – Produto Interno Bruto

PROSUL - Programa Sul-americano de Apoio às atividades de Cooperação e em
Ciência e Tecnologia do Brasil com os Países da América do Sul

PSCI – Programa de Substituição Competitiva de Importações

SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia

UE – União Européia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 3.1 – Participação relativa por país no PIB da América do Sul em 2004

GRÁFICO 3.2 – Evolução da participação relativa por país no PIB da América do Sul (a)

GRÁFICO 3.3 – Evolução da participação relativa por país no PIB da América do Sul (b)

GRÁFICO 3.4 – Evolução do PIB da América do Sul

GRÁFICO 3.5 – PIB *per capita* 2004

GRÁFICO 3.6 – Distribuição de Renda na América do Sul – 2005

GRÁFICO 3.7 – Níveis de preço comparativos e Índices de Consumo Domiciliar *Per Capita* / Média Regional

GRÁFICO 3.8 – Importações Intra-regionais

GRÁFICO 3.9 – Exportações Intra-regionais

GRÁFICO 3.10 – Comércio intra-regional, por bloco

GRÁFICO 3.11 – Exportações Sul-americanas

GRÁFICO 3.12 – Entrada de Turistas no Brasil

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1 – Operações Contratadas do BNDES para a América do Sul

TABELA 3.1 – Investimentos em Educação – 2002

TABELA 3.2 – Taxa de Analfabetismo entre Jovens de 15-24 anos

TABELA 3.3 – Relações Comerciais no Cone Sul, 2004

TABELA 3.4 – Estrutura de Comércio dos Países Sul-americanos

LISTA DE MAPAS

MAPA 2.1 – Agenda de Implementação Consensuada – IIRSA

MAPA 3.1 - Principais pares comerciais na América do Sul – 2004

MAPA 3.2 - Principais conexões na América do Sul

INTRODUÇÃO

Os países sul-americanos têm uma reconhecida vocação costeira. Desde os tempos em que foram descobertos para a História moderna do ocidente e introduzidos na vida internacional como colônias de potências européias, as suas principais conexões com o estrangeiro fluem por via marítima no sentido da Europa, em primeira instância, e da América do Norte, a partir do século XIX.

A dinâmica contemporânea das relações internacionais não conseguiu inverter totalmente essa tendência. Todavia, atualmente a América do Sul está muito mais presente na realidade da sociedade brasileira do que jamais esteve. As sociedades sul-americanas trilham, já há alguns anos, os caminhos que podem levá-las a uma maior aproximação.

Há uma crescente veiculação da imagem sul-americana que pode sugerir que o continente, por conta da geografia, sempre foi o horizonte regional natural com o qual o Brasil cunhou sua identidade internacional. Uma reflexão sobre essa questão lança a primeira grande pergunta orientadora da presente pesquisa: como evoluíram as percepções brasileiras quanto ao seu horizonte regional?

Acima das sociedades, esse é também um movimento compartilhado pelos Estados, ou pelo menos por alguns deles. No caso brasileiro, a análise dos discursos e das articulações endossadas pelos formuladores da política externa nacional demonstra que a América do Sul está cada vez mais presente como referência regional do país.

Uma das principais motivações motrizes deste trabalho é justamente entender o contexto no qual se insere um conjunto de iniciativas levadas a cabo pelo Governo brasileiro com um foco explícito na América do Sul. A região passou a ser referência para, além do discurso e retórica diplomáticos, ações concretas que ganham gradativamente espaço e relevância na agenda nacional.

Ademais, tão importante quanto entender “*Por que América do Sul?*”, é também investigar “*Que América do Sul?*”. A escolha da regionalização adequada relaciona-se estreitamente com a construção de uma coesão interna, que viabilize um reconhecimento mútuo de todos os países da região como partícipes de uma mesma unidade e a percepção desta unicidade por parte dos atores extra-regionais.

Para tratar dessas questões, esse trabalho divide-se em três capítulos, além da conclusão e desta introdução. No primeiro capítulo, faz-se uma leitura, por meio de pesquisa bibliográfica e da análise de alguns discursos de personalidades políticas do país, da evolução das referências regionais do Brasil e da sua política externa.

O marco temporal de início em 1990 justifica-se pela percepção de que, a partir dessa data, começa a ganhar corpo um processo, que se fortalece na segunda metade da década, de inflexão nas demarcações do horizonte regional do país. Com o fim da Guerra Fria e o ressurgimento dos regionalismos, a América Latina perde funcionalidade como referência identitária ao mesmo tempo em que a alternativa sub-regional, simbolizada pelo Mercosul, mostra-se incompleta na sua amplitude e insuficiente no seu escopo.

O segundo capítulo apresenta uma série de iniciativas que instrumentalizam a introspecção da sul-americanidade na identidade internacional do país. Um lado mais concreto que, sendo causa ou consequência desta virada do Brasil para o oeste, robustece a construção da região, paralelamente a tantos outros recursos utilizados no fortalecimento e na consolidação de sentimentos de coletividade.

Foram mapeadas iniciativas em dimensões variadas que ultrapassam os limites das áreas econômica e comercial. Centro de um grande número de arranjos de integração regionais, a esfera comercial não explora todas as potencialidades que a construção de um bloco integracionista permite. No cenário sul-americano, a sua importância não é diminuída, mas compassada com um conjunto de ações em áreas como educação, cultura, infra-estrutura, segurança e ciência e tecnologia.

No terceiro e último capítulo, analisa-se o grau de maturidade e solidez da América do Sul enquanto um bloco regional, pretensamente integrado. Dissecando dados quantitativos e qualitativos, buscou-se compreender a região para além do conceito geofísico, do seu ambiente geográfico natural, com um olhar específico sobre as dinâmicas intra-regionais e as heterogeneidades e desequilíbrios que marcam o continente sul-americano.

Para esse exercício, amparou-se em conceitos da teoria das relações internacionais a respeito da formação de blocos regionais e avançou-se numa apropriação de definições caras à Geografia que dizem respeito à formação de redes pelas quais se assentam fluxos que conectam os espaços locais às dinâmicas nacional, regional e global. Com isso,

ressaltou-se o papel dos Estados Nacionais, particularmente aqueles que compõem a região, na indução e orientação de um processo, ainda inconcluso, de construção da América do Sul.

Dentro dessa perspectiva, o trabalho desenvolvido ancora-se numa linha argumentativa apoiada em quatro pontos principais. O primeiro deles é de que a articulação do conceito de América do Sul como componente da sua identidade internacional é um aspecto recente na história do Brasil. O segundo aspecto está em demonstrar que essa mudança na referência regional do país não se bastou no plano retórico, mas foi respaldado por uma série de ações que emprestam concretude às manifestações políticas.

Esse movimento brasileiro insere-se num contexto no qual a América do Sul apresenta-se como um conceito ainda fluido. Os dados indicam que não faz sentido falar de uma região sul-americana para além da sua geografia física. Assenta-se aí o terceiro aspecto basilar de toda a argumentação desenvolvida.

A constatação de que a América do Sul ainda é uma região a construir não invalida a iniciativa brasileira, pois se defende que os Estados têm um papel central na organização dos espaços que estimulem a formação do bloco regional. Nesse aspecto reflete-se o quarto e último ponto do trabalho, em que se insinua o tamanho dos obstáculos a transpor e a distância do caminho a percorrer para se alcançar a efetiva integração sul-americana.

CAPÍTULO 1 – AS REFERÊNCIAS REGIONAIS DA IDENTIDADE INTERNACIONAL DO BRASIL

A projeção internacional de um país deve ser precedida pela identificação dos seus interesses nacionais. Identificar esses interesses, segundo Celso Lafer, é “um problema prático e um exercício diário da representação da identidade coletiva de um país”.¹ Para Lafer, à diplomacia caberia a função de Estado de intermediação externa entre o país e o mundo, partindo de uma determinada visão da identidade coletiva.

Essa identidade, na definição de Lafer, pode ser entendida como “um conjunto mais ou menos ordenado de predicados por meio dos quais se responde a pergunta: Quem sois?”.² Ao se deter especificamente sobre a identidade internacional do Brasil, o autor esclarece que esta seria “um conjunto de circunstâncias e predicados que diferenciam a sua visão e seus interesses, como ator no sistema mundial, dos que caracterizam os demais países”.³

O Brasil, no curso de sua atuação internacional, utilizou-se de diferentes referências regionais que forneceram distintas plataformas para a articulação de seus movimentos no continente americano e no mundo. Essas referências regionais, que fazem parte da identidade internacional do país, remetem a conceitos diferentes, muitas vezes dissonantes, e refletem percepções distintas do arranjo regional e da inserção do Brasil nesse concerto.

A independência política de Portugal não significou ao Brasil a assunção imediata de sua vertente americana. A sua ligação com a África negra e suas relações com a Europa, principalmente com a ex-metrópole ibérica e com a Inglaterra, continuavam a lhe conferir uma vertente geo-econômica atlântico-africana.⁴ Além disso, a forma de governo monárquica singularizava o país num continente que se identificava com a forma republicana.

Com o advento da república, o Brasil imediatamente precipitou-se em promover uma “americanização” da sua política externa. Associou automaticamente a sua

¹ LAFER, Celso. **A identidade Internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 16

² Idem. p. 15.

³ Ibidem p. 20.

⁴ MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil. (1808-1912)** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna. 1997.

identificação com o restante dos países republicanos da América a uma ruptura simbólica com as potências européias. Mas o que, de fato, significou essa americanização?

Principalmente a partir de Rio Branco, a introspecção de uma vertente americana indicou uma aproximação do Brasil com os Estados Unidos e com sua estratégia continental. Rio Branco apoiava o movimento pan-americanista advindo de Washington, e tratava de lhe conferir um caráter instrumental para a estratégia de inserção regional do país. O Brasil enquadrava-se na moldura do pan-americanismo, e fazia disso parte do seu capital diplomático.

No entanto, ainda no século XIX, a história das Américas acentuaria o grau de bifurcação entre os caminhos percorridos por suas distintas partes. Principalmente, a economia distinguiria dois importantes conjuntos de países. Por um lado, destacar-se-ia uma América Anglo-saxã, incluindo Estados Unidos e Canadá, que conseguiu promover uma modernização da sua economia e, no caso particular do primeiro, tornar-se a potência econômica hegemônica do século XX. De outro lado, a América Latina, que manteria por mais algumas décadas o padrão de estruturação de sua economia nos moldes observados no período colonial.⁵

No decorrer do século XX, essa distinção foi se tornando cada vez mais clara. O termo “América” passou a ser suficiente para remeter aos Estados Unidos, e aos países ao sul do Rio Grande passou a bastar a generalização de “Latinos”. Em 1948 foi criada a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL (somente em 1984 agregaria “Caribe” no nome), o que significava um reconhecimento institucional à região.

No período pós-Segunda Guerra Mundial, e mais intensamente com a *détente* entre as duas superpotências que protagonizavam a Guerra Fria, na década de 60, a América Latina ganhou espaço como ator internacional, num momento em que surgiam novas forças políticas no cenário mundial. O realce de interesses e objetivos comuns, em meio à diversidade que sempre marcou os países da região, incitou uma configuração regional que se contrapunha à América do Norte e aos Estados Unidos em particular.

Conquanto as disparidades criassem empecilhos à consecução de projetos integracionistas capazes de abranger todos os países da região, a América Latina converteu-

⁵ SINGER, Paul. **América do Sul**: 2006 – da Geografia à História. Artigo apresentado por ocasião do Seminário América do Sul: 2006, realizado no Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1997. Texto disponível em <http://www2.mre.gov.br/ipri/Papers/AmericadoSul/Artigo17.doc>. Último acesso: 20/07/2006.

se na referência regional da diplomacia brasileira. Mesmo que inconstante, substituiu a vertente “pan” ou interamericana da identidade internacional do Brasil.

Na década de 1980, a referência latino-americana perdeu força com a crise financeira que assolou a região e, particularmente, com as mudanças impostas pela queda do império soviético. Países de grande peso no arranjo regional, como Argentina, México e Brasil, enfrentavam um problema de alto endividamento externo, mas não foram capazes de articular suas forças, em torno da identificação latino-americana, para perseguir um tratamento político para a questão.

Por seu turno, o fim da Guerra Fria indicou a queda do bipolarismo político-militar. Nesse momento, os Estados Unidos contavam com uma poderosa máquina de guerra advinda da corrida armamentista do período anterior que os colocava numa posição de incontestável liderança mundial. No campo econômico, porém, a posição norte-americana era questionada por outros países, como a Alemanha e o Japão, o que gerava uma diferença entre a concentração do poder político e do poder econômico mundial.

Do lado soviético, ocorreu um processo de “atomização”. Novos países surgiam alimentados por um nacionalismo até então sufocado por Moscou e ingressavam, gradativamente, na zona de influência do bloco europeu. Dallanegra⁶ indica que, diante desse processo, aos Estados Unidos restou a iniciativa de formar arranjos regionais para garantir seu espaço estratégico e tentar resolver os problemas de sua balança comercial.

Nesse contexto, surge o *North America Free Trade Area – NAFTA*, que anexou a economia mexicana à norte-americana. Da mesma forma, os EUA já exerciam um forte poder de atração nos países centro-americanos e caribenhos. Assim, a América Latina foi perdendo funcionalidade como elemento identitário dos países da região.

O processo de aproximação entre Brasil e Argentina, por sua vez, abria caminho para a formação de um arranjo sub-regional de integração, culminando com a criação do Mercado Comum do Sul – Mercosul. Foi, então, no novo bloco comercial que o Brasil buscou a nova referência regional da sua identidade internacional. O dinamismo inicial do Mercado Comum reforçava essa idéia, mas o seu rápido declínio indicava a necessidade de

⁶ DALLANEGRA PEDRAZA, Luis. **Relaciones Políticas entre Estados Unidos y América Latina: ¿Predominio monroista o unidad americana?** Buenos Aires: Edic. del Autor, 1994

ampliação do horizonte regional que abrigasse um Brasil que era, em si mesmo, maior que o Mercosul.

Com isso, a América do Sul, que sempre constou das considerações geopolíticas brasileiras, passou a representar a plataforma regional que referencia a estratégia de inserção internacional do Brasil. Algumas luzes foram lançadas nessa direção em meados da década de 1990, mas é no início do século XXI que essa tendência parece se consolidar.

A distância temporal ainda não permite afirmar se essa referência trará resultados práticos em termos da integração e do desenvolvimento dos países da região. O que é passível de constatação é que ela representa um ponto de inflexão quanto ao período anterior, fato que o discurso oficial diplomático reluta em aceitar, traduzindo por continuidade o que, em realidade, representa ruptura.

Por fim, ressalta-se que esses diferentes componentes que conformaram, no seu devido tempo, ou ainda conformam a identidade internacional do país, não limitam suas estratégias ou sua movimentação regional e global. Orientam, contudo, as perspectivas, expectativas e formas da relação do país tanto com seus vizinhos como com seus parceiros extra-regionais.

O Brasil e o pan-americanismo

A identificação do Brasil com o movimento pan-americanista não se deu automaticamente com o advento da república, em 1889. Demétrio Magnoli aponta que esse processo se materializou durante a longa gestão de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão de Rio Branco, à frente do Ministério das Relações Exteriores, de 1902 a 1912, quando o Brasil absorveu o pan-americanismo como “concepção do mundo e doutrina diplomática”.⁷

Segundo argumenta Seixas Corrêa, “em diplomacia as percepções são freqüentemente, até mais do que os eventos, os propulsores primários da política”.⁸ Isso porque, segundo Cohen, há um hiato entre o “mundo real” e a percepção que o dirigente faz

⁷ MAGNOLI, Demétrio. 1997. Op. Cit. p. 207

⁸ SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe de. Política Externa e Identidade Nacional Brasileira. In. **Política Externa**. Vol 9, nº 1 (jun, jul, ago). 2000. p. 25.

desse mundo, o que inclusive poderia indicar decisões equivocadas advindas de compreensões inadequadas da realidade.⁹

Alexandra de Mello e Silva demonstra que as percepções de Rio Branco acerca das relações internacionais, que definiam sua “visão de mundo”, eram marcadas por três componentes fundamentais e complementares: concepção realista das relações internacionais; percepção da emergência dos EUA como pólo de poder; e relações com América Hispânica.¹⁰

De acordo com a sua visão da dinâmica entre os Estados, o patrono da diplomacia brasileira valorizava a dimensão simbólica do poder nacional, buscando a ampliação da margem de manobra do país no cenário regional e ampliação de seu prestígio internacional. O Barão ajudou a consolidar uma série de princípios que são invocados para denotar a continuidade e coerência da diplomacia brasileira: pacifismo, igualdade jurídica entre os Estados e respeito ao direito internacional. Ressalta-se que isso não significava displicência aos recursos militares, tanto que Rio Branco preconizava um Estado forte militarmente e bem armado, capaz de fazer frente a seus vizinhos sul-americanos.

Essa forma de entender as relações internacionais, somada à percepção do aumento da influência norte-americana no cenário continental e mundial, significou a valorização das relações com os EUA como forma de ampliar o prestígio nacional e aumentar o capital simbólico da diplomacia brasileira. Luiz Felipe Lampreia definia assim o pensamento de Rio Branco no que se refere às relações Brasil-Estados Unidos:

*A rationale de Rio Branco era clara. Os Estados Unidos eram a principal potência do Continente americano e estavam prestes a tornar-se a principal potência mundial. Manter as melhores relações possíveis com eles era condição necessária para assegurarmos tranqüilidade em nossa política regional, que visava a obter a solução sistemática de todas nossas questões fronteiriças.*¹¹

De fato, operacionalizou-se, nessa época, uma aliança tática com os EUA. O Brasil e o “grande irmão do norte” identificavam-se nas suas diferenças. Eram dois estranhos no

⁹ COHEN, Samy. Decisão, poder e racionalidade na análise de política externa. In. SMOUTS, Marie-Claude (org). **As novas relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

¹⁰ SILVA, Alexandra de Mello e. O Brasil no continente e no Mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. **Revista Estudos Históricos**. História e Região - nº 15 - 1995/1. CPDOC

¹¹ LAMPREIA, Luiz Felipe. **Diplomacia Brasileira: Palavras, contextos e razões**. Rio de Janeiro: Lacerda Ed. 1999. p. 102.

continente americano. Tinham língua, cultura, história, dimensões geográficas e base étnica diferenciadas do restante da América. Nesse sentido, o Brasil seria a contrapartida sul-americana dos EUA. A aproximação responderia, entre outros, a uma tentativa de evitar o seu isolacionismo no continente.

Essa aproximação política com os Estados Unidos era também o resultado de uma relação comercial que vinha se adensando intensamente desde a segunda metade do século XIX. Bradford Burns, citado por Ricupero, aponta que os EUA haviam se tornado o maior importador do café brasileiro desde 1865, e a partir de 1870 passaram a responder por mais da metade das vendas brasileiras do produto.¹² Segundo Bueno, os “homens da república buscavam colocar num mesmo patamar as relações econômicas e políticas entre as duas nações”.¹³

Lampraia, em palestra no Council on Foreign Relations de Nova York, em 1995, reconhecia que os Estados Unidos convertiam-se, durante a gestão do Barão de Rio Branco no Itamaraty, numa das referências centrais da política exterior brasileira.¹⁴ Na construção de uma aliança especial com os EUA, o Brasil passou a defender a Doutrina Monroe, utilizando-a a seu favor nas pendências fronteiriças com a Guiana Inglesa e a Guiana Francesa. No entanto, tentou destituí-la de seu conteúdo *diktat*, associando-a ao pan-americanismo.¹⁵

Para Paranhos Júnior, o pan-americanismo era um movimento de cooperação hemisférica baseado em princípios genéricos – cordialidade, amizade, fraternidade, paz, harmonia, promoção comercial – com o epicentro no norte das Américas. Traduzia a garantia que os EUA representavam para as independências latino-americanas.

O Barão era cético quanto à possibilidade de formação de um bloco hispano-americano capaz de se opor aos EUA, descartando, assim, a vertente bolivariana do pan-americanismo. Com a bagagem histórica dos movimentos no sistema platino ao longo do século XIX, o Brasil via os vizinhos com desconfiança e suspeita. Nesse ponto, a diplomacia de Rio Branco apresentava claros traços de continuidade em relação à

¹² RICUPERO, Rubens. **Rio Branco: O Brasil no mundo**. Rio de Janeiro: Petrobrás/Contraponto. 2000

¹³ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2ªed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. p. 173.

¹⁴ Palestra de Luiz Felipe Lampraia no Council on Foreign Relations de Nova York, em 1995. In. LAMPREIA, Luiz Felipe. 1999. Op.Cit. p. 112

¹⁵ SILVA, Alexandra de Mello e. 1995. Op. Cit.

diplomacia imperial, particularmente do II Reinado. Isso se fez sentir especialmente no Prata e nas relações com a América Hispânica.

Portanto, uma americanização da política exterior no princípio da era republicana no Brasil significou, acima de tudo, uma aproximação pragmática com os Estados Unidos e, como consequência, uma identificação com a proposta norte-americana de integração continental. Segundo Magnoli:

Se o Segundo Império já estava, do ponto de vista geopolítico, confinado à América, apenas o advento da República, com toda a sua carga simbólica de ruptura com o passado, transformou-a na “nossa *circunstância*”. Mas o horizonte americano estava definido, nessa época, pela noção pan-americana, e não pela de América Latina.¹⁶

Em consonância com as suas convicções acerca da dinâmica internacional, Rio Branco promoveu a legação brasileira em Washington ao nível de embaixada, em 1905, e para lá nomeou Joaquim Nabuco como o primeiro embaixador brasileiro nos Estados Unidos. Ao contrário do Barão, Nabuco tinha um perfil mais idealista, o que algumas vezes implicava posições opostas entre os dois. O embaixador considerava que a definição dos cálculos estratégicos brasileiros deveria ser consoante com as percepções sobre a arena internacional produzidas a partir de Washington e que, em consequência, a diplomacia brasileira deveria ser construída considerando, em primeira instância, as indicações emanadas da capital estadunidense.¹⁷

Julgava também que o espírito americanista implicava uma ruptura com a Europa e entendia que a aliança do Brasil com os países do sul da América poderia gerar empecilhos no relacionamento com os EUA. Para ele, o pan-americanismo cumpriria seu papel na formação de uma “zona livre e neutra, de paz”. Mais ainda, desenvolveu e propagandeou um projeto de União Americana.¹⁸

Joaquim Nabuco, segundo aponta Demetrio Magnoli, foi o primeiro a usar a expressão “pan-americanismo” no Brasil¹⁹. Silva aponta o embaixador como o precursor do *americanismo ideológico*, que permaneceria em concepções posteriores da diplomacia

¹⁶ MAGNOLI, Demetrio. 1997. Op. Cit. p. 217-218.

¹⁷ PENNA, J. O. de Meira. **Política Externa**: Segurança & Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

¹⁸ SILVA, Alexandra de Mello e. 1995. Op.Cit.

¹⁹ MAGNOLI, Demetrio. 1997. Op. Cit. P. 212.

brasileira, “construído a partir de crenças que tendem a privilegiar fatores de ordem normativa e/ou filosófica na justificativa da aliança”²⁰.

Rio Branco, porém, não ia tão longe. Tratava de utilizar o capital diplomático angariado com a relação especial entre o Brasil e os Estados Unidos para fortalecer a sua posição regional. “Sob a dinâmica do funcionamento do pan-americanismo, a meta estratégica consistia em consolidar a posição brasileira como elo entre os Estados Unidos e a Hispano-América”²¹.

A partir da plataforma fornecida pelo pan-americanismo, o Brasil lançava sua estratégia de inserção regional e internacional. Mesmo o mais concreto projeto integracionista regional lançado por Barão, o Pacto ABC, não sinalizava para uma introspecção da “sul-americanidade” na identidade da nação. A aproximação entre os três maiores países do Cone Sul, Argentina, Brasil e Chile, deveria se dar em consonância com as intenções de Washington.

O Pan-americanismo, nos moldes propagados pelos Estados Unidos, bebia diretamente da fonte que vertia os preceitos da Doutrina Monroe. Com Theodore Roosevelt, que presidiu os EUA de 1901 a 1909, a doutrina que propagava a defesa da integridade territorial do continente frente a possíveis agressões européias passou a defender a intervenção norte-americana nos Estados que se mostrassem incompetentes para manter a governabilidade interna.

O Barão não se contrapôs ao Corolário Roosevelt da doutrina Monroe. Aceitava um darwinismo realista, o que justificava um intervencionismo norte-americano e expressava as preocupações que nutria acerca de seus vizinhos instáveis e caóticos.

Do ponto de vista hispano-americano, no entanto, o movimento pan-americanista não atendia aos interesses dos países da América Meridional. Robledo aponta que o próprio termo “pan-americanismo” era relacionado com processos similares que ocorriam no continente europeu nos quais havia uma pretensão de afirmação da preponderância do país patrocinador, como nos casos do Pan-Germanismo (Alemanha) e do Pan-Eslavismo

²⁰ SILVA, Alexandra de Mello e. 1995. Op.Cit. p. 14.

²¹ MAGNOLI, Demetrio. 1997. Op. Cit. P. 215.

(Rússia).²² Essa percepção teria levado os países da região a propagarem o uso do termo “interamericano”, ao invés de pan-americano.

De fato, não havia um “sentimento pan-americano” entre as repúblicas americanas, o que inclusive já tinha levado os Estados Unidos e os países hispano-americanos a adotarem posições divergentes na condução dos temas centrais da I Conferência Pan-americana, realizada em 1889, em Washington.

Um acercamento do continente, sob a sombra norte-americana, não interessava às suas relações com o velho continente. A Argentina, em particular, que ainda mantinha fortes vínculos com a Europa e com a Inglaterra em especial, defendia relações das nações do novo continente com “todos os povos da terra”, sendo contrária, portanto, à conformação de um bloco americano restrito às influências estadunidenses.

Ainda segundo Robledo, a reunião de 1889 teria servido para dar uma sensação de unidade aos países hispano-americanos na defesa de sua idéia de América. Para ele, o pan-americanismo não apresentava uma real consistência justamente por essa falta de identificação da grande maioria das nações do continente com a sua ideologia.

Na visão do Barão do Rio Branco, as Américas eram divididas entre o Brasil, Estados Unidos e a América-hispânica. Em outros termos, a identificação do Brasil ao pan-americanismo traduzia-se numa identificação com os Estados Unidos. Penna salienta justamente que o diálogo bilateral entre os Estados Unidos e os países da América Latina era a forma mais usada no funcionamento do sistema interamericano.²³ E Magnoli reconhece nessas relações bilaterais “assimétricas” entre os EUA e os demais países da região a corrosão das bases do pan-americanismo e o fortalecimento da idéia de uma unidade latino-americana.²⁴

Ricupero identifica que, dessa dinâmica das relações entre os dois grandes da América, Rio Branco acabou por consolidar o primeiro paradigma da história diplomática brasileira, que ainda orientaria por mais algumas décadas a política externa do país. O paradigma Rio Branco seria baseado em três pilares: convergência ideológica; aspecto

²² ROBLEDO, A.G. **Idea y Experiencia de América**. México / Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1958.

²³ PENNA, J. O. de Meira. 1967. Op. Cit.

²⁴ MAGNOLI, Demetrio. 1997. Op. Cit.

pragmático e harmonização entre os interesses dos Estados Unidos e da América Latina ²⁵ (melhor seria América Hispânica).

Segundo o embaixador, os valores e padrões do Barão eram semelhantes aos vigentes em Washington, o que facilitava uma convergência ideológica. Porém, essa convergência não limitava a justificativa para a adoção da política pró-norte-americana do Barão, que a delineava seguindo também um cálculo estratégico que considerava os interesses e objetivos da diplomacia brasileira. Por fim, o complexo desafio de articulação entre o “eixo preferencial” com Estados Unidos e o eixo das relações com a América Hispânica culminava, muitas vezes, com a subordinação do segundo ao primeiro.

Com o que foi exposto até o momento, pode-se inferir algumas conclusões parciais. Em primeiro lugar, a identificação com a América não esteve intrínseca ao Brasil desde o seu nascimento como estado independente. Em segundo lugar, essa identificação não se deu automaticamente com o advento da república e, quando ocorreu, teve por horizonte o pan-americanismo, e não o latino-americanismo.

Ao movimento pan-americanista, porém, não se identificavam boa parte dos Estados hispano-americanos, que cunhavam uma identidade própria. Portanto, a vertente regional da identidade internacional do Brasil ligada ao pan-americanismo era, em grande medida, refletida nas suas relações especiais mantidas com os Estados Unidos.

Nessas bases, na medida em que a sociedade brasileira e o desafio de inserção internacional do país foram se tornando mais complexos, a partir de 1930, um alinhamento com as posições de Washington ficava gradativamente mais difícil. Com um projeto desenvolvimentista em curso e com as profundas mudanças na arena internacional trazidas pelos dois conflitos mundiais e pela Guerra Fria, o Brasil foi buscar uma nova referência regional a partir da qual pudesse projetar suas ações de política externa no continente e no mundo. Essa referência seria encontrada na unidade latino-americana, que ganhou força a partir dos anos 1950 e 1960.

²⁵ RICUPERO, Rubens. 2000. Op. Cit.

O encontro com a América-Latina

O termo “América Latina” tem origem na França de Napoleão III, que na década de 1860 lançava-se em uma aventura ultramarina rumo ao México onde, em 1862, coroou como imperador Maximiliano de Habsburgo. Na esteira da ação em terrenos americanos, a odisséia francesa assentava-se num discurso que tentava, ao mesmo tempo, separar a América do Norte do restante das Américas e aí forjar uma nova identificação cultural em torno de uma referência que abrangesse a própria França.

A América Latina diferenciava-se assim também dos rótulos de Hispano-América ou Ibero-América. Magnoli interpreta a postura francesa como um “moroísmo às avessas”, o qual destinava-se a defender os latinos, e no caso particular, o México, do afã imperialista norte-americano.²⁶

No entanto, ainda era precoce falar em unidade latino-americana, que naquele momento de formação dos estados nacionais, era envolta por um cenário de conflitos fronteiriços entre vários países. O México restava sob influência direta dos Estados Unidos, particularmente depois das perdas territoriais que este lhe impunha, e Brasil e Argentina nutriam uma rivalidade aguda no Prata.²⁷

Enquanto o Brasil tentava se desvincular da Europa e da influência inglesa, por conseqüência, associando-se cada vez mais ao pan-americanismo estadunidense, a Argentina optou por manter sua estratégia de inserção internacional fortemente vinculada ao Reino Unido. Isso indicava também duas posturas diferentes frente aos vizinhos: o Brasil, por conta de sua relação especial com os Estados Unidos, pretendia ser o elo entre os países hispânicos e a nova potência do norte das Américas, enquanto a Argentina rivalizava por uma maior influência sobre os países da região, tentando se projetar como uma liderança regional.

Se a Reunião Pan-americana de 1889 já havia servido para emprestar uma mais ampla consciência coletiva ao grupo hispano-americano, o latino-americanismo foi gradativamente ganhando força dentro do sistema interamericano. A criação da CEPAL, em 1948, serviu para oficializar a América Latina, reconhecendo uma região que vinha se

²⁶ MAGNOLI, Demetrio. 1997. Op. Cit.

²⁷ Sobre a falta de unidade latino-americana nas origens do panamericanismo, ver DALLANEGRA PEDRAZA, Luis. 1994. Op. Cit.

robustecendo como unidade no sistema interamericano a partir das suas relações com os EUA.

As reflexões cepalinas serviram para cunhar uma identidade própria à América Latina, baseada numa nova interpretação da economia mundial. De acordo com as teses defendidas por Raul Prebisch, a depreciação dos termos de troca entre os países subdesenvolvidos e periféricos com o centro desenvolvido impunha grandes obstáculos ao desenvolvimento dos primeiros. Isso justificava a adoção de medidas protecionistas e consubstanciava as demandas dos países latino-americanos por ajuda internacional dos países centrais. Esse tipo de recomendação invariavelmente colocava os EUA e a América Latina em posições opostas nas negociações internacionais, o que acabava reforçando o entendimento de uma identidade latino-americana.

Também foi com o apoio da CEPAL que se elaborou a proposta de criação de uma Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC, em 1960. O suporte teórico defendia que o desenvolvimento estimulado por um processo de substituição de importações implicava importações crescentes de bens de produção. Para não se depararem com o problema da indisponibilidade de divisas externas, as exportações deveriam ganhar força. Como os produtos primários não têm uma demanda bastante elástica, a resposta viria da exportação de produtos manufaturados por meio do fortalecimento do comércio intra-regional.

Novamente, as articulações cepalinas iam de encontro às pretensões estadunidenses, que viam na ampliação do comércio intra-regional latino-americano uma concorrência direta na região que representava o segundo maior mercado para as suas exportações. Ainda, contrariavam sua intenção de vincular todo o continente em um bloco formado sob sua liderança, proposta que vinha articulando desde o encontro de Washington de 1889 e nas diversas conferências interamericanas que ocorreram no transcorrer do século XX.²⁸

Fernando Guimarães Reis aponta a Conferência dos Chefes de Estado Americanos, realizada em Punta Del Este, em 1967, como um ponto de inflexão no movimento pan-

²⁸ SINGER, Paul. 1997. Op. Cit.

americano. A declaração de Punta Del Este/1967 representou, segundo Reis, o “batismo formal da ‘unidade latino-americana’, distinta da ‘solidariedade dos povos americanos’”.²⁹

Atkins também observa o nascimento de uma unidade latino-americana a partir da interação com os EUA. O autor argumenta que

Os Estados Unidos criaram uma unidade entre alguns dos países desunidos da América Latina, tanto consciente como inconscientemente. A unidade latino-americana foi estimulada em parte pela síndrome atração-repulsão entre a América Latina e os Estados Unidos e em parte pelas explícitas tentativas norte-americanas de unificar a região sob a sua liderança.³⁰

O contexto internacional da década de 1960 propiciava o surgimento de novas forças políticas. Configurava-se uma distensão das relações entre as duas potências antagônicas, Estados Unidos e União Soviética, com fortalecimento da multipolaridade. O mundo capitalista começava a enfrentar uma grave crise econômica depois do crescimento vivenciado no pós-Segunda Guerra Mundial, e a posição hegemônica dos EUA no campo econômico passou a ser contestada pela Europa Ocidental, principalmente pela Alemanha, e pelo Japão. No campo político e militar, a política externa norte-americana também sofria revezes. A campanha no Vietnã incitava questionamentos da própria sociedade estadunidense quanto ao seu papel nas relações internacionais, e sua retirada negociada do combate demonstrava seus limites de atuação.

Do outro lado, a URSS também sofria constrangimentos dentro do seu próprio bloco. Suas relações com a China representavam mais uma frente de embate. A Tchecoslováquia, seguida pela Iugoslávia, Hungria e Polônia questionavam as orientações emanadas por Moscou. Além disso, os países socialistas não escapavam ilesos da crise que assolava o mundo capitalista e sinais de escassez já eram notados.

Nesse contexto, o qual abria espaço para uma atuação mais assertiva dos países do então chamado Terceiro Mundo, verificava-se também uma ascensão de regimes de esquerda na América Latina, que oferecia condições para que ocorresse uma maior

²⁹ REIS, Fernando Guimarães. O Brasil e América Latina. In. FONSECA JUNIOR, Gelson. & CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de.(orgs) **Temas de Política Externa Brasileira II**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994. 2ª ed. Vol. 2.

³⁰ ATKINS, Pope. **América Latina en el sistema político internacional**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano. 1991. p. 272-3

aproximação política entre eles. O discurso reivindicatório ganhava força, pregando uma maior justiça social internacional e um maior pluralismo ideológico, defendendo uma coexistência pacífica com Cuba no sistema interamericano.

O cenário indicava uma coincidência nesse período de governos com tendência liberal de esquerda no Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Uruguai e Venezuela. Demetrio Boesner indica que, particularmente entre 1968 e 1973, ocorria uma tentativa desses países de reorientar seus fluxos comerciais dos EUA para a Europa e para dentro da América Latina.³¹

A identificação entre os países latino-americanos intensificou-se principalmente em torno de um discurso reivindicatório. A identidade comum no afã desenvolvimentista, além da contigüidade geográfica e do passado colonial e cultural próximos, conferia certa unidade à região que passou a fazer sentido tanto para os países que a conformam como para os demais atores que passaram a reconhecê-la. No entanto, as singularidades e os diferentes papéis representados por suas partes no palco mundial permaneciam vivos e seriam centrais na sua desconstrução.

Da perspectiva brasileira de sua inserção no globo, o lançamento da Operação Pan-Americana – OPA por Juscelino Kubitschek em 1958 apoiava-se na proposta de revisão das relações dos Estados Unidos com a América Latina, num momento em que esta comungava sentimentos antiamericanistas e de denúncia do imperialismo³². Com a OPA, o Brasil reconhecia a importância estratégica da unidade latino-americana, ressaltando a importância do desenvolvimento econômico da região para a estabilidade hemisférica. Porém, como salienta Vizontini, a “OPA era usada mais como forma de barganha com os EUA, do que um instrumento de integração latino-americana”.³³

A política externa brasileira do início da década de 1960 era fortemente marcada por uma tentativa de universalização das relações internacionais do país, com vistas a uma inserção mais independente frente às linhas propostas ou impostas por Washington. Esta Política Externa Independente – PEI, como ficou conhecida, teve em San Tiago Dantas um dos seus principais formuladores.

³¹ BOESNER, Demetrio. **Relaciones Internacionales de América Latina**. Caracas: Nueva Sociedad. 1990.

³² CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. Op. Cit.

³³ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951 - 1964)**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 111.

Dantas compunha as fileiras mais moderadas do trabalhismo, e mantinha forte apego aos valores democráticos e reformistas. Alexandra de Mello e Silva, procurando identificar as percepções que orientavam a ação de Dantas no Ministério das Relações Exteriores e no Ministério da Fazenda, pastas que chefiou em 1961 e 1963, respectivamente, destaca três influências no seu pensamento: a) a percepção da arena internacional sob o ângulo realista; b) o pensamento nacional-desenvolvimentista; e c) o pensamento cepalino acerca da identidade econômica da América Latina.

Ainda segunda a autora, San Tiago Dantas via a política externa como “o resultado de um processo de amadurecimento político e cultural interno”. Para ele,

(...) o determinante fundamental da PEI era uma nova consciência quanto ao grau de inferioridade e dominação a que o país estava condenado em virtude de seu subdesenvolvimento. (...) O despertar dessa consciência entre os povos subdesenvolvidos permitia a identificação de interesses comuns e a progressiva unificação de sua conduta internacional, evidenciando a emergência de uma ‘força política nova’.³⁴

Nessa linha, o Chanceler explorava uma concepção nova para o pan-americanismo, incorporando as contribuições lançadas pela OPA no sentido de acoplar ao movimento a temática do subdesenvolvimento e, portanto, suas preocupações desenvolvimentistas. Assim, fortalecia-se a estratégia de buscar um tratamento multilateral à questão do subdesenvolvimento no continente americano e superar a abordagem multilateral com a qual a questão vinha sendo tratada até então.

Em consequência, a afirmação de um *latino-americanismo* ganharia força na medida em que fosse possível uma articulação entre os povos subdesenvolvidos do continente baseada na compreensão comungada de problemas e no posicionamento coeso frente a desafios comuns. Esse processo, provavelmente, colocaria em posições diferentes, e mesmo opostas, os Estados Unidos e os países latino-americanos.³⁵

San Tiago Dantas apoiava enfaticamente a aproximação latino-americana e reconhecia a importância das relações brasileiro-argentinas para esse processo. Percebia a necessidade de enquadrar as relações dos dois mais importantes países da América do Sul

³⁴ SILVA, Alexandra de Mello e. 1995. Op. Cit.

³⁵ Idem. p. 30.

dentro de uma nova lógica, construída em torno de uma identidade comum latino-americana e periférica.³⁶

A Política Externa Independente formulada por Dantas constituía-se de cinco principais elementos. No campo econômico, norteavam a PEI a busca por novos mercados para satisfazer as necessidades de escoamento da recente industrialização brasileira e a reafirmação da autonomia para o estabelecimento de planos nacionais de desenvolvimento. No campo político, a manutenção da paz, o princípio de não-intervenção e a defesa da descolonização afro-asiática orientavam a ação internacional do Brasil durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart.

Desses, dois pontos em especial implicavam uma postura de aproximação com a América Latina. O primeiro e mais evidente é a busca de mercados nos vizinhos para os produtos manufaturados, conquanto os produtos primários continuavam tendo nos países industrializados seus principais portos. O segundo aspecto refere-se à situação de Cuba e a defesa da não-intervenção na ilha de Fidel.

No que tange ao aspecto econômico, o Brasil lançava-se em iniciativas bi ou multilaterais de integração comercial na medida em que eram articuladas novas tentativas de aproximação entre os países da região. Argentina e Brasil assinaram, em 1961, o Tratado de Uruguiana. No mesmo ano, entrava em funcionamento a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC, ratificada por Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, seguidos pela Bolívia.

Essa tentativa de integração assentava-se em bases fundamentalmente comerciais. No entanto, as economias latino-americanas eram, em boa medida, concorrentes entre si. Thiago Galvão ainda aponta outros empecilhos que limitaram os resultados da ALALC, como as políticas protecionistas avalizadas por governos de cunho nacional-desenvolvimentista e o próprio estatuto rígido da instituição em formação.³⁷

No campo político-militar, a percepção dos governos latino-americanos, e do Brasil em particular, era de que uma intervenção em Cuba acarretaria o ressurgimento de uma política repressiva por parte dos EUA para com todo o continente, no lugar da interação

³⁶ DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1962.

³⁷ GALVÃO, Thiago Ghere. **América do Sul: A construção de uma idéia**. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2003

cooperativa que se tentava construir, diminuindo assim a margem de manobra dos países da região.³⁸

Os Estados Unidos, na tentativa de manter ou ampliar sua influência sobre os países latino-americanos, apresentavam também uma alternativa para a região com a sua proposta de Aliança para o Progresso – Alpro. Lançada em março de 1961 pelo Governo Kennedy, a Alpro não teve grande receptividade na região. De toda a forma, não produziu os resultados esperados, influenciados pela queda dos preços dos produtos primários que anulava os efeitos da cooperação.³⁹

Não obstante, a identidade latino-americana do Brasil ganhava força e se consolidava. Com a crise econômica que o país atravessou no Governo Goulart, – inflação em alta, dívida externa e remessas de lucros solapando as divisas do país – era natural que a vertente econômica ocupasse lugar central nas relações com a América Latina. No entanto, as intenções brasileiras eram mais abrangentes. Vizontini aponta que a PEI persistia, na administração de Araújo Castro na Chancelaria, na “tentativa de manter e estreitar os vínculos com a América Latina, tanto no plano político quanto econômico”.⁴⁰

Com o advento dos governos militares, a identificação latino-americana sofreu variações significativas. Em primeiro lugar, o Governo Castelo Branco reposicionou a política exterior do Brasil alinhada às diretrizes de Washington e a redirecionou para as questões hemisféricas. Segundo Vizontini, a política externa de Castelo percebia a integração hemisférica como um elemento importante, porém, “tanto na esfera econômica quanto política, a integração deveria se dar no âmbito pan-americano, e não latino-americano”.⁴¹

O Brasil de Castelo admitiu a Organização dos Estados Americanos - OEA como o *locus* de referência para o tratamento das questões políticas intra-americanas. Aceitava, da mesma forma, a Aliança para o Progresso como balizadora das questões atinentes às áreas econômica e comercial. Juracy Magalhães, Ministro das Relações Exteriores entre 1966 e

³⁸ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. 2004. Op. Cit.

³⁹ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. Op. Cit.

⁴⁰ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. 2004. Op. Cit p. 221.

⁴¹ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004(b). 2ª ed. p. 48.

1967, chegou a afirmar que o Brasil reconhecia a existência de um só bloco regional no continente, a própria América.⁴²

Houve, portanto, no primeiro governo militar, uma ruptura com a Política Externa Independente formulada e implantada no início da década de 1960. A tentativa de se afirmar como membro do bloco ocidental capitalista significou uma redução da identificação latino-americana, pois se tratava de descolar de qualquer moldura que não fosse a de alinhamento automático com os Estados Unidos.

Nesse sentido, o embaixador Meira Penna escrevia, em 1967, que, nas relações com os vizinhos,

Não estamos mais enfrentando apenas pequenos tiranos prepotentes e ambiciosos, do tipo Século XIX, empenhados em perturbar o equilíbrio e a ordem continental, mas nos deparamos com aventureiros perigosos que, pela própria mecânica do seu domínio demagógico, são levados a procurar apoio em centros extra-continentais de poder, ocorrendo então uma combinação bastante complexa do fenômeno político sul-americano típico com a polarização ideológica atual.⁴³

O alinhamento com os Estados Unidos e a contaminação da diplomacia por princípios ideológicos eram denunciados pelos opositores ao Governo de Castelo Branco. A ascensão de Costa e Silva ao poder em 1967 representava uma derrota do grupo do ex-presidente e indicava uma nova orientação da diplomacia brasileira rumo à multilateralização, caminho que representava uma maior independência frente aos Estados Unidos na estratégia internacional do país. No campo hemisférico, o Brasil deixava de atuar preferencialmente na OEA e passava a buscar uma maior aproximação com os países latino-americanos.

No tocante às possibilidades de integração, no entanto, as condições não haviam mudado substancialmente. O Brasil, portanto, continuava cético quanto à integração econômica da sub-região. Mesmo assim, a diplomacia brasileira assumia sua referência latino-americana, o que se traduzia numa postura ativa nas relações intra-regionais. Exemplo disso foi a proposta de 1969 de que as nações latino-americanas estabelecessem um bloco para discutir as relações econômicas, financeiras, comerciais com os EUA.

⁴² Idem.

⁴³ PENNA, J. O. de Meira. 1967. P. 92.

Após o curto período de Costa e Silva na presidência, Emílio Garrastazu Médici assumiria a condução do governo entre 1969 e 1974, anos marcados por forte repressão política e pelo período propagado como o “milagre econômico” brasileiro. A *Diplomacia do Interesse Nacional* de Médici sucedeu a *Diplomacia da Prosperidade* de Costa e Silva, representando uma negligência do multilateralismo frente ao bilateralismo e um abandono da solidariedade terceiro-mundista, havendo também um cuidado especial às relações com Washington.

A política de Médici incitou desconfianças em vários países latino-americanos. A imagem de *Brasil Potência* fazia parecer que o país teria condições de rumar ao desenvolvimento com seus próprios meios, e uma vinculação regional poderia gerar mais custos do que ganhos. Nesse período, as questões eram tratadas preferencialmente no âmbito bilateral, o que levou Vizontini a constatar que, no Governo Médici, “superou-se tanto o pan-americanismo do primeiro governo militar como o latino-americanismo do segundo, afirmando-se conseqüentemente o bilateralismo”.⁴⁴

A diplomacia brasileira em direção à América Latina teve um forte traço de continuidade entre os governos dos presidentes Médici e Geisel. A identidade cultural e étnica, assim como os propósitos comuns, eram exaltados, mas não se percebia nada novo no posicionamento do Brasil nos fóruns regionais e nas suas relações bilaterais com os países da região. Algo de mais representativo talvez tenha sido a proposta brasileira em 1977 e a assinatura, em 1978, do Tratado de Cooperação Amazônica.

No Governo Figueiredo, último e mais longo dos governos militares, o foco central era o tratamento da dívida externa, tendo em vista a elevação dos juros norte-americanos e a nova crise de petróleo de 1979. O fim da *détente* imposta pelos EUA implicava uma redução das possibilidades de atuação internacional do Brasil. Não obstante, o país identificava-se, agora explicitamente, com o Terceiro Mundo e com a América Latina em particular.

Paulo Fagundes Vizontini chama a atenção para que, “no contexto de negociação de uma Nova Ordem Econômica Internacional, o governo brasileiro teve como ponto de

⁴⁴ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. 2004(b) Op. Cit. P. 154

sustentação o componente da prioridade latino-americana com relação à plataforma externa”.⁴⁵

Na década de 1980, uma série de obstáculos que dificultavam a integração latino-americana foi contornada e abriram-se novas expectativas quanto às possibilidades de aproximação regional. O derradeiro fôlego do modelo desenvolvimentista incitou uma atração maior entre os países da região, que, segundo Cervo, devia-se à

(...)consolidação da democracia, **uma atitude de maior introspecção latino-americana, em substituição à introspecção nacional dos países**, e a presença ativa dos governos em grupos regionais de concertação política e econômico-financeira.⁴⁶(grifo meu)

Não obstante, a década de 1980 representou também um momento muito fértil das relações entre Brasil e Argentina. Após ter sido resolvida a questão do aproveitamento energético na bacia do Prata, com a compatibilização entre as usinas hidrelétricas de Itaipu e Corpus, um entendimento que vinha se consolidando desde finais da década de 1970 evolui para ações concretas de distensão e de cooperação entre os dois países. Essas iniciativas, costuradas por Sarney e Alfonsín, eram então sustentadas pelo processo de democratização pelo qual passavam os dois países.

Esse movimento se enquadrava no processo de renascimento dos regionalismos ocorrido na década de 1980. Segundo Vaz,

Seu ressurgimento, sob expressões diversas, observado a partir de meados dos anos 80, esteve associado a mudanças políticas e econômicas que levaram os Estados, assim como outros atores internacionais, a valorizar e explorar as oportunidades decorrentes da proximidade geográfica como parte fundamental de suas estratégias de inserção no contexto da política e da economia internacional do final do século.⁴⁷

A aproximação do México com os Estados Unidos e Canadá para formar a *North America Free Trade Area – NAFTA* e a vinculação mais estreita das economias dos países

⁴⁵ Idem P. 293

⁴⁶ CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina – velhos e novos paradigmas*. IBRI, Brasília, 2001. P. 268.

⁴⁷ VAZ, Alcides Costa, **Cooperação, integração e processo negociador**: a construção do Mercosul. Brasília, IBRI, 2002. p. 23

da América Central e do Caribe com a economia norte-americana, que conformavam o cenário da época, comungavam para o enfraquecimento da América Latina como conceito balizador do modo de inserção do Brasil nas relações internacionais.

América Latina passa a ser vista como um conceito equivocado. Souto Maior, embora reconheça uma afinidade básica entre os países latino-americanos, indica que a possibilidade de operacionalizar um regionalismo baseado na latino-americanidade seria ainda dificultada por diferenças econômicas e políticas e pela “ausência de convergência de percepções que servisse de base a um projeto aglutinador”.⁴⁸

Da mesma forma, Estevão Martins reconhece na inconsistência “política e conceitual” da América Latina um obstáculo à interlocução dos países da região com a União Européia.⁴⁹ Percebe-se que a América Latina deixava de fazer sentido tanto para suas partes quanto para seus interlocutores, o que implicou mudanças na roupagem com a qual os países se apresentavam na cena internacional.

A identidade latino-americana não mais respondia às necessidades da atuação internacional do Brasil. Era necessária uma base mais concreta que pudesse efetivamente se constituir na plataforma de sua projeção internacional.

Num primeiro momento, o Cone Sul, e particularmente o Mercosul, pareceram ser a nova referência regional da identidade internacional do Brasil. Porém, seria a América do Sul que o país elegeria como plataforma preferencial de atuação regional e que passaria, assim, a constituir parte do seu capital diplomático e de sua estratégia de inserção internacional.

A casa sul-americana

A substituição da referência regional na política exterior brasileira ainda está a se consolidar no início do século XXI. Ela passou, num primeiro momento, pela referência ao Mercosul. O sucesso inicial apresentado pelo bloco em termos de alavancagem do comércio intra-regional, ancorado em políticas cambiais que se revelaram insustentáveis,

⁴⁸ SOUTO MAIOR, Luiz A. P. América Latina – O regionalismo continental revisitado. In. **O Brasil em um mundo em transição**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/IBRI, 2003. P.117.

⁴⁹ MARTINS, Estevão Rezende. O alargamento da União Européia e a América Latina. In. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano 47, nº 02, 2004.

alçou o Mercosul a ator importante, reconhecido como tal pelos atores centrais do globo. O Brasil, como principal economia do bloco, apropriou-se de sua significação e passou a usá-lo como atributo de sua identidade ao se lançar na arena internacional.

Ao analisar o papel negociador do Brasil na Cúpula das Américas de 1994, Fernando Simas Magalhães identificava uma tendência de que esses quadros sub-regionais, como o Mercosul e a Comunidade Andina, passassem a exercer um papel político crescente nas negociações internacionais. Assim, os blocos sub-regionais seriam reconhecidos como partes de uma nova dimensão estrutural da política internacional.⁵⁰

Já em 1998, porém, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães apontava como um dos grandes desafios do bloco regional a sua ampliação geográfica na América do Sul⁵¹. De toda forma, segundo avaliação de Amado Cervo ao analisar os avanços alcançados pelo Mercosul quando este completava 10 anos de existência, o processo de consolidação do Mercado Comum do Sul teria alavancado e fortalecido a idéia de América do Sul⁵².

Em 1993, o Chanceler Fernando Henrique Cardoso já defendia, em entrevista ao Estado de São Paulo, que o Brasil precisava ter uma iniciativa na América do Sul que não se limitasse ao Cone Sul.⁵³ E, antes mesmo da consolidação do Mercosul, a diplomacia brasileira ampliou o horizonte regional de sua política externa. Em 1993, por ocasião da Reunião Presidencial do Grupo do Rio, em Santiago, o então presidente Itamar Franco propôs a criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana – ALCSA. Na ausência de um fórum sul-americano, o Grupo do Rio, mecanismo que conta com a participação do México e Panamá, serviu de palco para o primeiro ensaio efetivamente sul-americano da política externa brasileira.

Relato oficial do Ministério das Relações Exteriores acerca da política externa do Governo Itamar Franco tenta retratar o significado dessa iniciativa:

O Governo Itamar Franco contribuiu, desse modo, para que se cristalice, com nitidez, o perfil da América do Sul como área livre de tensões, voltada para a cooperação e o progresso, coerente com o

⁵⁰ MAGALHÃES, Fernando Simas. **Cúpula das Américas de 1994**: papel negociador do Brasil, em busca de uma agenda hemisférica. Brasília: Instituto Rio Branco, Funag, 1999.

⁵¹ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. 4. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Da UFRGS/Contraponto, 2002.

⁵² CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. Em **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 45, nº 1, 2002, p. 5-35.

⁵³ “O mundo está se organizando em blocos”. Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a **O Estado de São Paulo**. 25 de outubro de 1993.

fato de ser a região menos armada do mundo, decidida a integrar cada vez mais suas economias, suas culturas, seus destinos. **O Brasil orgulha-se, assim, da contribuição que tem prestado para a construção da identidade da América do Sul como uma região que tem personalidade própria, não só no plano econômico, mas também em termos políticos.**⁵⁴ (grifos meus)

Celso Amorim escrevia, ainda como chanceler do Governo Itamar Franco, que, com a ALCSA, iniciava-se “a construção política da América do Sul”.⁵⁵ Em palestra proferida no Itamaraty, Amorim ressaltava que esse processo de construção era uma expressão de necessidades econômicas e políticas do Brasil e de seus vizinhos que tornavam o espaço sul-americano fundamental para o país. Ressaltava o chanceler que, “para a política externa brasileira, a América do Sul é mais ampla, obviamente, do que o Mercosul”.⁵⁶ Roberto Abdenur, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores na gestão de Amorim, destacava também, em 1994, que a diplomacia brasileira almejava construir um espaço sul-americano como um espaço com identidade própria no plano político e econômico.⁵⁷

Samuel Pinheiro Guimarães afirma que a “América do Sul é a circunstância inevitável, histórica e geográfica do Estado e da sociedade brasileira”.⁵⁸ Adianta, porém, o embaixador, que para conseguir lidar com os desafios que um novo estágio no relacionamento entre os países sul-americanos implica, a política externa brasileira teria que abandonar a retórica e buscar níveis mais profundos de cooperação política e econômica.⁵⁹

É nesse contexto que o Brasil propõe, em 2000, a realização da Primeira Reunião dos Presidentes da América do Sul. Ao tomar essa iniciativa, Fernando Henrique Cardoso valorizava o conceito de América do Sul no lugar do conceito da América Latina. Segundo

⁵⁴ Brasil. Ministério das Relações Exteriores. **A Política Externa do Governo Itamar Franco**. Brasília: FUNAG, 1994.

⁵⁵ AMORIN, Celso. A construção da América do Sul. **Jornal do Brasil**. 25 de setembro de 1994.

⁵⁶ AMORIN, Celso. Temas atuais da política externa brasileira. Transcrição de Palestra Realizada no Itamaraty, Brasília. 10 de agosto de 1994. In. **Política Externa. Democracia. Desenvolvimento**. Gestão do ministro Celso Amorin no Itamaraty (Agosto 1993 a dezembro 1994)

⁵⁷ ABDENUR, Roberto. Transcrição de Palestra no Curso de Atualização de Diplomatas, sobre as linhas gerais das ações de política externa no Governo Itamar Franco. Brasília, 17 de agosto de 1994. In. **Textos de Política Externa**. Roberto Abdenur. Secretário-Geral das Relações Exteriores (setembro 1993 a dezembro 1994)

⁵⁸ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Op. Cit. P. 146

⁵⁹ Idem.

o próprio Cardoso, a Cúpula seria o espaço de “reafirmação da identidade própria da América do Sul como região”.⁶⁰

Luis Felipe Lampreia atestou que a realização da reunião referia-se a uma

vontade política de dar um passo que a diplomacia brasileira já começara a preparar há algum tempo, desde que Fernando Henrique Cardoso foi chanceler, no início dos anos 90: transformar a América do Sul num conceito cada vez mais operacional para o conjunto das nações do continente.⁶¹

A idéia, segundo Celso Lafer, era que a reunião de cúpula dos presidentes sul-americanos estimulasse a conversão de um espaço em um projeto. Assim, tentava-se cunhar um sentido mais amplo, geopolítico e geoeconômico, a uma região que certamente detém uma certa homogeneidade geofísica. Fernando Henrique Cardoso destacava que a aproximação entre Mercosul e Comunidade Andina, em andamento desde 1998, seria o eixo central da América do Sul como região econômica ampliada. Ao incorporar ainda Guiana e Suriname, encaixava-se inteiramente uma região geográfica às suas correspondentes regiões econômica e política.

Lafer ainda ressalta que, voltado para organizar em outro patamar a convivência sul-americana, o encontro presidencial assumiria o propósito de “ampliar a capacidade dos países da região no encaminhamento do desafio do desenvolvimento”.⁶² Essa discussão traz envolta a problemática da identificação de um objetivo comum à região, ao bloco. Nessa linha, Moniz Bandeira reconhece a importância da aproximação entre o Brasil e os demais países sul-americanos para o aumento do poder de barganha dos países da região, e do Brasil em particular, nas negociações para o estabelecimento da ALCA.⁶³

A reunião de cúpula dos presidentes da América do Sul teve mais duas edições. A primeira delas foi em Guayaquil, no Equador, em 2002, e a última em Cuzco, no Peru, no final de 2004. A região vem se consolidando como unidade política, ao mesmo tempo em que as iniciativas de integração econômica se desenvolvem juntamente com a implementação de projetos de interconexão física.

⁶⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. “O Brasil e uma nova América do Sul”, **Valor Econômico**, 30 de agosto de 2000.

⁶¹ LAMPREIA, Luis Felipe. Cúpula da América do Sul. **O Estado de São Paulo**, 31 de março de 2000.

⁶² LAFER, Celso. **A identidade Internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 56.

⁶³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. 2003. Op. Cit.

O governo Lula reforçou ainda mais a idéia de América do Sul como referência regional da política externa brasileira. Em seu discurso de posse, ao identificar a construção de uma América do Sul “politicamente estável, próspera e unida” como prioridade da Política Externa, Lula apontou a revitalização do Mercosul como um meio para esse processo, e não mais um fim em si mesmo. Mais adiante, Lula atestava que o Brasil apoiaria os “arranjos institucionais necessários para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul”.⁶⁴

Já em dezembro de 2004, no encerramento da reunião de cúpula do Mercosul, em Ouro Preto, Lula reforçou mais uma vez o que foi a tônica da política externa do seu governo para a região. O Brasil, como presidente pro-tempore do bloco, convidou todos os países da América do Sul para participar do encontro. No seu discurso, o Presidente Lula destacou a importância da América do Sul frente a outros arranjos regionais que envolvem os países da região.

Ao concluir, há pouco mais de um mês, a Reunião de Cúpula do Rio, eu recordava a nossa disposição de trabalhar com entusiasmo pela integração regional, começando pela realização do potencial do Mercosul e prosseguindo pela consumação de um espaço político, cultural, econômico e comercial comum na América do Sul.⁶⁵

Parece o Brasil reconhecer, a partir da década de 1990, a América do Sul como parte de sua identidade e, o fazendo, passou a assumi-la na sua estratégia de inserção internacional. Essa referência regional substituiu a antiga referência latino-americana, e passa a constituir parte da nova roupagem com a qual o Brasil vai se apresentar no cenário internacional.

Segundo Celso Amorim, a ação diplomática do Governo Lula “fundamenta-se em uma aguda consciência da interdependência entre os destinos do Brasil e dos nossos vizinhos sul-americanos”⁶⁶. Essa ação, porém, afronta-se com uma frágil identidade regional sul-americana por parte dos vizinhos, ainda mais ausente no que possa implicar a

⁶⁴ Discurso de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. In. SILVA, Luiz Inácio Lula da/ AMORIM, Celso. & GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **A Política Externa do Brasil**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

⁶⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Reunião de Cúpula do Mercosul, em 17/12/2004. Disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2539

⁶⁶ AMORIN, Celso. Conceitos e estratégias da diplomacia do governo Lula. In **Diplomacia, Estratégia e Política**. Vol. 1, nº 1 (out/2004). Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2004.

aceitação de uma liderança brasileira explícita na região. Assim, a estratégia brasileira requer, antes de utilizar essa nova referência regional como parte de sua identidade internacional, assumir o desafio de fortalecer o próprio conceito de América do Sul.

Quem sois, afinal?

Ortega y Gasset, filósofo espanhol nascido no último quartel do século XIX, tem servido de inspiração para vários autores que tentam circunscrever os contornos regionais do Brasil. O filósofo espanhol associava o homem diretamente ao meio em que ele estava envolto, à sua circunstância, considerando o meio parte constitutiva do próprio ser.

Ao escrever “eu sou eu e minha circunstância, se não salvo a ela, não salvo a mim”, o autor indicava que a concertação de estratégias para mudar a própria circunstância pode ser uma ação eficiente para favorecer o alcance dos resultados pretendidos. Só com a plena consciência da sua circunstância, conseguir-se-á desenvolver suas potencialidades, ser em sua plenitude.

Nesse ponto, vale ressaltar duas assertivas de um mesmo autor, o ex-Chanceler Celso Lafer. Em 1992, em conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, o então Ministro afirmava que “a América Latina não é para nós uma mera opção diplomática. É, como tenho afirmado, a nossa circunstância”.⁶⁷

Já em seu livro **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira**, de 2001, Lafer atestava que o “componente sul-americano da identidade internacional do Brasil (...) é uma ‘força profunda’⁶⁸, de natureza positiva, na sua política externa”⁶⁹. Completa ainda ressaltando que a América do Sul é, desde os tempos de Rio Branco, um forte componente da identidade internacional do Brasil. Atualizando a assertiva

⁶⁷ LAFER, Celso. Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra em 24 de agosto de 1992. Citado por REIS, Fernando Guimarães, 1994. Op. Cit.

⁶⁸ Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle apresentam da seguinte forma o conceito de *forças profundas*: “Para compreender a ação diplomática, é preciso penetrar as influências que lhe orientam o curso. As condições geográficas, os movimentos demográficos, os interesses econômicos e financeiros, os traços da mentalidade coletiva, as grandes correntes sentimentais, essas as forças profundas que formaram o quadro das relações entre os grupos humanos e, em grande parte, lhes determinaram o caráter.” In. RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1967. P. 6.

⁶⁹ LAFER, Celso. 2001. Op. Cit. P. 62.

da década anterior, Lafer defende agora que “para o Brasil, a América do Sul não é opção e, sim, para falar com Ortega y Gasset, a “circunstância” do nosso *eu* diplomático”.⁷⁰

O que se pôde perceber até aqui é que, de fato, a referência regional da identidade brasileira, a *circunstância* do *eu* diplomático brasileiro, sofreu um movimento de retração com o passar dos anos. Se se considera que a identidade internacional de um país é indicada com o conjunto de predicados que respondem a pergunta “quem sois?”, a resposta a essa pergunta mudou ao longo do tempo. O Brasil já foi americano, latino-americano e, atualmente, é sul-americano.

Assim, ao institucionalizar a América Latina como referência regional da política externa brasileira no parágrafo único do seu artigo 4º, o texto constitucional de 1988 apresenta um retrato estático de um período que estava se encerrando. Já nos fins da década de 1980, o conceito de América Latina começava a ser questionado e a formação de uma comunidade latino-americana de nações, como prediz a magna carta, era improvável. Paradoxalmente, nos dias atuais o Brasil esforça-se para consolidar uma Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA.

De fato, a mudança da referência regional da política externa brasileira, longe de implicar qualquer incoerência na sua atuação internacional, representa a busca por uma plataforma mais concreta através da qual o país consiga inserir-se mais ativamente na política internacional. A proposta de inserção internacional do Brasil lastreada pela sua identificação sul-americana implica, assim, a execução de ações paralelas e complementares de afirmação do conceito de América do Sul, que permanece pouco explorado, e ainda muito abstrato para os atores da vida internacional⁷¹.

A absorção de uma “sul-americanidade” na identidade internacional do Brasil significou, portanto, a construção ou mesmo a moldagem de ferramentas ou iniciativas que fortalecessem essa nova dimensão. Esses instrumentos serão apresentados no próximo capítulo. O terceiro capítulo analisará a iniciativa brasileira frente ao contexto regional atual.

⁷⁰ Idem. P. 52.

⁷¹ Duroselle faz uma distinção entre política internacional e vida internacional, sendo que a primeira caberia aos Estados e a segunda seria a esfera na qual residiram também os interesses particulares. In DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá: Teoria das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

CAPÍTULO 2 – AS FERRAMENTAS DE AFIRMAÇÃO DA SUL-AMERICANIDADE BRASILEIRA

Os anos 1990 representaram um ponto de inflexão para as relações internacionais e para a política exterior do Brasil em particular. Com as mudanças na dinâmica internacional decorrentes do fim da Guerra Fria e com a derrocada do Estado Desenvolvimentista nos países latino-americanos, o desafio de inserção internacional do Brasil tornou-se mais complexo. Frente à nova realidade, buscou-se uma nova identidade com a qual o país pudesse se apresentar na arena internacional.

Como foi mostrado no capítulo anterior, o Brasil optou por reforçar o componente sul-americano de sua identidade internacional. Paralelamente a isso, lançou mão de uma série de iniciativas em sua política externa e de instrumentos calcados nas suas políticas setoriais com um foco estritamente sul-americano. Essas iniciativas podem ser consideradas tanto reflexos da introspecção de sua sul-americanidade quanto elementos para o seu fortalecimento.

Sendo causa ou consequência dessa nova fase, esses instrumentos fazem parte de um processo que parece, se não pela sua maturidade, mas por sua concretude, bastante marcado nos movimentos regionais brasileiros. São ações concretas que tornam o conceito de América do Sul nítido e inequívoco, instrumentalizando a política exterior do Brasil baseada na percepção dos seus contornos regionais.

A diversidade de ações voltadas para a região indica que a integração sul-americana extrapola a estratégia econômico-comercial. No rol de iniciativas levadas a cabo pelo Brasil, direcionadas a todo o bloco sul-americano, as ações no campo econômico, *lato sensu*, continuam tendo papel fundamental, mas atividades nas áreas cultural, educacional e científica e tecnológica também têm lugar importante na estratégia brasileira para a região.

Faz-se referência aqui apenas às iniciativas que focam todo o continente sul-americano. Mesmo entendendo a importância dos arranjos sub-regionais e das relações bilaterais com os países da região para a consolidação da América do Sul como espaço preferencial da atuação regional da política externa brasileira, as iniciativas apresentadas neste capítulo têm em comum a sua abrangência a toda região sul-americana.

Com isso, pretende-se destacar as iniciativas brasileiras que, a partir de meados da década de 1990, e mais fortemente no final do século XXI, na medida em que o Brasil vai se apropriando do componente sul-americano de sua identidade internacional, visam a firmar a América do Sul como espaço preferencial de sua atuação regional. Mais do que fortalecer sua já destacada posição dentro do continente sul-americano, o Brasil almeja consolidar o espaço geográfico também como um espaço geoeconômico e político.

Dessa forma, espera-se revelar o lado prático do discurso político-diplomático empregado pelo Brasil na sua estratégia de inserção internacional a partir da plataforma regional sul-americana. Em outras palavras, apresentar-se-ão as bases concretas da sustentação do discurso e da tentativa de cunhar a nova imagem do Brasil Sul-americano.

Área de Livre Comércio da América do Sul – ALCSA

A proposta para a criação de uma área de livre comércio que abrangesse toda a região sul-americana foi a primeira iniciativa brasileira que dava contornos econômico e comercial a um espaço já bem demarcado pela geografia. Apresentada pelo Presidente Itamar Franco na VII Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, realizada em 1993, em Santiago, refletia as preocupações brasileiras quanto à sua inserção internacional num momento em que ocorriam densas negociações comerciais e se formavam novas zonas regionais que anunciavam um rearranjo no *modus operandi* do comércio internacional.

O final da década de 1980 e início dos anos 90 foi marcado pela fragmentação do bloco comunista e pela entrada de diversos países do leste europeu na economia de mercado. Mais ainda, no início de 1992 foi celebrado o Tratado de Maastricht, que acordava o nascimento da União Européia (UE) para 1º de janeiro do ano seguinte.

O ano de 1993 foi marcado também por outro importante acontecimento para o comércio internacional. Foi nesse ano que terminaram as negociações da Rodada Uruguai do GATT que deram origem a diversos acordos, entre os quais a criação da Organização Mundial do Comércio, que substituiria o próprio GATT, ampliando seu escopo de transações de bens também para comércio de serviços e propriedade intelectual.

Em janeiro de 1994 passou a vigorar o tratado que, segundo o ex-vice-presidente americano Al Gore, seria “mais importante para os EUA do que a compra da Luiziana” – a

Área de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA – que reunia Estados Unidos, Canadá e México. Em realidade, o NAFTA fazia parte de um processo de ressurgimento do regionalismo econômico que marca as relações internacionais desde final dos anos 1980, assim como compunha a estratégia norte-americana de loteamento de um espaço geográfico sobre o qual pudesse exercer uma influência quase que exclusiva.

Relatório da OMC divulgado em 1994 reconhecia que esses grupos regionais estimulavam uma maior abertura comercial, na medida em que agiam como complemento, e não como alternativa, à liberalização comercial e à abertura econômica de vários países⁷². Vaz sugere que os acordos regionais geram uma progressiva liberalização e ampliação de mercados, estimulando transformações produtivas mediante as quais seus protagonistas almejavam lograr inserção internacional mais eficiente e ativa.⁷³

O Mercosul insere-se perfeitamente no mesmo contexto. Amado Cervo alerta para o fato de que, diferentemente do que havia sido negociado entre Sarney e Alfonsín, quando nascia o Mercado Comum do Sul, em 1991, este estava imbuído da “filosofia política do Estado Normal que impregnou os governos de Fernando Collor de Mello e Carlos Saul Menem”, restringindo-se à esfera comercial.⁷⁴

Samuel Pinheiro Guimarães também aponta limitações do Tratado de Assunção, que deu origem ao bloco. Segundo Guimarães,

A leitura do Tratado de Assunção revela que seus objetivos são prioritariamente comerciais, de liberalização e abertura de mercados, sem pretensão efetiva à coordenação de políticas macroeconômicas e à formulação de políticas comuns, mencionando apenas sua conveniência, sem estabelecer compromissos ou indicar mecanismos para atingir tais fins.⁷⁵

De todo modo, como aponta Moniz Bandeira, o perfil do comércio do Brasil com os países do Mercosul assemelhava-se ao intercâmbio entre países industrializados e os países

⁷² BARBOSA, Rubens Antônio. Área de Livre Comércio da América do Sul: conformação de um novo espaço econômico. **Boletim de Integração Latino-Americana**. Brasília: MRE, nº 18, Jan/jun 1996. Disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/mercosul/aladi/area.asp Acessado em 15/01/2006.

⁷³ VAZ, Alcides Costa. 2002 Op. Cit. p. 17

⁷⁴ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. 2002 Op. Cit. p.483

⁷⁵ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. 2002, Op. Cit. p. 132.

em desenvolvimento, ou seja, exportação de alto valor agregado e compra de commodities.⁷⁶

O comércio do Brasil com os demais países da América do Sul apresenta características semelhantes, donde se tem que, na década de 1990, cerca de 80% das exportações brasileiras para a região constituíam-se de artigos manufaturados.⁷⁷

É, portanto, numa postura ativa frente à atratividade que o bloco regional em formação na América do Norte pudesse exercer nos países sul-americanos que o Brasil propôs a criação da ALCSA, ainda em 1993. Tornava-se estratégico para o Brasil garantir acesso aos mercados vizinhos para os quais o país exportava bens de mais alto valor agregado e nos quais não poderia concorrer com a forte indústria estadunidense.

De fato, logo após o lançamento do NAFTA, o Chile e a Argentina sinalizaram a sua intenção de incorporarem-se ao bloco do norte das Américas. Mesmo representantes de setores da direita brasileira, como o Embaixador Roberto Campos, mostraram simpatia ao NAFTA em contraposição ao Mercosul⁷⁸. Quando, em 1994, o governo norte americano retomou a idéia de criação de uma zona hemisférica de livre comércio, o desafio brasileiro tornou-se ainda maior.

Serra atesta que o objetivo da ALCA era mais político do que econômico, dado que o mercado norte-americano é substancialmente mais importante para o resto das Américas do que o mercado latino-americano, embora com um reconhecido potencial de crescimento, é para os EUA. Para o ex-ministro de planejamento e da saúde do governo de Fernando Henrique Cardoso, o foco econômico da ALCA seria o Mercosul, que detém 10% do comércio da América Latina, e o Brasil em particular, que detém dois terços do mercado do bloco. Ademais, Serra reconhece que o sucesso da ALCA, do ponto de vista norte-americano, assentar-se-ia no acesso ao mercado brasileiro e às fatias de mercado ocupadas pelo Brasil na região.⁷⁹ Reforçando essa idéia, Samuel Pinheiro Guimarães defende que a

⁷⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. 2003. Op. Cit p. 499

⁷⁷ SERRA, José. ALCA, o Mercosul e a Abertura Externa Brasileira. In **Política Externa**, vol 7. nº 1 – junho-julho-agosto 1998. Disponível em <http://www2.mre.gov.br/ipri/Papers/AmericadoSul/Artigo11.doc> Acessado em 17/01/2006.

⁷⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. 2003. Op. Cit p. 494

⁷⁹ SERRA, José. 1998. Op. Cit.

ALCA deveria denominar-se “Área de Livre Comércio Brasil-EUA”, dados os interesses e as estratégias em questão⁸⁰.

Em contraposição, o embaixador Rubens Barbosa defende que “nada poderia estar mais longe da verdade” do que supor que a ALCSA seria uma reação ao NAFTA. Para o embaixador, a “ALCSA não é um projeto geopolítico, mas sim uma iniciativa econômico-comercial, como o Mercosul, que reflete o dinamismo do comércio regional e o desejo de aprofundar os laços de toda a natureza entre os países da América do Sul”.⁸¹

De todo modo, a ALCSA trazia em si um caráter de complementaridade com o Mercosul. Respondia aos anseios brasileiros de alargar a abrangência do mercado comum do cone sul para todo o continente sul-americano. A ALCSA seria acordada no âmbito da ALADI, devendo seguir, portanto, seus princípios orientadores expostos no Tratado de Montevideu de 1980: pluralismo, convergência, flexibilidade, tratamento diferenciado e multiplicidade.⁸²

Outro princípio fundamental para as iniciativas de integração regional levadas a cabo na América do Sul e também enfatizado por Barbosa no caso específico da ALCSA é o regionalismo aberto. O termo, lançado pela CEPAL, remete ao contexto em que se observava, de um lado, uma maior abertura comercial em diversos países e, de outro, impulso à integração dinamizada por acordos e políticas específicas, que visavam a aumentar a competitividade dos países envolvidos para robustecerem-se frente a uma economia internacional mais liberal.

Nesse quadro, Barbosa afirma que ALCSA “constitui proposta adicional e complementar ao Mercosul como instrumento para a convergência negociada dos esforços de integração regional e hemisférica”.⁸³ As negociações para conformação da nova área se dariam na fórmula de 4+1, ou seja, os países do Mercosul negociando conjuntamente com cada um dos países da ALADI os termos das desgravações tarifárias, sendo que as negociações para definição da moldura normativa se dariam entre Mercosul e Comunidade Andina.

⁸⁰GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org). **Alca e o Mercosul: riscos e oportunidades**. IPRI/ FUNAG. Brasília, 1999

⁸¹BARBOSA, Rubens Antônio. 1996. Op. Cit

⁸² Tratado de Montevideu de 1980. Disponível em http://www.aladi.org/nsfaladi/PERFIL.nsf/vsitioweb/tratado_port. Acessado em 18/01/2006

⁸³ BARBOSA, Rubens Antônio. 1996. Op. Cit

É justamente o modelo de negociação que Moniz Bandeira percebe como um dos elementos que contribuiriam para que a ALCSA esmorecesse.⁸⁴ No entanto, apesar de essa iniciativa ter se ausentado do discurso diplomático brasileiro já na segunda metade da década de 1990, o propósito de integrar a região continuou vigorando e a idéia seria retomada explicitamente na segunda gestão de FHC.

Cabe ressaltar, porém, que os países caribenhos da América do Sul não estavam incluídos na proposta da ALCSA. Nem a ALADI, que conta com a presença de México e Cuba, nem a Comunidade Andina abarcavam a Guiana e o Suriname, que estariam excluídos do novo arranjo econômico, apesar de geograficamente serem sul-americanos. Foi somente com a iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso de reunir todos os presidentes sul-americanos em Brasília, no ano 2000, que esse fato seria corrigido.

Reuniões de Presidentes da América do Sul

No decorrer da década de 1990, a construção de um bloco sul-americano continuou no horizonte da política externa brasileira, mas deixou de ser o seu foco principal. A estratégia adotada para a construção de uma zona regional de livre comércio a partir da agregação de países ao Mercosul mostrou-se lenta. As crises financeiras que afetaram o globo na última década do século XX abalaram especialmente as economias menos desenvolvidas e provocaram divergências internas ao próprio Mercado Comum do Sul. Foi preciso criar, em 1999, um Grupo de Trabalho sobre Coordenação de Políticas Macroeconômicas para que os membros do Mercosul pudessem tentar elevar os níveis de comércio intra-bloco, abalados pelas crises.

Era necessário, portanto, ajustar as arestas internas antes de acomodar novos sócios comerciais que viriam a concorrer com os velhos parceiros no acesso aos mercados regionais, dentre os quais o Brasil era o mais importante. Ademais, a estratégia de formar um bloco sul-americano a partir de uma das agendas mais tensas, como era a comercial, mostrou-se ineficaz, não surpreendendo aos mais realistas.

No entanto, isso não foi impeditivo para a conclusão de acordos do Mercosul com a Bolívia e com o Chile em 1996 e da assinatura de um acordo-quadro entre Mercosul e

⁸⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. 2003. Op. Cit

Comunidade Andina de Nações (CAN) em 1998. Nessa linha, Fernando Henrique Cardoso, na reunião de trabalho dos chefes de Estado e de governo do Mercosul e Chile e da União Européia realizada em 1999, no Rio de Janeiro, enfatizou os avanços alcançados nas negociações com os dois países, posicionando-os como parte do processo de construção do espaço sul-americano.⁸⁵

Isso ocorria em meio às pressões norte-americanas para negociar e implantar a ALCA o mais rapidamente possível. Os EUA insistiam na estratégia de negociar a ALCA país a país, ignorando o Mercosul e o sistema de *building blocks*. Os quatro países do sul, no entanto, conseguiram manter posições conjuntas nas negociações, o que, juntamente com as dificuldades internas do governo estadunidense em aprovar o *fast track* e ainda responder a distintos interesses corporativos de seu setor industrial, impunha dificuldades nas negociações da área hemisférica de livre comércio.⁸⁶

Nesse contexto, o Brasil convidou os chefes de Estado e de governo dos 11 países sul-americanos para uma reunião de cúpula em Brasília, em 2000, ano que marcava os quinhentos anos da descoberta do país. Em nota oficial de março daquele ano, o Itamaraty anunciava a reunião e já adiantava a sugestão de quatro temas que seriam tratados na reunião: Democracia; Comércio; Infra-estrutura de integração; e Drogas e delitos conexos.⁸⁷

Ampliando o escopo para outros temas além do comercial, fugia-se do imbróglio que assolava as relações regionais e retomava-se a idéia de construção de um bloco sul-americano. Na mesma nota, o governo brasileiro afirmava que, a partir da experiência acumulada com as iniciativas integracionistas já existentes na região, se esperava gerar “as condições necessárias para a organização do espaço sul-americano de acordo com as características, necessidades e potencialidades que singularizam nossa região”⁸⁸. Ou, nas palavras do ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia, tratava-se de criar, em cima da realidade

⁸⁵ Discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso, na abertura da reunião de trabalho dos chefes de Estado e de governo do Mercosul e Chile e da União Européia, 28 de junho de 1999, no Rio de Janeiro. Publicado na **Folha de São Paulo**, dia 29 de junho de 1999.

⁸⁶ Ver BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. 2003. Op. Cit

⁸⁷ Nota nº 105, de 23/03/2000. Disponível em

http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe.asp?ID_RELEASE=643 Acessado em 06/02/2006.

⁸⁸ Idem.

física que é a América do Sul, "um invólucro político capaz de otimizar um pouco a vizinhança"⁸⁹.

Seixas Correa, Secretário-Geral do Itamaraty na gestão de Lampreia, posicionou a iniciativa da cúpula regional no contexto de um processo de construção da referência sul-americana da política externa brasileira, que vinha se processando desde a década anterior. Reforçava, com isso, a idéia de uma escolha brasileira em trabalhar o conceito de América do Sul como um "elemento operacional para a sua atuação diplomática".⁹⁰

O anúncio da reunião gerou intensos debates a respeito do seu significado para o arranjo regional e hemisférico. Enquanto Fernando Henrique Cardoso destacava que o estranho não era realizar a reunião, mas o fato de nunca os países da região haverem se reunido para discutir suas questões⁹¹, a ausência do México na reunião e os seus reflexos no processo de afirmação da liderança regional alimentavam as especulações em volta das pretensões brasileiras.

A América do Sul era vista como um espaço mais apropriado para a projeção internacional do Brasil. Ao México, já comprometido com o NAFTA e com os EUA, restaria a América Central e Caribe para exercer sua influência, naquilo que o grande vizinho do norte lhe deixasse escapar.

O México não gostou de se ver excluído da articulação promovida pelo Brasil. Em visita oficial a Brasília, ainda como presidente eleito, Vincent Fox declarou em agosto de 2000 que gostaria de ter sido convidado para a reunião de Brasília⁹². Em resposta, o presidente Cardoso lamentou o fato de o México não ser vizinho do Brasil⁹³. No entanto, acabou-se convidando o México à reunião com o perfil de observador, tendo sido representado por Jorge Castañeda, depois nomeado ministro de relações exteriores do governo Fox com a expectativa de levar a política externa mexicana a direções mais esquerdistas.

De outro lado, porém, o Brasil tratava com bastante cautela as sugestões de liderança natural que poderia exercer na região. Lampreia, em entrevista à **Folha de São**

⁸⁹ Brasil terá cúpula sul-americana. **Folha de São Paulo**, 23 de março de 2000.

⁹⁰ SEIXAS CORREA, Luiz Felipe de. Reunião de Presidentes da América do Sul. **Correio Braziliense**, 22 de agosto de 2000.

⁹¹ FHC pede ousadia sul-americana. **Folha de São Paulo**, 1º de setembro de 2000.

⁹² Presidente eleito do México reclama não ter sido convidado para reunião. **Folha de São Paulo**, 10 de agosto de 2000.

⁹³ FHC pede ousadia sul-americana. **Folha de São Paulo**, 1º de setembro de 2000.

Paulo, reconhecia que “se o Brasil assumisse uma postura excessivamente voluntarista, de se autoproclamar o líder ou querer ditar os caminhos, ele rapidamente encontraria resistências”. Mais adiante afirmava, em contrapartida, que o Brasil não poderia se desincumbir de “exercer um papel compatível com o seu tamanho”.⁹⁴

Comentários do Embaixador norte-americano creditado em Brasília inflamavam ainda mais as discussões. Para Anthony Harrington, ao propor a reunião dos presidentes da América do Sul, o Brasil estaria “saltando para o palco mundial de maneira que nunca fez antes”. Complementava o embaixador que “o presidente Fernando Henrique Cardoso é visto como um tipo de tio por outros líderes da América do Sul”. Pode-se imaginar que declarações desse tipo causavam certo desconforto no Itamaraty, que procurava um equilíbrio entre não afrontar os EUA e conseguir plantar as sementes da construção de uma identidade regional.

A movimentação política e os debates em torno da formação da Área de Livre Comércio das Américas eram outra referência forte no contexto do encontro de Brasília. Em primeiro lugar, a formação de um bloco sul-americano em volta do Brasil poderia enfraquecer a posição mexicana nas negociações do bloco hemisférico, mais suscetível a ceder às pressões norte-americanas.

O encontro de Brasília dava maior robustez para que os países da região pudessem negociar conjuntamente com a poderosa nação do norte das Américas. Segundo declaração do próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, a América do Sul unida poderia defender com maior força seus interesses comuns.⁹⁵ O chanceler Luiz Felipe Lampreia ressaltou, no entanto, que o Brasil não teria convidado os 11 países sul-americanos para um “jogo anti-EUA e anti-Alca”, mas que também não poderia ser para se apresentar como “sub-xerifes dos EUA”.⁹⁶

O equilíbrio era tênue. Do mesmo modo que ao governo brasileiro não interessava que a reunião fosse interpretada como um afronte aos EUA, tampouco interessava que se imaginasse uma preparação para a ALCA a partir da cimeira sul-americana. Souto Maior fazia justamente esse questionamento ao escrever, em agosto de 2000, que, com a reunião,

⁹⁴ Peru pode ser criticado, diz ministro. **Folha de São Paulo**, 28 de agosto de 2000.

⁹⁵ FHC pede ousadia sul-americana. **Folha de São Paulo**, 1º de setembro de 2000.

⁹⁶ Brasil reúne líderes para marcar posição, **Folha de São Paulo**, 27 de agosto de 2000.

“tratar-se-ia agora de mostrar a capacidade do Brasil de apagar a antiga imagem de resistência e liderar sua região rumo à ALCA?”⁹⁷

A heterogeneidade da região implica considerar pouco provável que houvesse algum nível de consenso tanto numa direção quanto noutra. Portanto, as negociações em torno da ALCA tangenciaram a reunião, mas não foram o seu foco central. Segundo Lampreia, não poderia ser intenção brasileira “formar um time para negociar conjuntamente posições frente à ALCA”⁹⁸. E, conforme atestou o ex-presidente Fernando Henrique, “a razão de ser” do encontro de Brasília era sim a meta de construção de “um espaço sul-americano que incluía Chile, Guiana e Suriname”, a partir do Mercosul e da Comunidade Andina de Nações.⁹⁹

A estratégia voltava a ser a construção do novo “espaço sul-americano” a partir dos blocos já existentes. Na nota oficial de anúncio da reunião, o Itamaraty explicitava que a ocasião oferecia

a oportunidade ideal para que a experiência já adquirida com os esquemas de integração possa ser estendida para o nível regional, gerando as condições necessárias para a organização do espaço sul-americano de acordo com as características, necessidades e potencialidades que singularizam nossa região¹⁰⁰.

Na mesma linha, afirmava Lampreia que

O objetivo do Brasil é criar uma maior aproximação entre os países da América do Sul, com vistas a permitir que as possibilidades, as potencialidades, que existem na região sejam exploradas da melhor maneira possível: nos planos comercial, energético e de transportes. A nossa avaliação é que é necessário fomentar a integração por meio de uma orientação política do mais alto nível.¹⁰¹

Por isso, ganhava importância o fato de a reunião ter se limitado a discutir temas específicos, para além da esfera comercial. A tentativa de construção do bloco sul-

⁹⁷ SOUTO MAIOR, Luiz A. P. América Latina – A cúpula da América do Sul e seus paradoxos. In. **O Brasil em um mundo em transição**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/IBRI, 2003. P.147.

⁹⁸ Peru pode ser criticado, diz ministro. **Folha de São Paulo**, 28 de agosto de 2000.

⁹⁹ O Império e o Sul. **Folha de São Paulo**, 1º de setembro de 2000.

¹⁰⁰ Nota nº 105, de 23/03/2000. Disponível em

http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe.asp?ID_RELEASE=643 Acessado em 06/02/2006.

¹⁰¹ Peru pode ser criticado, diz ministro. **Folha de São Paulo**, 28 de agosto de 2000.

americano não poderia incorrer no mesmo erro do Mercosul de se assentar apenas no comércio. Os países da região estavam dispostos a discutir também a questão democrática no subcontinente, planejar conjuntamente integração das infra-estruturas, combater o tráfico de ilícitos e crimes conexos e discutir formas de incentivar a produção de ciência e tecnologia na região como meio para galgar uma posição mais ativa no sistema produtivo mundial.

A visita do presidente Clinton à Colômbia um dia antes da reunião de cúpula sul-americana dá a exata dimensão que as discussões em torno do tema de segurança teriam no encontro. O objetivo da viagem do então presidente norte-americano era justamente defender o Plano Colômbia, desenvolvido numa cooperação entre os EUA e a Colômbia para combater o narcotráfico e as milícias armadas que se fortaleciam por conta do tráfico de drogas, que gerava desconfianças por parte dos países vizinhos.

Em visita a Caracas em abril de 2000, Cardoso já havia discutido com Chávez a questão da segurança. Enquanto o presidente venezuelano falava na criação de uma OTAN do sul, Fernando Henrique Cardoso defendia que “a segurança (no caso da América do Sul) não é de uns contra os outros. É de todos juntos, para defender os Estados nacionais de ilícitos”.¹⁰²

Em verdade, se todos pareciam ter recebido positivamente, em maior ou menor grau, a proposta brasileira da reunião sul-americana, percebia-se uma certa nuance nos discursos de alguns presidentes que apontavam caminhos distintos para o desenvolvimento do processo de integração. Hugo Chávez defendia um projeto integracionista anti-Estados Unidos, enquanto Andrés Pastrana, presidente da Colômbia, defendia um alinhamento da região aos anseios de Washington. No meio dos dois, Fernando Henrique tentava cunhar um projeto para a região, sem afrontar os EUA.

Ao lado da questão da segurança, a democracia era outro tema controverso na reunião. Apesar de o Brasil defender uma cláusula democrática para a participação dos países nos encontros seguintes, a sua posição ambígua no caso do Peru de Fujimori e na ocasião da cassação da imunidade de Pinochet deixava dúvidas quanto à efetividade do tratamento à questão. De todo modo, o Comunicado de Brasília, documento resultante da reunião, trazia em seu texto que

¹⁰² Chávez prevê uma vitória por "nocaute" nas eleições de maio. In **Folha de São Paulo**, 8 de abril de 2000

A manutenção do estado de direito e o pleno respeito ao regime democrático em cada um dos doze países da região constituem um objetivo e um compromisso comuns, tornando-se doravante condição para a participação em futuros encontros sul-americanos. Respeitando os mecanismos de caráter regional existentes, [os presidentes] acordaram, nesse sentido, realizar consultas políticas na hipótese de ameaça de ruptura da ordem democrática na América do Sul.¹⁰³

No campo científico e tecnológico, os países da região, baseados na percepção da importância da informação e conhecimento para o desenvolvimento no milênio que entrava, tentavam lançar as bases de um projeto que estimulasse a criação de uma rede de conectividade entre os países da região e entre esses e o mundo. Da mesma forma, ressaltaram a importância da constituição de redes cooperativas de pesquisas em áreas estratégicas, como forma de queimar etapas no processo de desenvolvimento.

De concreto, no entanto, pouco foi levantado nesse aspecto. Exceção feita à proposta brasileira de estabelecimento de um Fundo Sul-americano de estímulo às atividades de cooperação científica e tecnológica na região.

De todos, porém, o tema da integração das infra-estruturas da América do Sul foi o que recebeu mais atenção na reunião de 2000 e foi o cerne também das reuniões de presidentes subsequentes. Nesse sentido, Rubens Ricupero ressaltava que o grande mérito do encontro, segundo ele a “mais importante iniciativa diplomática brasileira desde o Mercosul”, era explorar o grande potencial de integração, sobretudo no campo energético.¹⁰⁴

Integrar a região econômica e socialmente requer, antes de tudo, que o espaço sul-americano seja integrado. Ao analisar a aproximação dos países platinos no final dos anos 60, Cerro sustenta que, já para aquela época, “sem aparelhar a infra-estrutura física de modernos meios de transporte, conectando rodovias, ferrovias e hidrovias, a expansão dos negócios regionais, particularmente do comércio, estaria comprometida”¹⁰⁵. Essa idéia era agora retomada pela iniciativa brasileira.

¹⁰³ Comunicado de Brasília disponível em http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/di1-9-00.htm Acessado em 22/07/2006.

¹⁰⁴ País quer evitar confronto com EUA. In **Folha de São Paulo**, 1º de setembro de 2000.

¹⁰⁵ CERVO, Amado L. **Relações Internacionais da América Latina** – velhos e novos paradigmas. IBRI, Brasília, 2001. P. 220

Como se descreve no próprio Comunicado de Brasília, “integração e desenvolvimento da infra-estrutura física são duas linhas de ação que se complementam”¹⁰⁶. Ainda conforme o comunicado dos presidentes,

A formação do espaço econômico ampliado sul-americano almejado pelas sociedades da região dependerá da complementação e expansão de projetos existentes e da identificação de novos projetos de infra-estrutura de integração, orientados por princípios de sustentabilidade social e ambiental, com capacidade de atração de capitais extra-regionais e de geração de efeitos multiplicadores intra-regionais.¹⁰⁷

Percebe-se aí a importância dada à iniciativa privada e aos investidores estrangeiros na implementação dos projetos de infra-estrutura na região. A questão do financiamento dos projetos era – e continua sendo – o principal obstáculo a ser superado, o que justifica a relevância que os presidentes conferiram ao tema. Além disso, a necessidade de harmonização normativa entre os países da região tanto para viabilizar os investimentos quanto para otimizar os efeitos da implantação dos projetos é destacada, e conformaria um objetivo prioritário a ser perseguido nos anos subsequentes.

Anexo ao Comunicado de Brasília, foi apresentado um Plano de Ação para o desenvolvimento das atividades que deveriam impulsionar a integração das infra-estruturas na região nos 10 anos seguintes. Dava-se origem, naquele momento, à iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana – IIRSA, que será detalhada mais adiante.

A seqüência da Reunião de Brasília: o nascimento da Comunidade Sul-americana de Nações

A infra-estrutura foi a base das discussões da II Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Guayaquil, Equador, em julho de 2002. Segundo comunicado do Itamaraty à imprensa, o próprio presidente Cardoso teria sublinhado a importância que

¹⁰⁶ Comunicado de Brasília. Op. Cit.

¹⁰⁷ Idem.

gostaria que fosse concedida à IIRSA na reunião¹⁰⁸. O fracasso da reunião do Equador poderia representar o fracasso da iniciativa brasileira de formação do espaço sul-americano, e por isso o Brasil considerava essencial que a reunião focasse os avanços alcançados a partir da reunião de Brasília, revelando a continuidade e a consequência das iniciativas lançadas naquela ocasião. Como resultado, parte substantiva do “Consenso de Guaiquil sobre Integração, Segurança e Infra-Estrutura para o Desenvolvimento” versa sobre a infraestrutura regional e sobre a IIRSA em particular.

Dois anos depois seria realizada a III Reunião de Presidentes da América do Sul, dessa vez em Cuzco, no Peru. Essa reunião representou um avanço com relação às reuniões anteriores, sem implicar descontinuidade. Na ocasião, foi lançada a Comunidade Sul-Americana de Nações – Casa, através da “Declaração de Cuzco sobre a Comunidade Sul-americana de Nações”, e assinada a “Declaração de Ayacucho”, que reafirmava o respaldo da IIRSA e apresentava uma lista de 31 projetos prioritários de infra-estrutura a serem implementados até 2010.

João Mendes Pereira destaca que a idéia de criação de uma instância que institucionalizasse o diálogo político sul-americano começou a ganhar força a partir dos frequentes encontros entre os mandatários dos países da região nos anos de 2003 e 2004. No entanto, Pereira ressalta que foi necessário “desgastante e prolongado esforço negociador”, principalmente frente à Colômbia e ao Uruguai, e em menor escala, com o Chile, para formalizar a constituição da Comunidade Sul-americana de Nações, em Cuzco¹⁰⁹.

Já Marco Aurélio Garcia, assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, ressaltou o caráter não-hegemônico com que o Brasil promoveu a iniciativa. Para Garcia,

A considerável expansão do Mercosul e a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações se fizeram sem que em nenhum momento o Brasil reivindicasse ou alardeasse "liderança". Ao contrário,

¹⁰⁸ Comunicado Oficial à Imprensa, Disponível em

http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe.asp?ID_RELEASE=1352 Acessado em 22/07/2006

¹⁰⁹ PEREIRA, João Mendes. **A iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul – IIRSA como instrumento da política brasileira para integração da América do Sul**. Tese apresentada no XLVIII Curso de Altos Estudo do Instituto Rio Branco. 2005

o presidente Lula e o chanceler Amorim sempre enfatizaram que a regionalização exige solidariedade e não busca hegemonismos.¹¹⁰

Na Declaração de Cuzco, reforçou-se a idéia de que, com a Casa, os países estariam fortalecendo a identidade própria da região. Segundo descreve a Declaração, a Comunidade Sul-americana de Nações se forma tomando em conta a

determinação de desenvolver um espaço sul-americano integrado no âmbito político, social, econômico, ambiental e de infraestrutura, que fortaleça a identidade própria da América do Sul e que contribua, a partir de uma perspectiva subregional e em articulação com outras experiências de integração regional, para o fortalecimento da América Latina e do Caribe e lhes outorgue uma maior gravitação e representação nos foros internacionais.¹¹¹

O aprofundamento do espaço sul-americano a partir da Casa estaria assentado sobre três pilares principais. O primeiro diz respeito à concertação política e diplomática, reforçando a importância da democracia na região. O segundo concerne à aproximação entre Mercosul e CAN, com a adição da Guiana e do Suriname, numa vertente mais comercial. Por fim, a integração da infra-estrutura regional, que começava a apresentar seus primeiros resultados concretos com a escolha de projetos considerados prioritários pelos 12 países da região.

Com a instituição da Comunidade Sul-americana de Nações, as reuniões de presidentes da América do Sul seriam substituídas pelas Reuniões de Chefes de Estado e de Chanceleres da Comunidade Sul-americana de Nações. A iniciativa lançada em 2000 por Fernando Henrique alcançava, quatro anos depois, resultados concretos no sentido da “formação do espaço sul-americano”: a institucionalização política da região, apoiada por projetos concretos de interconexão física capazes de impulsionar uma maior interdependência regional.

A I Reunião dos Presidentes e Chefes de Governo dos países da Comunidade Sul-americana de Nações realizou-se em Brasília, em setembro de 2005. Nela, estabeleceu-se uma agenda prioritária para as atividades da entidade, coerente com o que vinha sendo

¹¹⁰ GARCIA, Marco Aurélio. Nostalgia da submissão. In **Folha de São Paulo**, quarta-feira, 31 de agosto de 2005.

¹¹¹ Comunidade Sul-Americana de Nações: documentos. Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

discutido no fórum anterior. Foram oito os temas selecionados: diálogo político; integração física; meio ambiente; integração energética; mecanismos financeiros sul-americanos; assimetrias; promoção da coesão social, da inclusão social e da justiça social; telecomunicações.¹¹²

Da mesma forma, os presidentes aprovaram um programa de ação, com indicações de atividades que dariam conseqüência aos temas prioritários. Previu-se a constituição de um foro sul-americano de consulta e coordenação política, formado a partir de mecanismos já existentes no Mercosul e na Comunidade Andina, agregando representantes da Guiana e Suriname. A programação de atividades indicava também ações para eliminar a exigência de vistos para a circulação de cidadãos entre os países, erradicar a febre aftosa, dengue e malária, estimular a promoção de comércio e investimentos intra-bloco, integrar a infraestrutura, além de estimular a integração turística e cultural, entre outros.¹¹³

Em realidade, a agenda abrangia áreas já previstas na estratégia brasileira. Celso Amorim descrevia, ainda em 2004, que

[o] aprofundamento dos laços entre nossas economias, a convergência política e o aumento do contato entre as sociedades e os cidadãos da América do Sul passam por acordos comerciais como os que firmamos entre o Mercosul e os países da Comunidade Andina. Exigem atenção especial para questões de infra-estrutura, como transportes, comunicações, energia. Mas requerem, também, uma aproximação entre os povos e sociedades, por meio da arte, da cultura, da multiplicação de oportunidades de contato.¹¹⁴

Pela ampliação da integração para áreas geralmente secundarizadas nos processos integracionistas que se limitam à esfera comercial, estar-se-ia efetivamente construindo uma comunidade das nações sul-americanas. Ou, como escreveu Duhalde, concretizando o “destino manifesto que motiva a nossa associação, e que já começa a projetar-se a um nível superior, através da Comunidade Sul-americana de Nações”¹¹⁵.

¹¹² Idem

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ AMORIM, Celso. Conceitos e estratégias da diplomacia do governo Lula. In. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**. Projeto Raúl Prebisch vol 1, nº 1 (out. 2004) -, Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2004. P. 42

¹¹⁵ DUHALDE, Eduardo. Perspectivas do Mercosul. In. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**. Projeto Raúl Prebisch vol 1, nº 2 (jan. 2005) -, Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2005. P. 28.

Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana – IIRSA

A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA tem suas origens na primeira reunião de presidentes da América do Sul, realizada em 2000, em Brasília. A IIRSA serviria ao propósito de prover a região de uma infra-estrutura básica, nas áreas de transporte, comunicações e energia, disponibilizando as bases para uma maior integração comercial e social do continente sul-americano.

O comunicado de Brasília contempla um capítulo específico sobre a infra-estrutura de integração. Explicitam-se nele os objetivos orientadores da iniciativa que então se criava:

- Identificação de obras de interesse bilateral e sub-regional;
- Identificação de fórmulas inovadoras de apoio financeiro para os projetos de infra-estrutura;
- Adoção de regimes normativos e administrativos que facilitem a interconexão e a operação dos sistemas de energia, de transportes e de comunicações.

Com o objetivo de dar prosseguimento aos entendimentos presidenciais, os ministros de Estado de comunicações, transportes e energia da América do Sul reuniram-se em Montevideu, em dezembro daquele mesmo ano. Na ocasião, foi discutido o Plano de Ação para a Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul¹¹⁶, o qual estabelecia três linhas gerais norteadoras das ações da iniciativa: coordenação de planos e de investimentos, compatibilização e harmonização dos aspectos regulatórios e institucionais e, por fim, busca de mecanismos inovadores de financiamento público e privado. Ao mesmo tempo, propunha um horizonte de dez anos para os trabalhos da IIRSA.

Em sua forma inicial, a iniciativa foi planejada para ter suas orientações emanadas de um conselho de ministros de infra-estrutura e de planejamento dos doze países partícipes, denominado Comitê de Direção Executiva – CDE. Ficaria a cargo do CDE guiar

¹¹⁶ Disponível em <http://www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos%20PDF/Plan%20de%20Acción%20Montevideo%20final.pdf>. Acessado em 22/07/2006.

os trabalhos técnicos de acordo com as prioridades estabelecidas pelos governos. Para tanto, se reuniria semestralmente para transmitir as orientações dos governos e notificar-se do desenvolvimento dos trabalhos.

Logo abaixo, como secretaria-executiva, estaria o Comitê de Coordenação Técnica - CCT, responsável pela coordenação dos trabalhos e dos grupos técnicos. O CCT seria formado por três entidades multilaterais de fomento, quais sejam, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; a Corporação Andina de Fomento – CAF, braço financeiro da Comunidade Andina de Nações; e o Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA.

Na instância mais operativa, estariam os Grupos Técnicos Executivos – GTE's, o nível mais técnico da IIRSA, responsável pela execução dos trabalhos de acordo com as orientações do CCT e, em última instância, do CDE. A América do Sul foi dividida em Eixos de Integração e Desenvolvimento, dentro dos quais seriam discutidos e avaliados os projetos de infra-estrutura de integração, e cada um desses eixos seria objeto de um GTE específico. Da mesma forma, os temas de financiamento e de harmonização de marcos regulatórios em transportes, energia e telecomunicações formariam, cada um, um GTE.

O conceito de Eixos de Integração e Desenvolvimento, desenvolvido a partir das idéias de Eliezer Batista¹¹⁷, ex-presidente da Companhia Vale do rio Doce e ex-ministro de Minas e Energia do Governo de João Goulart, já tinha sido usado como subsídio à elaboração dos planos plurianuais do Governo Federal brasileiro para os períodos 1996-1999 e 2000-2003. Com a IIRSA, o Brasil propôs a expansão dessa metodologia de planejamento territorial para o espaço sul-americano, com a qual se chegaria a um portfólio hierarquizado de projetos de infra-estrutura.

Paralelamente à apresentação dos projetos, os países trabalhariam em torno de uma agenda de “aproximação” ou harmonização regulatória, visando à diminuição dos riscos a que os investidores estariam submetidos na execução dos projetos. Desse modo, contribuiria a IIRSA para uma maior aproximação regional ao discutir aspectos concretos de integração física, que serviriam para suportar os aumentos esperados no comércio intra-regional, particularmente com os esforços de aproximação entre Mercosul e Comunidade

¹¹⁷ BATISTA, Eliezer - **Infra-estrutura para o Desenvolvimento Social e Integração na América do Sul**. Rio de Janeiro, Editoria Expressão e Cultura, 1997.

Andina de Nações, e extra-regional, tendo em vista as potencialidades que se percebia nos promissores mercados asiáticos, particularmente a China, ao possibilitar escoamento da produção de grãos do centro-oeste brasileiro pelos portos do Pacífico.

À primeira vista, o fato de três instituições regionais de financiamento apoiarem a iniciativa gerou expectativas quanto à possibilidade de implementação de projetos de infraestrutura já constantes do portfólio de cada um dos países da América do Sul. Discutia-se a implementação de um selo IIRSA, que garantiria tratamento diferenciado aos projetos identificados pela iniciativa nos organismos de fomento. Do mesmo modo, esperava-se que a avaliação de risco dos projetos constantes da carteira da IIRSA fosse mais vantajosa para os países, dado o grau de convergência política ao qual estariam vinculados.

Seleção de Projetos

Num primeiro momento, os países indicaram uma série de projetos de infraestrutura de integração para serem considerados no âmbito da IIRSA. Esse primeiro inventário contava com 335 projetos, no valor de U\$ 37,47 bilhões. Obviamente, a lista geral apresentava projetos com diferentes graus de maturação, com possibilidades díspares de implementação no curto, médio e longo prazos.

Com o objetivo de se realizar uma hierarquização dos projetos, estabeleceu-se uma metodologia de planejamento territorial indicativo, oriunda também da experiência brasileira dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento. No âmbito dos GTE's de cada Eixo de Integração, os técnicos dos governos reuniram os projetos em agrupamentos, identificando, para cada um dos grupos, um projeto-âncora. A idéia era explorar a sinergia do conjunto de projetos que se relacionassem de acordo com a logística de infraestrutura a ser implementada no território. Com isso, deixava-se de pensar somente a obra, ampliando o escopo de análise para os serviços de logística decorrentes da implantação dos projetos.

Em paralelo, o Comitê de Coordenação Técnica da Iniciativa desenvolveu uma visão de negócios para cada eixo, identificando as principais atividades econômicas e os fluxos existentes e potenciais de comércio gerados a partir delas. As informações oriundas desses diagnósticos alimentaram o processo técnico de hierarquização e priorização dos projetos.

Aplicou-se, para tanto, uma metodologia de análise multicriterial, pela qual eram analisados os impactos esperados da implementação de cada grupo de projetos no desenvolvimento sustentável da região, nas suas esferas econômica, social e ambiental, e a viabilidade econômica, financeira, ambiental e político-institucional de cada um deles.¹¹⁸

No campo econômico, eram analisados os impactos dos projetos quanto ao aumento no fluxo de comércio de bens e serviços, quanto à atratividade de investimentos privados em unidades produtivas na área de influência desses projetos e, finalmente, à contribuição para o aumento da competitividade da produção regional. Em termos sociais, eram observados os impactos na geração de emprego e renda e na melhoria da qualidade de vida da população. Por fim, a análise ambiental dava-se a partir do impacto sobre a conservação dos recursos naturais e sobre a qualidade ambiental da região do agrupamento.

Além desses aspectos, eram observados elementos de viabilidade para a implementação dos agrupamentos. A harmonização do marco institucional e regulador entre os países envolvidos em determinado grupo era levada em consideração, assim como as possibilidades de mitigação de riscos ambientais.

Todo esse processo culminaria na apresentação da Agenda de Implementação Consensuada - AIC, durante a Terceira Reunião dos Presidentes da América do Sul, realizada em Cuzco, Peru, em dezembro de 2004. Os doze países chegavam a um consenso sobre os projetos prioritários para a integração física regional, apresentando um portfólio com 31 projetos, sendo 28 na área de transportes, um na área de energia, e dois na de comunicações.

Alguns aspectos da Agenda devem ser destacados. Estabeleceu-se um horizonte temporal de seis anos para a implantação dos projetos, entre 2005 e 2010, de acordo, portanto, com o plano de ação estabelecido para a iniciativa. O valor dos projetos a serem implementados nesse período ficou abaixo de 5 bilhões de dólares, uma quantia razoável se comparada com os 37 bilhões de dólares da carteira completa. Por fim, ressalta-se que todos os países foram contemplados com pelo menos um projeto.

O mapa **2.1** destaca os 31 projetos acordados pelos presidentes.

¹¹⁸ Planejamento Territorial Indicativo para a América do Sul. Disponível em http://www.planejamento.gov.br/planejamento_investimento/conteudo/iirsa/index_iirsa.htm Acessado em 22/07/2006.

MAPA 2.1
Agenda de Implementação Consensuada – IIRSA

IIRSA - AGENDA DE IMPLEMENTACION CONSENSUADA 2005-2010



Fonte: IIRSA – Disponível em www.iirsa.org. Acessado em 20/07/2006

Apesar de os GTE's de Processos Setoriais de Integração que tratavam dos temas regulatórios e de financiamento não terem alcançado a mesma efetividade, a apresentação da AIC representou um marco nos trabalhos da IIRSA. Apesar das análises que se possa fazer acerca dos projetos apresentados, o fato de os doze países terem firmado a lista dos 31 projetos simboliza a coesão da região em torno de projetos prioritários comuns para o seu desenvolvimento.

Como a IIRSA não apresenta nenhum grau de institucionalidade, chama atenção a continuidade que se conseguiu imprimir aos trabalhos apesar das trocas de governo que se processaram em vários países da América do Sul. Isso pode indicar a importância do papel desempenhado pelas agências multilaterais como animadoras do processo.

Efetivamente, ficava sob responsabilidade do CCT a contratação de estudos e consultorias que orientassem a tomada de decisão dos países sobre os projetos e sobre os avanços do processo setorial de integração. Esperava-se, assim, aproveitar a maior agilidade dos organismos que compunham o comitê técnico, escapando das restrições orçamentárias e legais – particularmente de contratação – dos Estados Nacionais.

De outro lado, esse modo de operar da iniciativa gera desconfiças quanto ao grau de ingerência dos bancos nos rumos da iniciativa. Apesar de serem geridos pelos países, essas instituições têm interesses próprios na região, inclusive disputando, mais particularmente BID e CAF, os melhores projetos.

A propósito, o Comunicado de Brasília de 2000 afirma que os presidentes

decidiram instruir seus governadores no BID e representantes junto aos organismos financeiros internacionais para que, quando oportuno, proponham, naquelas instituições (...) a adoção de todas as medidas necessárias à implementação das propostas contidas no Plano de Ação em anexo, com vistas à realização de estudos, prestação de serviços de consultoria e desembolso de financiamentos para apoiar a implementação de iniciativas visando o desenvolvimento de eixos de integração para o futuro espaço econômico ampliado da América do Sul. Os Presidentes destacaram, neste sentido, a importância singular do trabalho futuro de coordenação com o BID e a CAF, entre outros organismos internacionais e regionais relevantes.¹¹⁹

Outra falha no processo de seleção de projetos foi a ausência de uma visão estratégica de longo prazo para a América do Sul que pudesse ter sido utilizada como norteadora do processo. Uma visão estratégica regional acabou sendo discutida nos países após a apresentação da Agenda de Implementação Consensuada, sendo que, em alguns países, como no Brasil, esse processo de discussão não tinha se concluído até meados de 2006.

Isso impediu, portanto, que houvesse uma discussão quanto ao modelo de desenvolvimento a ser buscado na região. A partir do momento em que são implementadas nos territórios, as infra-estruturas impulsionam um tipo de desenvolvimento a partir dos fluxos que favorecem. Os países estariam integrando suas infra-estruturas sem ter claro que tipo de desenvolvimento almejam, se algo que impulsiona o desenvolvimento regional ou

¹¹⁹ Comunicado de Brasília. Op. Cit.

que alimente ainda mais o modelo agro-exportador excludente típico da maioria dos países da região, por exemplo.

A IIRSA nas primeiras luzes do Governo Lula

No entendimento de Paulo Roberto de Almeida, ressalvada a importância que o tema da integração física regional adquiriu na política externa de Cardoso, a prioridade concedida à América do Sul no Governo FHC teria se bastado no plano retórico. O Acordo Mercosul – CAN ficou inconcluso na sua gestão, a iniciativa da ALCSA, lançada por Itamar Franco e Celso Amorim, não foi levada adiante, tendo apenas atuado na mediação do conflito entre Peru e Equador.¹²⁰

Com o advento do governo Lula, a América do Sul foi reafirmada como prioridade dentre as linhas de atuação externa do país. O chanceler Celso Amorim, em seu discurso de posse como Ministro das Relações Exteriores, defendeu o aprofundamento da integração entre os países da América do Sul. Segundo Celso Amorim:

A formação de um espaço econômico unificado, com base no livre comércio e em projetos de infraestrutura, terá repercussões positivas tanto internamente quanto no relacionamento da região com o resto do mundo.¹²¹

Essa política tornou-se clara nos primeiros meses do Governo Lula. Sua participação na formação do Grupo dos Amigos da Venezuela e a sua viagem à Argentina, primeira como presidente eleito, são bastante representativas. A atuação brasileira, porém, não se limitou às afirmações de intenções políticas. Os empréstimos do BNDES à Venezuela; o compromisso de construir uma ponte – inaugurada em janeiro de 2006 – entre os municípios de Assis Brasil, no Acre, e Iñapari, no Peru; a postura ativa no apoio ao então candidato Néstor Kirchner nas eleições argentinas, emprestam um caráter prático a essa posição do Brasil frente a seus vizinhos.

¹²⁰ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol. 47, Nº 1, 2004.

¹²¹ Discurso do Embaixador Celso Amorim, por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Disponível em: SILVA, Luiz Inácio Lula da; AMORIM, Celso; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **A Política Externa do Brasil**, IPRI/FUNAG. Brasília, 2003.

A posição política do Governo refletiu-se numa mudança na própria estrutura do Itamaraty. A América do Sul, que antes era acompanhada dentro do Departamento das Américas, ganhou uma Sub-Secretaria específica, vinculada diretamente à Secretaria-Geral e assim, ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Quanto à IIRSA, porém, Almeida aponta que essa iniciativa teria sido parcialmente aceita por Lula, que preferiu empregar ações para viabilizar o financiamento bilateral do BNDES a obras de infra-estrutura nos países vizinhos.¹²² O embaixador Rubens Ricupero, na mesma linha, em entrevista ao jornal **O Estado de São Paulo**, ao percorrer o tema da integração regional sul-americana, ressaltou que faltava uma dose a mais de espírito de continuidade à diplomacia brasileira¹²³. Nenhum dos dois se detém, no entanto, sobre quais teriam sido as razões para essa aceitação apenas parcial da IIRSA nas primeiras luzes do governo Lula.

É importante ter em perspectiva, nesse momento, a dança de paradigmas com a qual Amado Cervo caracteriza as relações internacionais da América Latina na década de 1990. Segundo a construção de Cervo, coexistiram o paradigma de *Estado Desenvolvimentista* – autonomista; o *Estado Normal* – subserviente, destrutivo e regressivo; e o *Estado Logístico* – única forma que poderia gerar um equilíbrio na inserção das economias dependentes no capitalismo global. Das três formas, o *Estado Normal*, ressonância da introdução do fundamentalismo neoliberal na América Latina, foi a que mais claramente pôde ser percebida no subcontinente sul-americano na última década do século XX, em diferentes graus de um país para outro.¹²⁴

No Brasil, em particular, o paradigma do *Estado Desenvolvimentista* foi definindo. Apesar de o desenvolvimento continuar no horizonte da política exterior do Brasil, ele deixou de ser o seu elemento de racionalidade. Em seu lugar, tomou parte o *Estado Normal*, uma invenção argentina de adoção acrítica dos modelos advindos dos centros hegemônicos, e experimentou-se um esboço do *Estado Logístico*.

Os reflexos da adoção do Estado Normal se fizeram sentir também no âmbito das relações regionais, onde, a princípio, o Brasil teria mais se distanciado do idealismo que norteava sua atuação multilateral. A formação do Mercosul, que previa integração

¹²² ALMEIDA, Paulo Roberto de. 2004, Op. Cit;

¹²³ Entrevista do Embaixador Rubens Ricupero a **O Estado de São Paulo**, 5 de junho de 2005

¹²⁴ CERVO, Amado Luiz. 2001. Op. Cit;

industrial e desenvolvimento, foi deliberadamente desviada para questões meramente comerciais. E a integração física sul-americana com Cardoso admitia um papel reduzido aos Estados, delegando às agências regionais de desenvolvimento e à iniciativa privada o papel de incentivadores e executores do processo.

De fato, isso gerava, à primeira vista, algumas ambigüidades. A primeira delas diz respeito à delegação da secretaria-executiva às agências multilaterais CAF, BID e FONLPATA. Nessa linha, chama a atenção a ausência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, segundo maior banco de investimento do mundo e ator-chave para a promoção da indústria nacional, dos trabalhos da iniciativa. Por outro lado, permitiu-se a presença do BID, no qual a influência norte-americana tende a ser muito forte.

Em agosto de 2003, o BNDES e a CAF promoveram o Primeiro Seminário Internacional de Co-financiamento BNDES/CAF: Prospecção de Projetos de Integração Sul-americana. O seminário objetivava identificar projetos de infra-estrutura a serem financiados pelos dois organismos nos doze países da América do Sul, a despeito do processo em curso na IIRSA. Cada país apresentou às instituições dois projetos de seu interesse para serem analisados e posteriormente financiados.

Esperava-se, com isso, inserir o BNDES no processo de integração física sul-americana. Inclusive, criou-se no Banco um departamento específico, dentro da área de comércio exterior, para tratar das questões relativas à integração sul-americana. Assim, reforçava-se o papel do Estado brasileiro no incentivo e no direcionamento do mercado para as áreas consideradas prioritárias, nesse caso a integração regional.

Atualmente, o BNDES tem em carteira vários empreendimentos nos quais financia as exportações de empresas brasileiras que participam da execução de projetos em países da América do Sul. Na Argentina, dois projetos para construção de gasodutos levam financiamento de cerca de 240 milhões de dólares referentes à exportação de tubos produzidos no Brasil e de serviços de engenharia prestados por empresas brasileiras.

No Chile, as operações superam os 150 milhões de dólares com exportações de vagões brasileiros para o metrô de Santiago. Já para o Equador, o BNDES financiou exportação de aviões da Embraer e de bens e serviços referentes à construção da Usina Hidrelétrica de San Francisco, no valor total de 304 milhões de dólares. Com o Paraguai,

mais 77 milhões de dólares para a exportação de bens e serviços de engenharia referentes à construção da Ruta 10. Por fim, a Venezuela, país mais beneficiado com esse tipo de operação do BNDES, foi contemplada com cerca de 325 milhões de dólares, conforme mostra a tabela 2.1

TABELA 2.1
Operações Contratadas do BNDES para a América do Sul.

CARTEIRA AEX/ DECEX5 - OPERAÇÕES CONTRATADAS

País/ Projeto	Financiamento em US\$
ARGENTINA	237.000.000
TGS - Gasoduto San Martín	200.000.000
TGN - Gasoduto Norte	37.000.000
CHILE	153.222.000
Ampliação Metrô de Santiago	153.222.000
EQUADOR	304.565.000
Aviões Embraer para TAME	61.600.000
UHE San Francisco	242.965.000
PARAGUAI	77.000.000
Ruta 10	77.000.000
VENEZUELA	326.400.000
UHE La Vueltona	121.000.000
Linha 4 Metro Caracas	107.500.000
Linha 3 Metro Caracas	78.000.000
Moderniz. Prod. Maiz y Ganado / Fondafa II	19.900.000
Total Integração América do Sul	1.098.187.000

Resta observar que os projetos financiados pelo BNDES não constam da agenda prioritária dos projetos da IIRSA. Tampouco se referem aos projetos apresentados no seminário de co-financiamento CAF/BNDES.

¹²⁵ Extraído de Palestra do Sr. Guido Mântega, Presidente do BNDES, na I Rodada de Consultas sobre a Visão Estratégica Sul-americana no Brasil, realizada na sede do BNDES, dia 23/11/2005. Disponível em http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/iirsa/Guido_Mantega_IIRSA_23nov.PPT. Acessado em 20/02/2006.

De fato, a IIRSA tentava conceder um tratamento estritamente técnico à hierarquização e seleção dos projetos. A estrutura montada à época de Cardoso para tratar dos temas da infra-estrutura física denota essa idéia, pois tem a coordenação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e não do Ministério das Relações Exteriores que, a princípio, seria o órgão mais afeto ao tema. A Comissão Interministerial para a Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul, criada por decreto presidencial em 17 de setembro de 2001, conta ainda com os ministérios de comunicações, minas e energia e transportes.

Outro aspecto importante refere-se ao setor de energia. A integração energética ganhou relevância na IIRSA e se constituiu em tema sensível no âmbito da iniciativa. O momento de formação e consolidação da Iniciativa coincide com o racionamento de energia pelo qual passava o Brasil, principal pólo industrial, detentor da maior população e, conseqüentemente, maior consumidor de recursos energéticos no continente sul-americano.

Assim, ao se analisar a carteira mais ampla de projetos da IIRSA, percebe-se que boa parte dos empreendimentos do setor de energia visava a atender a demanda do mercado brasileiro.¹²⁶ Em paralelo, o GTE do Processo Setorial de Integração do setor energético, denominado Marcos Normativos em Mercados Energéticos Regionais, concedia uma lógica privatista ao setor, o que gerava desconforto no Brasil, principalmente depois da troca de governo, com a perspectiva de se instaurar um novo modelo regulatório para o setor elétrico e com o excesso de energia que se seguiu ao “apagão”.

Na VI Reunião do Comitê de Direção Executiva, realizada em 23 e 24 de dezembro de 2004, alguns dias antes da reunião presidencial, esse modelo foi alterado. O GTE ganhava nova denominação, Integração Energética. A mudança no nome refletiria uma alteração na lógica com a qual o tema seria tratado, não mais pela ótica do Mercado, mas pelo viés de aproveitamento das fontes energéticas dispostas nos países que pudessem favorecer a integração¹²⁷.

¹²⁶ Planejamento Territorial Indicativo para a América do Sul. Op. Cit.

¹²⁷ Ata da VI Reunião do CDE. Disponível em

<http://www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos%20PDF/Acta%20Caracas%20Español.pdf> . Acessado em 22/07/2006.

A IIRSA como instrumento da Política Exterior do Governo Lula

A despeito de suas ambigüidades, a IIRSA já estava na agenda dos demais países sul-americanos. Durante o primeiro ano de seu governo, Lula recebeu em Brasília todos os Chefes de Estado dos países sul-americanos. Nas declarações resultantes dessas reuniões, sempre era feita uma menção à IIRSA. No comunicado conjunto à imprensa por ocasião da visita do chefe de Estado da Bolívia, Sanches de Lozada, ao Brasil, ainda em abril de 2003, por exemplo, citou-se que os presidentes de ambos os países

constataram o progresso verificado na relação Brasil-Bolívia, que decorre em grande parte do projeto de integração física, o qual constitui exemplo para o seguimento dos objetivos delineados pelos Presidentes da América do Sul na Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).¹²⁸

Em realidade, enfrentando os demais países sul-americanos situações econômicas mais críticas que a brasileira, a IIRSA aparecia como alternativa para viabilização de uma série de investimentos que, sozinhos, poderiam não ter condições de realizar. Ao desenvolver um processo que pressupunha uma escolha técnica dos projetos prioritários, os países contavam com um maior interesse de organismos internacionais e do setor privado em participar desses investimentos, dado que estaria intrínseco um grau de redução de seu risco.

Assim, é possível perceber, progressivamente, uma participação mais qualitativa da diplomacia brasileira e do Governo Lula na IIRSA. Na IV reunião do CDE, realizada na Venezuela, no início de julho de 2003, a primeira a realizar-se no período de atuação do novo governo, o Brasil não se fez representar por nenhum Ministro ou Secretário de Estado. O mais alto funcionário do Itamaraty a participar da reunião era um ministro. Ainda, importa ressaltar que o governo brasileiro concedia atenção especial à Venezuela, posição declarada na criação dos Amigos da Venezuela.

Na V reunião do CDE, realizada no final de 2003, o Ministro de Estado dos Transportes, Anderson Adauto, foi o chefe da Delegação Brasileira no Chile. O Secretário

¹²⁸ Comunicado Conjunto dos Presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada (Brasília, 28 de abril de 2003) Disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe.asp?ID_RELEASE=159 Acessado em 22/07/2006.

de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento também estava presente.

A partir dessa reunião, os encontros do CDE passaram a se realizar no intervalo de um ano. A VI Reunião contou com a presença, por parte do governo brasileiro, do Secretário-Executivo e do Secretário de Política Nacional de Transportes, do Ministério dos Transportes, do Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos, do Ministério do Planejamento, além do embaixador brasileiro no Peru. Mais ainda, esteve presente na reunião o Embaixador Ruy Pereira, Chefe de Gabinete do Secretário-Geral do Itamaraty, indicando um envolvimento mais próximo do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães¹²⁹.

Com o envolvimento mais ativo da diplomacia brasileira, o Brasil buscava retomar a IIRSA como um instrumento da sua estratégia para a América do Sul. Por ocasião da Terceira Reunião de Presidentes da América do Sul, quando foi criada a Comunidade Sul-americana de Nações, foram assinados dois documentos referentes à integração Sul-americana, a “Declaração de Cuzco sobre a Comunidade Sul-americana de Nações” e a “Declaração de Ayacucho”¹³⁰, nos quais os presidentes reforçavam a importância da integração da infra-estrutura física e reafirmavam o respaldo à IIRSA e aos avanços alcançados até então.

A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana tornou-se, portanto, ao lado da integração econômica e dos valores democráticos, um dos pilares de sustentação da Comunidade Sul-americana de Nações - Casa. Mais importante, com a assinatura da Agenda de Implementação Consensuada, a integração regional passou a ter um plano concreto para evoluir a partir da integração das infra-estruturas na América do Sul.

Últimos Avanços

Com a apresentação da Agenda de Implementação Consensuada, a IIRSA encerrou uma fase de planejamento e entrou na fase de execução dos projetos. Nessa linha, a

¹²⁹ As listas de presença das reuniões do CDE podem ser acessadas a partir do sítio <http://www.iirsa.org/cde.asp?CodIdioma=ESP> Acessado em 22/07/2006.

¹³⁰ ambas disponíveis em http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe.asp?ID_RELEASE=2721 Acessado em 22/07/2006.

preocupação com o monitoramento estratégico da implementação dos projetos e com os efetivos impactos dos mesmos nos territórios ganhou espaço central nas discussões. Além disso, uma mudança de enfoque para o tratamento dos processos setoriais de integração também consta dos objetivos estratégicos acordados entre os países para o ano de 2006.¹³¹

A partir da apresentação da AIC, os projetos ganharam uma visibilidade ampliada. Assim, concentrar-se no monitoramento estratégico e na gestão de restrições de cada um dos 31 projetos tornou-se fundamental. Destaca-se que, após cerca de um ano da apresentação da agenda, um projeto já foi inaugurado – Ponte sobre o Rio Acre, entre Brasil e Peru, e mais 10 estavam em execução.

Com a implementação dos projetos, a questão que se torna relevante é quanto ao impacto desses projetos no desenvolvimento regional. Assim, os países acordaram em realizar uma segunda etapa no processo de planejamento, após a conclusão do processo de construção da visão estratégica sul-americana. O objetivo seria melhorar a qualidade do processo de planejamento aplicado na seleção dos 31 projetos, com ações específicas em Avaliação Ambiental Estratégica e análise da integração das cadeias produtivas e da logística.¹³²

Em realidade, o propósito passa por assegurar que os projetos não se convertam em grandes corredores de exportação, mas que possam gerar desenvolvimento nas suas áreas de influência. Antes mesmo de se concretizar uma ligação interoceânica por meio da integração das infra-estruturas na América do Sul, focaliza-se na importância que esses projetos podem ter no estímulo ao desenvolvimento do interior do continente que, longe da costa, está pouco conectado aos grandes fluxos regionais.

Os trabalhos referentes à harmonização dos marcos regulatórios não vinham avançando satisfatoriamente. Com isso, os países acordaram em limitar seu escopo. Em vez de tentar promover a harmonização regulatória entre todos os participantes da iniciativa, assentava-se, a partir de então, sobre problemas concretos oriundos do tratamento específico dos projetos e dos eixos de integração e desenvolvimento.

¹³¹ Ata da VII Reunião do Comitê de Direção Executiva – CDE. Disponível em http://www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos%20PDF/cde7_acta_%20asuncion_%20esp.pdf Acessado em 22/07/2006.

¹³² Idem

Atenção especial deve ser dada também à questão do financiamento dos projetos. A viabilização dos investimentos continua sendo o principal gargalo a ser enfrentado pela iniciativa, que busca mecanismos financeiros inovadores a serem aplicados nos projetos que compõem a carteira consensuada.

Por fim, os países acordaram em promover, a partir de 2006, um processo de ampla divulgação da iniciativa. Em primeiro lugar, isso reflete o interesse dos governos em atrair o setor empresarial para os projetos da IIRSA, sendo assim mais uma forma de tentar viabilizar a implantação de alguns projetos a partir do interesse da iniciativa privada. De outra parte, ao pretender “gerar mecanismos de participação direta dos setores produtivo, empresarial e social no processo de planejamento e na identificação das cadeias produtivas integradas ou complementares entre os países”¹³³, os países também respondem aos anseios da sociedade civil organizada em ter uma participação mais efetiva na iniciativa.

Com isso, na medida em que a IIRSA foi se consolidando, fez-se necessária uma avaliação crítica dos caminhos seguidos até então. As propostas para os avanços dos trabalhos apontam para uma revisão de alguns dos seus aspectos mais controversos. Ademais, a vinculação da IIRSA à Comunidade Sul-americana de Nações na estratégia brasileira para a região tende a conferir maior importância à iniciativa, tornando-se ainda mais relevante um monitoramento constante da sua evolução.

Programa de Substituição Competitiva de Importações – PSCI

Em discurso no XXXIII Fórum Econômico Mundial em Davos, ainda em janeiro de 2003, o recém-empossado presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmava a intenção de “aprofundar nossas relações com os países da América do Sul, desenvolvendo com eles uma integração econômica, comercial, social e política”.¹³⁴ Em maio daquele ano, o seu governo já lançava um novo programa de estímulo ao comércio na América do Sul.

A iniciativa fundamentava-se na premissa de que o estímulo às importações da região, que substituíssem, competitivamente, importações procedentes de outras partes do

¹³³ Idem.

¹³⁴ Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no XXXIII Fórum Econômico Mundial. Disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2036
Acessado em 20/02/2006

mundo, contribuiria para o crescimento econômico dos países vizinhos e, conseqüentemente, geraria um círculo virtuoso de aprofundamento da integração. Dessa forma, combater-se-ia os déficits estruturais que os países vizinhos têm nas suas relações comerciais com o Brasil.

O PSCI trata-se de um conjunto de medidas pontuais destinadas a prover governos e empresários dos países da América do Sul com informações qualificadas sobre as potencialidades e oportunidades objetivas de negócios com o Brasil e promover e facilitar contatos entre importadores brasileiros e exportadores dos países sul-americanos.

Para o Embaixador Mário Vilalva, então diretor do departamento de promoção comercial do Itamaraty, a estratégia brasileira de integração da América do Sul, na sua vertente comercial, exigiria esforços em duas direções. De um lado, reduzir as barreiras tarifárias e não tarifárias, de modo permanente e progressivo. De outro, tratar-se-ia de ampliar

os espaços no mercado brasileiro para os produtos e serviços provenientes dos países vizinhos, mediante uma política de auxílio à promoção de suas exportações e de gradual substituição de importações brasileiras de terceiros mercados, sempre que estas possam ser feitas, de forma competitiva, dos países da região.¹³⁵

Segundo o Presidente Lula, citado pelo embaixador Vilalva, o Brasil estava disposto a “aprofundar suas parcerias com os países da América do Sul e a abrir mais espaço em nosso mercado às suas exportações”¹³⁶. Não só o déficit comercial dos países da região com o Brasil era preocupante, mas também a participação da América do Sul nas importações brasileiras vinha diminuindo sensivelmente. Com o fluxo de capitais desbalanceado em favor do Brasil, tentava-se incentivar, através do programa, os investimentos brasileiros na região e impulsionar a importações advindas da América do Sul.

Estudo desenvolvido pelo Itamaraty no escopo do próprio programa mostra a evolução do comércio exterior na América do Sul entre 1995 e 2004. A análise da participação das exportações dos países sul-americanos para os seus vizinhos, excluindo o

¹³⁵ VILALVA, Mário. Programa de Substituição Competitiva de Importações: uma nova política de estímulo ao comércio na América do Sul. In **Comércio Exterior**. Informe Banco do Brasil, nº 55. Disponível em <http://www.braziltradenet.gov.br/PSCI/Arquivos/PalavraVilalva.pdf> Acessado em 20/02/2006.

¹³⁶ Idem.

Brasil, demonstra que a participação relativa da América do Sul como destino das exportações dos países da região tem caído, variando de 26,5%, em 1995, para 19,6% em 2004. Com relação às importações advindas da América do Sul em relação ao total de importações, passam de 24,8% em 1995 e chegam a 35,7% em 2004.¹³⁷

Com isso, percebe-se que os países exportam cada vez menos para a região, ao passo em que importam relativamente mais. Quando os números incluem o Brasil, o percentual de importação reduz-se significativamente (35,7 para 27,8) o que indica que o maior mercado consumidor da América do Sul é pouco provido com produtos originários da própria região.

Relevante destacar a complementaridade existente entre o PSCI e o projeto de exportações via remessas postais, desenvolvido pelo Ministério das Comunicações, constante da lista de 31 projetos prioritários da IIRSA. Através dele, o Brasil repassa a sua experiência na alavancagem das exportações de micro e pequenas empresas via remessas postais para os demais países sul-americanos, possibilitando a construção de mais um caminho de acesso ao mercado brasileiro.

Enfim, Pereira ressalta o fato de o PSCI refletir a constatação de que o processo de liberalização comercial tradicional, por si só, não promove a integração regional¹³⁸. São necessárias ações governamentais que possibilitem a correção ou a amenização dos problemas gerados pelo mercado. É dessa forma que se poderia possibilitar o desenvolvimento sustentável da América do Sul e do próprio processo de integração.

Programa Sul-americano de Apoio às atividades de Cooperação e em Ciência e Tecnologia do Brasil com os Países da América do Sul – Prosul

Também como consequência da I Reunião de Presidentes da América do Sul, na qual o Brasil propôs o estabelecimento de um Fundo Sul-americano de estímulo às atividades de cooperação científica e tecnológica na região, o Ministério da Ciência e

¹³⁷ Estudo do Programa de Substituição Competitiva de Importações, disponível em <http://www.braziltradenet.gov.br/PSCI/Arquivos/EstudoPSCI1.pdf> Acessado em 20/02/2006

¹³⁸ PEREIRA, João Mendes. 2005. Op. Cit.

Tecnologia do Brasil, sob a gestão de Ronaldo Sardenberg, criou, por meio da portaria nº 872, de 20 de dezembro de 2001, o Prosul.

O programa objetiva apoiar atividades de cooperação em ciência e tecnologia que contribuam para o desenvolvimento científico e tecnológico dos países da região. Isso inclui atividades de prospecção, identificação e formulação conjunta de iniciativas que promovam o intercâmbio da comunidade científica regional.

No documento de lançamento do programa, destaca-se que o Prosul “tem por objetivo dotar o sistema de Ciência e Tecnologia sul-americano de instrumento que permita a formulação de uma estratégia regional própria nesta área”¹³⁹. Ao final, pretendia-se aumentar a competitividade das empresas da região, contribuindo para a inserção mais ativa da América do Sul no comércio internacional.

Ainda em 2001, o programa contou com R\$ 1,635 milhão em recursos orçamentários, valor que para 2002 regrediu para R\$ 1,2 milhão. Nesse ano, o comitê gestor do programa elaborou duas diretrizes orientadoras para a seleção de projetos, dando ênfase especial aos projetos que envolvessem cooperação entre Brasil e Argentina.

Em 2003, o novo governo reviu as diretrizes do programa. A prioridade concedida às ações entre Brasil e Argentina foi cancelada. Em seu lugar, passava-se a estimular a formação de redes de instituições que contassem com pelo menos dois, e a partir de 2004, três países sul-americanos, além do Brasil. Nesses anos, o orçamento do programa mais do que dobrou, tendo sido reservados R\$ 3 milhões para cada ano.¹⁴⁰

Nessa linha, o Brasil lançava as bases para o fundo sul-americano para a ciência e a tecnologia. Vê-se o intercâmbio da comunidade científica como muito importante para a formação de uma identidade regional através de atividades de pesquisa e da formação de novos profissionais afinados com o projeto integracionista. Porém, a iniciativa brasileira ainda é bastante modesta para alcançar tal resultado, e a criação de um Fundo Sul-americano para tal atividade parece igualmente distante.

¹³⁹ Documento Básico Brasileiro para o Programa Sul Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia. Disponível em <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14408.html> Acessado em 22/07/2006.

¹⁴⁰ DIAS, Lindolpho de Carvalho. Programa Sul-americano de Apoio às atividades de Cooperação e em Ciência e Tecnologia do Brasil com os Países da América do Sul – Prosul. In **Parcerias Estratégicas**. Centro de Gestão de Estudos Estratégicos – CGEE. Número 20, Julho de 2005. Brasília – DF.

Os reflexos sobre as estratégias de segurança

A presença mais assertiva do Brasil no continente sul-americano, nas várias vertentes demonstradas até aqui, também tem seus reflexos nos arranjos regionais e hemisféricos na área de segurança. Em primeiro lugar, diminui as possibilidades de um arranjo de segurança hemisférico. Em segundo lugar, requer uma presença ativa do Brasil nos dois eixos principais de segurança na América do Sul, a região do Prata e a região amazônica.

O pós-Guerra Fria trouxe mudanças substantivas no tratamento da questão de segurança regional. Com a inclusão de novos temas na agenda, como o narcotráfico, migrações, democracia, dois fatores passaram a ser centrais na definição desse tema. De um lado, a defesa coletiva da democracia, e de outro, a promoção de reformas econômicas e da integração regional como catalisadores de uma ordem regional mais estável.¹⁴¹

Segundo Sennes, Onuki e Amâncio, essas mudanças induziram uma reorientação da estratégia de segurança brasileira no sentido de ampliar sua adesão aos regimes internacionais da área e em reafirmar o seu contorno regional como prioridade da sua política externa. Assim, ao lado da demarcação da América do Sul como sua área de influência, segundo os autores, o Brasil buscou no multilateralismo uma forma de contrapor a posição hegemônica hemisférica dos Estados Unidos.¹⁴²

Cervo, no entanto, ressalta que a aposta brasileira no multilateralismo, fruto de uma leitura idealista *Kantiana* das relações internacionais, não gerou os resultados esperados em nenhum dos campos aventados, inclusive no de segurança.¹⁴³ De todo modo, pode-se afirmar que essa busca pelo multilateralismo, aliada à redefinição das referências regionais da política externa brasileira, contribuiu para reduzir as possibilidades de restabelecimento de um esquema hemisférico, definido pelos Estados Unidos, de segurança regional.

Ainda, a eliminação dos principais focos de tensão entre Brasil e Argentina, num processo de distensão iniciado na década de 1980 – ou ainda em finais da década de 1970,

¹⁴¹ HURREL, Andrew. Security in Latin America. In. **International Affairs**, June 1998. Citado por SENNES, Ricardo, ONUKI, Janaina & AMÂNCIO, Jorge de Oliveira. La política exterior brasileña y la seguridad hemisférica. In **Revista Fuerzas Armadas y Sociedad**. Año 18. n° 3 – 4. p 3 – 26. 2004. Chile. Disponível em <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART41f69fdb82038.pdf> Acessado em 27/07/2006.

¹⁴² SENNES, Ricardo, ONUKI, Janaina & AMÂNCIO, Jorge de Oliveira. 2004. Op Cit.

¹⁴³ CERVO, Amado Luiz. A política exterior: De Cardoso a Lula. In **Revista Brasileira de Política Internacional**. 46 (1): 5 – 11. 2003.

com a assinatura do Acordo Tripartite de Cooperação Técnica-Operativa entre Itaipu e Corpus, em 1979 – permitiu ao Brasil aderir a tratados internacionais de não-proliferação de armamentos nucleares. Ademais, com a aceitação da América do Sul como horizonte regional da política externa brasileira, isso implicou que as principais iniciativas brasileiras relacionadas à segurança estivessem concentradas no eixo amazônico/andino da sua estratégia regional.

Nesse contexto, situa-se o programa Calha Norte, operacionalizado a partir dos anos oitenta, com objetivo de ocupar civil e militarmente as regiões da fronteira norte do país. Na década seguinte, ganharia destaque o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), destinado a monitorar a região com o apoio de modernos meios de comunicação e aparato militar, combatendo principalmente o tráfico de ilícitos no grande vazio demográfico que representa a região amazônica e acompanhando os críticos indicadores ambientais da região. Apesar das considerações quanto à presença de países de outras regiões no processo de estruturação do SIVAM, esse sistema traz em si uma forte capacidade de articulação regional, já que produz informações de interesse direto comum dos países andinos e amazônicos.

Além disso, deve-se destacar que a região andina converteu-se na área mais instável da América do Sul e, portanto, principal alvo das preocupações geopolíticas do Brasil. No conflito Peru-Ecuador, em 1997, o Brasil atuou ativamente como mediador nas negociações para solucionar o impasse. Seguiu também com distância cautelosa os desdobramentos da atuação dos Estados Unidos no combate às FARC na Colômbia.

Mais recentemente, já com o Governo Lula, o Brasil liderou o Grupo de Amigos da Venezuela, que teve papel ativo na distensão dos ânimos que alimentavam o conflito interno naquele país. Na mesma linha, o Brasil se fez presente e atuou, ao lado da Argentina, na resolução das crises recorrentes na Bolívia, do mesmo modo que adquiriu um papel de destaque na crise equatoriana que levou à deposição do cargo o então presidente Lucio Gutierrez, em 2005, tendo sido criticado pela sociedade local pelo auxílio prestado na retirada do ex-presidente do país e pela concessão de asilo político a este.

Nessa linha de atuação, a sul-americanização do Brasil e da sua política externa tem ampliado as preocupações impostas pela agenda de segurança regional. O Brasil tem respondido ativamente aos novos desafios, embora mantenha alguma resistência no sentido

de incorporar todos os novos temas de segurança pautados pelo principal ator do cenário internacional. A rede de relações que vem mantendo na América do Sul alterou significativamente a qualidade da presença brasileira na América do Sul, inclusive na área de segurança, ainda que o país continue a dispor de pouca capacidade de ser o fiador de uma ordem regional.¹⁴⁴

Ampliação da agenda integracionista: a construção do bloco sul-americano

O caráter estritamente comercial da ALCSA e o perfil político das reuniões de presidentes da América do Sul não circunscrevem com precisão todo o rol de incursões sul-americanas do governo brasileiro. O apoio à consolidação de uma rede integrada de infraestrutura e logística no continente esteve no centro da agenda, assim como se contemplou a promoção científica e tecnológica como meio de a região pular etapas na sua escalada desenvolvimentista. Ademais, a integração das cadeias turísticas e a isenção da obrigatoriedade de vistos para a circulação de cidadãos dos países da região dentro da América do Sul, temas tratados na I Reunião de Presidentes e Chefes de Governo dos países da Comunidade Sul-americana de Nações, aparentemente marginais, contribuem para uma maior interação social entre os cidadãos desses países e, assim, para a construção de uma identidade sul-americana.

Da mesma forma, as áreas de educação e cultura também vêm sendo exploradas no seu potencial integracionista. No Brasil, promulgou-se, em 5 de agosto de 2005, a Lei nº 11.161/2005, que adotou o espanhol como segunda língua e regulamentou o ensino de espanhol nas escolas brasileiras. Além disso, os presidentes acordaram em desenvolver conjuntamente projetos de erradicação do analfabetismo e estabelecer um programa de bolsas e formação técnica.¹⁴⁵

Além da intenção de se criar uma agenda cultural sul-americana, expressa no programa de ação da Casa, o Brasil também tomou iniciativas para a divulgação da integração sul-americana. O Canal Integración, voltado para a América do Sul, com

¹⁴⁴ SENNES, Ricardo, ONUKI, Janaina & AMÂNCIO, Jorge de Oliveira. 2004. Op Cit.

¹⁴⁵ Decisão sobre propostas apresentadas durante o diálogo presidencial. In. **Comunidade Sul-Americana de Nações**: Documentos, 2005. Op.Cit.

conteúdo cultural e informativo de várias emissoras públicas e organizações sem fins lucrativos, já transmite programas da TV Brasil, que resultou da cooperação entre os poderes executivos, legislativo e judiciário brasileiro. Irmã da Telesur venezuelana, essas iniciativas objetivam divulgar não só uma “visão sul-americana” dos acontecimentos internacionais e regionais, mas principalmente a diversidade das manifestações culturais da América do Sul.

Além disso, com a sua dimensão continental, o Brasil deparou-se naturalmente com a sua característica sul-americana. Promovendo, por meio do Ministério da Integração Nacional, um Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, o Brasil articula-se com quase todos os países da América do Sul, com exceção do Equador e Chile. O Programa responde ao objetivo específico de promover, através da convergência das políticas públicas setoriais, o desenvolvimento de uma região altamente complexa em suas relações com os países vizinhos e que, por um processo histórico de abandono, é extremamente carente de infra-estrutura.

Segundo o próprio Ministério da Integração,

o momento atual, de mudança de paradigmas no sentido da sustentabilidade ambiental e de impulso às trocas internacionais, exige ainda o aprofundamento dos mecanismos de estruturação da faixa de fronteira com vistas à integração sul-americana. A manutenção de espaços deprimidos na fronteira do Brasil é incoerente com a perspectiva de consolidação das relações comerciais e culturais com os países vizinhos.¹⁴⁶

Obviamente, o levantamento feito até aqui não é exaustivo. Pretende revelar, contudo, a dimensão e a articulação das iniciativas sul-americanas do Brasil que, todavia, não excluem outras vinculações internacionais, mas ajudam a consolidar a América do Sul como referência regional da política externa brasileira.

Em realidade, constituem uma série de iniciativas que, se tomadas isoladamente, podem não revelar muito em si mesmas. Porém, no seu conjunto, indicam uma nova orientação estratégica que fortalece os contornos regionais da identidade internacional do Brasil.

¹⁴⁶ Descrição do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Disponível em http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_frenteira Acessado em 22/07/2006.

Contudo, resta ainda analisar com mais detalhe o contexto no qual o Brasil realiza seus movimentos e define suas posições estratégicas no âmbito da política externa, e a viabilidade de articulação regional a partir das peças que dispõe no tabuleiro sul-americano. Isto será o foco do próximo capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO 3 – QUE AMÉRICA DO SUL?

A América do Sul nem sempre foi vista como uma unidade. Conforme descrito nos capítulos anteriores, foi apenas a partir da década de 1990 que o Brasil passou a reconhecer seu entorno sul-americano como plataforma preferencial para sua atuação regional e assimilar a idéia de América do Sul como parte de sua identidade internacional.

Paralelo a esse movimento, perceptível nas idéias e nos discursos que passaram a orientar e traduzir as linhas de ação diplomática, o Brasil lançou mão de uma série de ações e iniciativas que fortaleciam a sua própria percepção de “sul-americanidade”. Em vários setores e dimensões, o Brasil progressivamente enquadrava o horizonte regional a um entorno que, embora geograficamente bastante nítido, não tinha sido explorado ainda nas suas complementaridades e potencialidades geoeconômicas e geopolíticas.

Todavia, retomando Ortega y Gasset, as circunstâncias, mais do que influenciar diretamente na definição da substância do ator político, constituem, elas próprias, parte da caracterização deste ator. “Eu sou eu, e minha circunstância”. E qual é a circunstância regional que envolve o Brasil, acima das suas iniciativas e da sua particular vontade de cunhar a imagem sul-americana como parte de sua identidade internacional?

Duroselle frisa com bastante propriedade a importância da noção de “estrangeiro” e as variáveis que este elemento introduz para a análise das relações internacionais. Segundo Duroselle,

Todos os casos de relações internacionais compreendem um elemento interno, em que os meios são conhecidos, e um elemento aleatório, que é a reação do estrangeiro. Nenhuma teoria das relações internacionais é possível se não se determinam as combinações, infinitamente variadas, entre a hierarquia e o aleatório.¹⁴⁷

A análise do contorno externo a que o Brasil está inserido é, portanto, essencial para uma leitura detida das suas possibilidades de movimentação. Poderia despertar maior interesse ao pesquisador ávido por investigar a atuação internacional do Brasil,

¹⁴⁷ DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**: Teoria das relações internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. P. 59

particularmente a sua política externa para a América do Sul, se se buscasse apresentar aqui os resultados alcançados por essa mudança na estratégia de inserção regional do país. No entanto, a curta distância temporal dos acontecimentos recomendam prudência ante a aventura de interpretação desses dados. Qualquer atrevimento nesse sentido poderia representar um afronte ao método histórico que recomenda ao historiador esperar a poeira dos acontecimentos assentar de modo a permitir uma ampliação da sua capacidade visual.

Apenas o tempo permitirá esclarecer se o que se visualiza no fechar das cortinas do século XX e no alvorecer dos anos 2000 se estabelecerá como uma mudança estrutural na estratégia de inserção internacional brasileira ou representará apenas um soluço nas tendências historicamente observadas. No entanto, uma imagem do contexto no qual se insere essa tentativa de mudança faz-se interessante para analisar a pertinência, o esforço necessário e as possibilidades de sucesso e/ou fracasso das ações da diplomacia brasileira nesse período.

Assim, antes de responder quais os resultados em termos de acréscimo da participação do fluxo comercial intra-regional sul-americano no comércio exterior do Brasil, por exemplo, interessa aqui compreender o contexto atual que envolve a América do Sul enquanto região. Qual o nível de integração existente, em termos comerciais, culturais, sociais etc? Em que grau de coerência tem respondido ou pode responder aos estímulos e constrangimentos gerados pelo cenário internacional?

Mais especificamente: faz sentido falar em América do Sul além da geografia física ou este ainda é um conceito abstrato a ser trazido para o plano concreto? Por fim, o desafio da política externa brasileira basta-se em integrar-se à América do Sul, ou trata de integrar a América do Sul?

Espera-se que as respostas a essas questões possam ajudar a dimensionar o tamanho do desafio a que o Brasil se lançou a partir da década de 1990 e auxiliar as próximas pesquisas a mensurar os efeitos positivos e negativos dessa empreitada.

O Cenário Intra-regional

A América do Sul é um continente fortemente heterogêneo. As desigualdades entre os países se expressam em diversos setores e com várias facetas. Muito além das

características geográficas e populacionais, a situação econômica e social dos doze países revela condições díspares de desenvolvimento e de capacidade de inserção no cenário internacional ou mesmo regional.

Essa heterogeneidade expressa-se em termos da constituição dos fluxos intra-regionais, que têm-se estabelecido com intensos desequilíbrios. Isso impacta sobremaneira na afirmação da América do Sul enquanto região articulada e integrada solidariamente. A seguir, serão apresentados alguns indicadores que traduzem as afirmações acima e sinalizam a dificuldade de perceber uma unidade no continente sul-americano que ultrapasse o seu sentido geofísico.

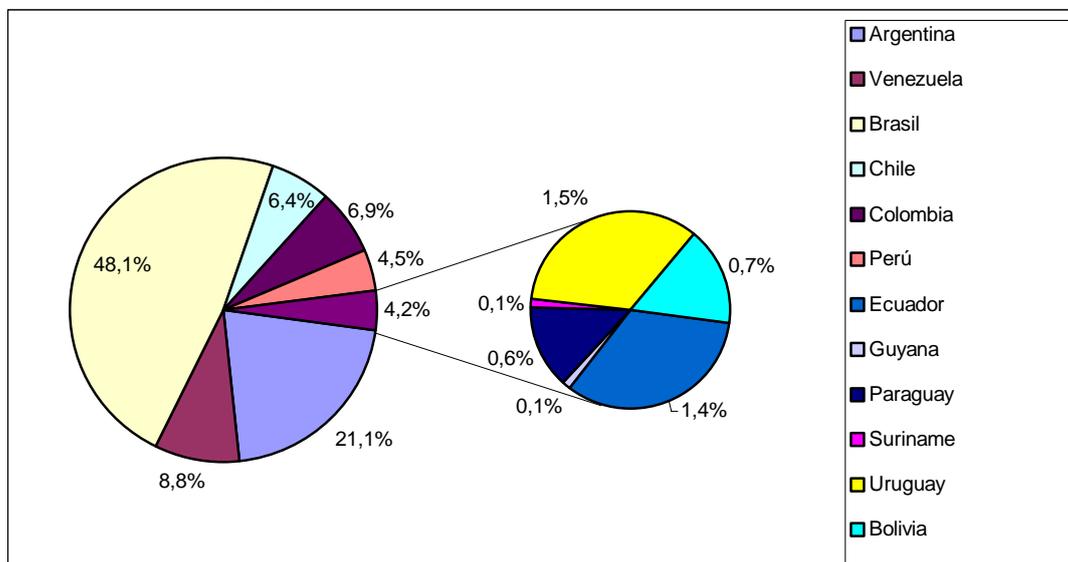
Dimensão econômica

A análise da participação de cada país no Produto Interno Bruto da região é reveladora das disparidades intra-regionais. Em 2004, o Brasil detinha um PIB de US\$ 655,35 bilhões, o que representava cerca de 48,1% do PIB total da América do Sul – que era de aproximadamente US\$ 1.176,60 bilhões. A Argentina participava com 21,09% do total, cerca de US\$ 287,40 bilhões. A Venezuela, sobre uma plataforma riquíssima em petróleo, era responsável por 8,81%, ou US\$ 120,07 bilhões. Esses três países respondiam, em 2004, por 78% de tudo que foi produzido na região. Aos demais 9 países, restavam pouco mais de 20%.

Ainda, ao agregar a esse grupo Chile, Colômbia e Peru, chega-se a 6 países, 50% dos que conformam a região, respondendo por cerca de 94% da produção regional. Desses três, a Colômbia tinha a maior participação, com 6,90% do total, com o Chile logo em seguida, 6,41%. Já o Peru detinha 4,47% do Produto Interno Bruto total da América do Sul. Na outra ponta, Guiana e Suriname, juntos, representavam pouco mais de 0,1%, enquanto o Paraguai respondia por 0,57% e a Bolívia alcançava 0,68% do total. Por fim, a produção equatoriana e a uruguaia, respectivamente, representavam 1,4% e 1,45% de tudo o que era produzido na América do Sul.

O gráfico **3.1** representa essa distribuição.

GRÁFICO 3.1
Participação relativa por país no PIB da América do Sul em 2004



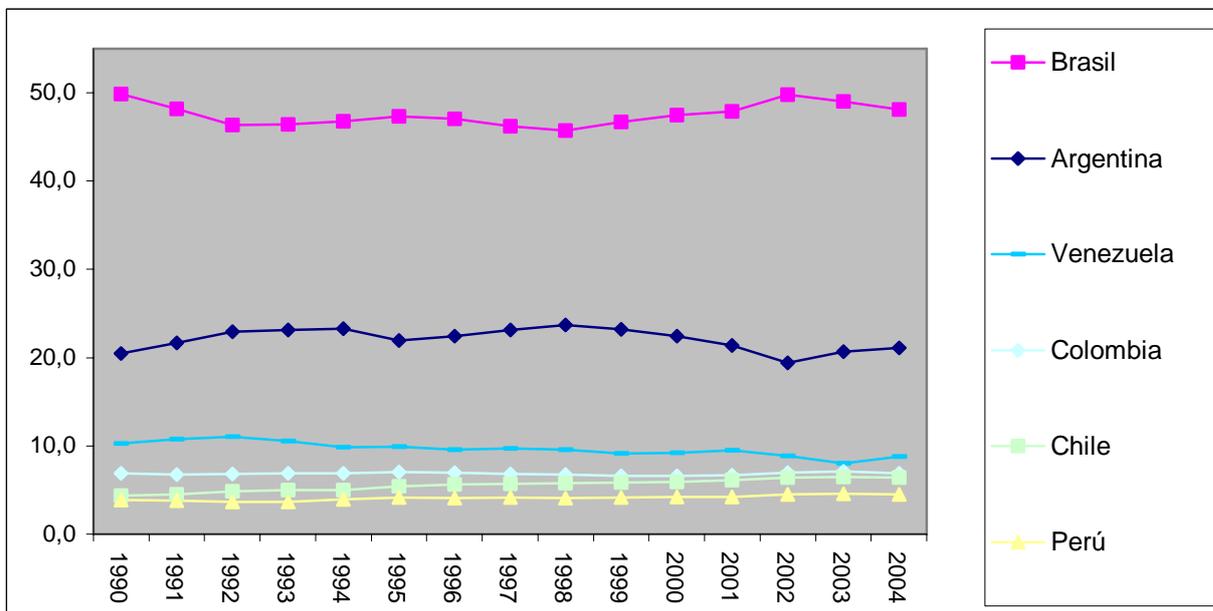
Fonte: CEPAL – Banco de Dados Estadísticos de Comercio Exterior (<http://www.eclac.cl/badecel/default.asp>)

Uma análise dos últimos quinze anos revela um cenário praticamente estável. Em 1990, o PIB brasileiro representava 49,85% do PIB da América do Sul, seguido do argentino, com 20,44% e do venezuelano, com 10,25%. Aos demais, restavam ainda menos de 20%. Destaca-se o Chile, que detinha 4,35%, na época ainda distante da Colômbia, com seus 6,89%. A evolução anual não apresenta maiores variações, demonstrando uma tendência forte de manutenção do desequilíbrio regional.

Os gráficos 3.2 e 3.3, que tratam do mesmo tema, mas foram divididos para facilitar a visualização por conta da escala fortemente díspare, ilustram essa afirmação.

GRÁFICO 3.2

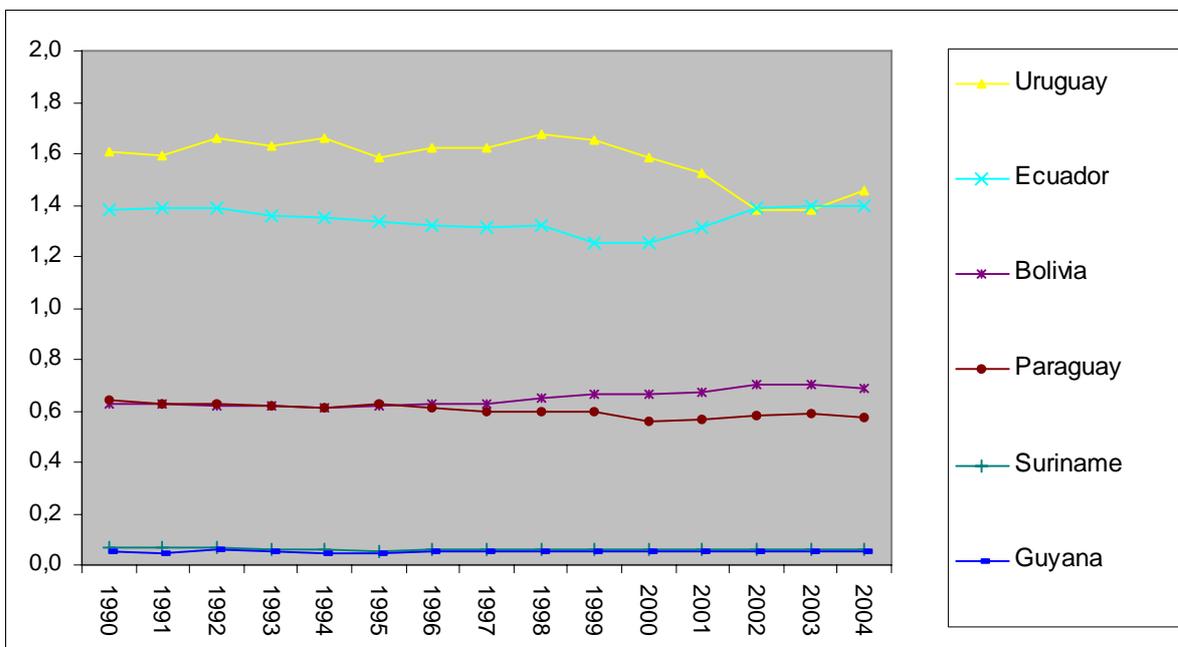
Evolução da participação relativa por país no PIB da América do Sul (a)



Fonte: CEPAL – Banco de Datos Estadísticos de Comercio Exterior (<http://www.eclac.cl/badecel/default.asp>)

GRÁFICO 3.3

Evolução da participação relativa por país no PIB da América do Sul (b)



Fonte: CEPAL – Banco de Datos Estadísticos de Comercio Exterior (<http://www.eclac.cl/badecel/default.asp>)

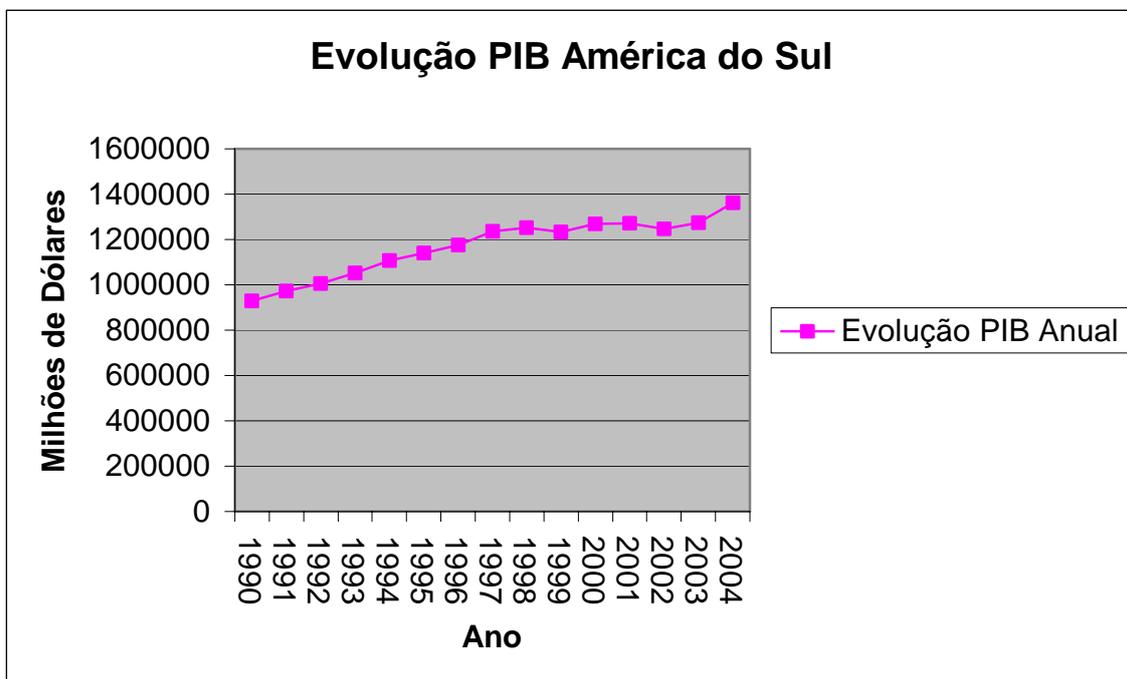
A primeira constatação que salta aos olhos ao se analisar os gráficos acima é a relação inversa entre a evolução da participação do PIB do Brasil e da Argentina no PIB total sul-americano, como se fossem imagem e reflexo um do outro. Por conta do peso desses países, quando há crescimento da participação relativa de um país, há um decréscimo, quase que na mesma proporção, na participação relativa do outro. O período de 1992 a 1994 é o único espaço temporal em que há um crescimento conjunto, ainda que pequeno, da participação dos dois países sobre o PIB regional.

Em segundo plano, a Venezuela, mesmo sendo um grande exportador de petróleo, não consegue aumentar sua participação relativa na produção total da região. Ao contrário, vê sua participação cair ao longo dos anos, com uma leve recuperação em 2004. Da mesma forma, o Uruguai também apresenta uma queda significativa, principalmente a partir de 1999, justamente no ano em que o Real sofreu uma brusca desvalorização e as exportações para o Brasil caíram abruptamente, conforme veremos mais adiante.

De outra parte, o crescimento da participação chilena é relevante. O Chile apresenta um crescimento constante, chegando em 2004 muito próximo da Colômbia, a quarta colocada. Outro crescimento a ser destacado é o da participação da Bolívia, que embora no início da série estar na 10ª colocação, superou o Paraguai e, a partir de 1994 se consolidou na 9ª posição, com crescimento constante, embora pequeno.

Tudo isso ocorreu em um cenário de crescimento, mesmo que modesto, do PIB regional. Excetuando-se os anos de 1999 e 2002, marcados por crises cambiais e financeiras que afetaram sensivelmente os países da região, em todos os outros anos ocorreu um acréscimo na atividade econômica da região. O gráfico 3.4 retrata essa evolução.

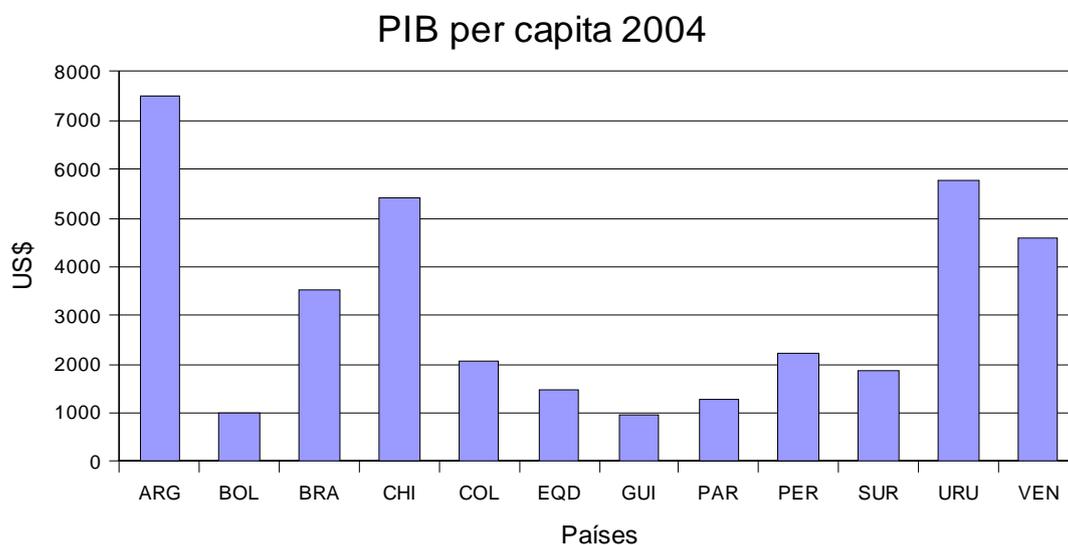
GRÁFICO 3.4
Evolução do PIB da América do Sul



Fonte: CEPAL – Banco de Datos Estadísticos de Comercio Exterior (<http://www.eclac.cl/badecel/default.asp>)

As desigualdades assumem outra feição ao se observar a evolução e o retrato atual do PIB *per capita* nos países sul-americanos. Nessa seara, em 2004, a Argentina, o Uruguai, o Chile e a Venezuela superavam o Brasil. A Guiana destacava-se em último lugar entre os doze sul-americanos, o único país a ter um PIB *per capita* menor do que US\$ 1000 anuais. Imediatamente acima apareciam Bolívia, Paraguai, Equador e Suriname, os quatro com PIB anual por habitante entre US\$ 1000 e US\$ 2000. Em posições intermediárias restavam a Colômbia, com US\$ 2074 por habitante/ano, e o Peru, com US\$ 2209. O gráfico 3.5 apresenta a situação do PIB *per capita* nos doze países sul-americanos em 2004.

GRÁFICO 3.5
PIB per capita 2004

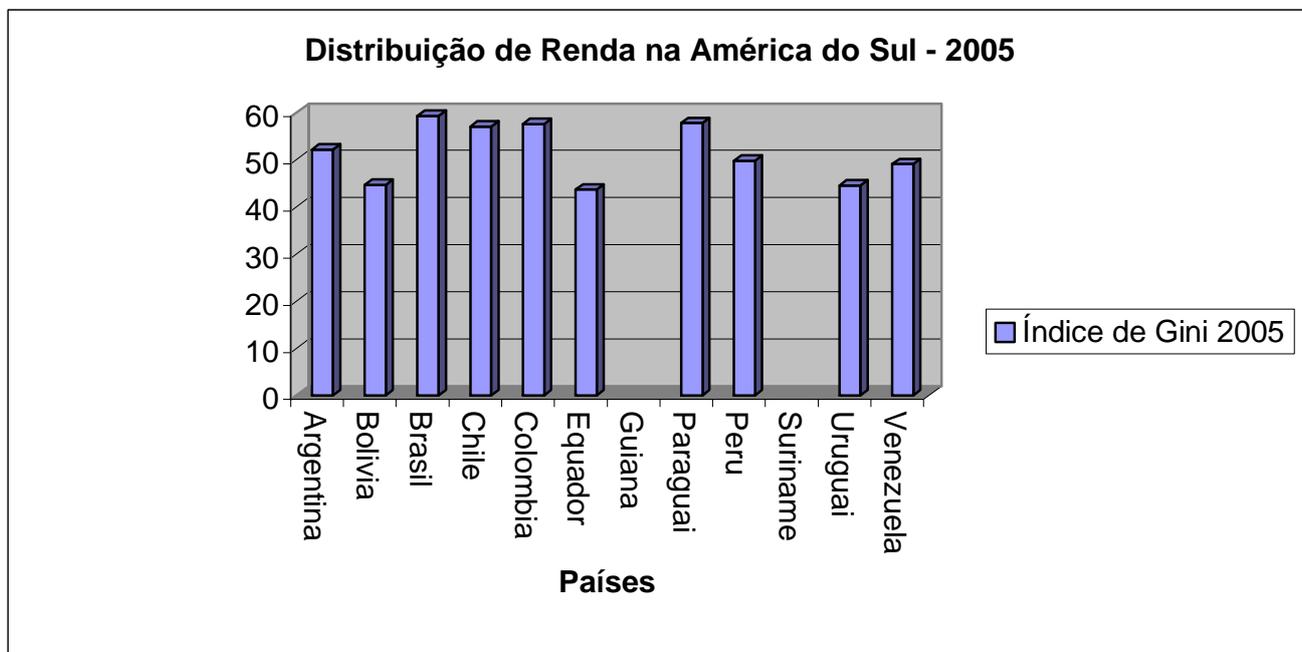


Fonte: CEPAL – Banco de Datos Estadísticos de Comercio Exterior (<http://www.eclac.cl/badecel/default.asp>)

A relação entre o maior e o menor PIB na América do Sul, em 2004, era de 921,9 vezes, apresentando uma diferença abissal. Ao se observar o PIB *per capita*, no entanto, essa desigualdade é bem menor. O PIB *per capita* argentino é 7,94 vezes maior que o da Guiana. De outra parte, chama a atenção o Uruguai, que detinha apenas o sétimo maior PIB sul-americano e era o segundo maior em termos de PIB por habitante.

A tornar mais complexo o retrato sul-americano, a situação das desigualdades na distribuição interna da riqueza em cada um dos países coloca novamente o Brasil numa situação ambígua e o Uruguai em destaque. O primeiro detém o pior Índice de Gini dos países sul-americanos, enquanto o Uruguai é o segundo melhor em termos de distribuição da riqueza interna. O Equador ocupa o primeiro posto, embora seja apenas o oitavo em termos de PIB e o nono em PIB *per capita*. O gráfico 3.6 revela a situação da distribuição de renda nos países da América do Sul (não foram encontrados dados para Guiana e Suriname).

GRÁFICO 3.6
Distribuição de Renda na América do Sul - 2005



Fonte: Banco Mundial - World Bank. 2005. Correspondence on income distribution data. Washington, D.C. April.

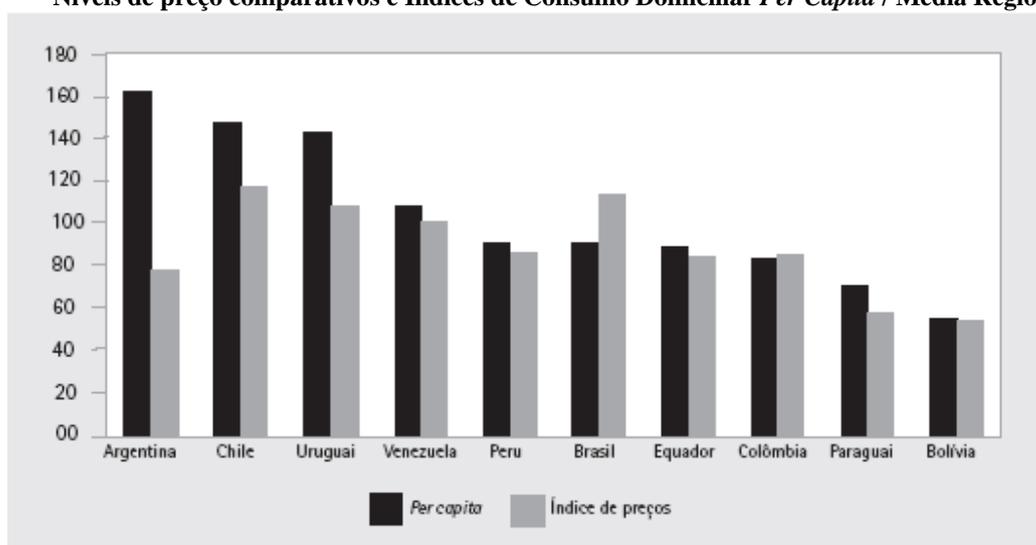
Isso tem implicações diretas no padrão de consumo desses países e, certamente, terá reflexos na constituição dos fluxos intra-regionais que serão analisados adiante. Pesquisa do Banco Mundial divulgou o consumo domiciliar *per capita* nesses 10 países da América do Sul. Segundo esse levantamento, Argentina, Chile, Uruguai e Venezuela, nessa ordem, superam a média regional em termos de consumo por habitante, justamente os quatro países com maior PIB *per capita* na região. O Brasil, que detém o quinto lugar em termos de PIB por habitante, é o sexto em termos de consumo familiar, sendo superado também pelo Peru, o sexto na lista de PIB por habitante. Certamente, um dos motivos para tal distorção é a distribuição da renda, mais igualitária no Peru do que no Brasil.

A pesquisa ainda revela a distribuição da despesa por grupos específicos de bens de consumo e serviço nos países sul-americanos. O consumo domiciliar na Argentina é 61,3% acima da média regional. No setor de habitação e despesas relacionais, o gasto *per capita* argentino chega a ser 87,1% acima da média regional, enquanto gastos com restaurantes e hotéis ficam apenas 8,3% acima da média regional.

No Brasil, são justamente os gastos com hotéis e restaurantes aqueles que mais se aproximam da média regional, ficando somente 1% abaixo. Com alimentação e bebidas não alcoólicas, o consumo *per capita* brasileiro fica mais de 20% abaixo da média regional. No Chile, o maior gasto relativo é no setor de vestuário e calçados, que representa 90,9% acima da média da região. No Uruguai, chamam a atenção os gastos com transportes, 43% acima da média regional, o que faz com que este país seja o que mais gasta nesse setor se comparado com os demais países sul-americanos.

Ao contrário do que se poderia pensar, essa relação não está diretamente associada com o nível de preços observado em cada um dos países da região. Apenas no Paraguai e na Bolívia o nível de preços é menor do que o da Argentina, país que apresenta o maior consumo domiciliar *per capita*. O gráfico 3.7, extraído da pesquisa do Banco Mundial, apresenta os dados de consumo e nível de preços na região, sempre com referência à média regional. Os dados são de 2005.

GRÁFICO 3.7
Níveis de preço comparativos e Índices de Consumo Domiciliar *Per Capita* / Média Regional



Fontes: Banco Mundial e IBGE - Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Programa_de_Comparacao_Internacional_PCI/PCI_portugues.pdf

A integração do continente deve sempre ter em mente a sua posição e integração com a esfera global. O desafio de integrar a América do Sul é circunstanciado pelo desafio ainda maior de integrar a região ao mundo e, portanto, aos níveis de consumo, de acesso a serviços, tecnologias, conhecimento e informação verificados nos países de maior padrão de desenvolvimento.

Nessa linha, há uma margem potencial grande para o fortalecimento da integração sul-americana, mas os desafios também são da mesma magnitude. As diferenças de PIB *per capita*, de distribuição de renda e de padrão de consumo na América do Sul são variáveis explicativas do atual baixo nível de integração, em uma região nada homogênea e, portanto, complexa de ser tomada como um conjunto unitário e de ser sujeita a uma agenda comum.

Setor social

Entendendo que as possibilidades de desenvolvimento dos países relacionam-se diretamente com o acesso a informação e conhecimento, buscou-se analisar os dados referentes aos gastos dos países sul-americanos no setor educacional e, mais especificamente, em educação superior.

A Guiana, o país mais pobre da América do Sul, tanto em termos absolutos como por habitante, é, inversamente, o país que mais investe em educação em relação ao PIB, 8,4%. A Bolívia, também um dos países mais pobres da região, vem em seguida, ao lado da Colômbia, ambos os países com investimentos em educação na ordem de 5,2% do PIB. Segue a lista com Paraguai, 4,4%, Brasil e Chile, 4,2% cada, Argentina, 4%, Peru, 3%, Uruguai, 2,6% e Equador, com apenas 1%. Não foram encontrados dados para o Suriname e Venezuela. Todos os demais referem-se ao ano de 2002 e têm como fonte a UNESCO. (UNESCO Institute for Statistics. 2005. Correspondence on education expenditure. February. Montreal)

Ainda, com a intenção de qualificar as informações sobre o setor educacional, apresenta-se o percentual de gastos no nível superior em relação ao total de gastos em educação em cada um dos países. Acoplado ao dado anterior, permite uma visão clara quanto ao esforço de cada país em superar o estágio atual de desenvolvimento e, como conseqüência, em alterar sua posição relativa no contexto sul-americano e mundial, por meio da qualificação da população para enfrentar os desafios da “era do conhecimento”. A tabela 3.1 revela os dados educacionais na América do Sul.

TABELA 3.1
Investimentos em Educação – 2002

INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL - 2002		
PAÍS	Gastos em educação / PIB (%)	Gastos no nível superior/ total de gastos em educação (%)
ARGENTINA	4	17,5
BOLÍVIA	5,2	25,1
BRASIL	4,2	21,6
CHILE	4,2	14
COLÔMBIA	5,2	13,3
EQUADOR	1	5,2
GUIANA	8,4	4,9
PARAGUAI	4,4	16,5
PERU	3	14,6
SURINAME		
URUGUAI	2,6	21,5
VENEZUELA		

Fonte: UNESCO – Institute for Statistics. 2005. Correspondence on education expenditure. February. Montreal.

Novamente, as desigualdades revelam-se com outras facetas, indicando realidades bastantes distintas e possibilidades de integração e de desenvolvimento menos flexíveis. Chama a atenção a situação particular da Bolívia, o país com o segundo maior investimento em educação, com relação ao PIB, e que gasta 25,1% disso em educação superior, o maior nível entre os países sul-americanos.

A Guiana, país que apresenta o maior percentual de investimento em educação com relação ao PIB do país, é o que investe a menor parcela no terceiro nível educacional. Isso pode ser entendido como reflexo da situação de país com um passado colonial recente – conquistou sua independência em 1966 –, que supria as necessidades de ensino superior das elites nas instituições da metrópole. Ademais, o desafio ainda é de formar a população no nível da educação básica.

O Brasil aparece em uma situação confortável. Dos 4,2% do PIB que investiu em educação em 2002, 21,6% foram em educação superior, a segunda maior relação na América do Sul. O Equador, em oposição, apresentou panorama inverso, sendo o país com

o investimento em educação em relação ao PIB mais baixo na região, apenas 1%, e desses, apenas 5,2% direcionaram-se ao ensino de terceiro grau.

A taxa de analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos indica a qualificação da mão de obra que ingressa no mercado de trabalho. Nessa faixa etária, o Brasil apresenta o maior índice de analfabetismo na América do Sul, com 3,9%. O menor índice pertence à Guiana, que, como se viu anteriormente, investe mais em educação do que seus vizinhos, em termos relativos.

O Peru, que investe apenas 3% do PIB em educação, detinha, juntamente com o Paraguai e Colômbia, o segundo pior índice de analfabetismo nessa faixa etária em 2005, 2,4%. O Equador vinha em seguida, com 2,1% de analfabetos jovens. A tabela 3.2 apresenta os dados da situação do analfabetismo jovem na região desde 1970. Não foram encontrados dados para o Suriname

TABELA 3.2
Taxa de Analfabetismo entre Jovens de 15-24 anos

PAÍS	1970	1980	1990	1995	2000	2005
ARGENTINA	4.1	2.8	1.8	1.6	1.4	1.3
BOLÍVIA	23.6	13.8	7.4	5.6	4.2	3
BRASIL	19	12	8.2	5.9	4.7	3.9
CHILE	5.3	3.2	1.9	1.5	1.1	0.8
COLÔMBIA	11.8	7.5	5.1	4	3.1	2.4
EQUADOR	12.8	7.7	4.5	3.6	2.8	2.1
GUIANA	1.9	0.6	0.2	0.2	0.2	0.2
PARAGUAI	9.7	6.4	4.4	3.6	2.9	2.4
PERU	14.9	8.7	5.5	4.3	3.3	2.4
URUGUAI	2.5	1.7	1.3	1.1	0.9	0.8
VENEZUELA	10.4	6.4	4	2.9	2	1.4

Fonte: UNESCO - Instituto de Estadísticas de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

No campo da saúde, o quadro tem um arranjo novamente diferenciado. Nessa área, a Colômbia apresentou o maior investimento público em relação ao PIB no ano de 2002, 6,7%. Argentina, com 4,5%, Guiana, com 4,3% e Bolívia, com 4,2%, vinham em seguida. O Brasil apresentou o mesmo percentual que o Suriname, 3,6%, e logo abaixo estava o

Paraguai, com 3,2%. Com investimentos públicos em saúde abaixo de 3% em 2002, estavam Uruguai, com 2,9%, Chile, 2,6%, Venezuela, 2,3% e Peru, 2,2%. O Equador, com 1,7% do PIB, era o país que menos investiu em saúde na América do Sul em termos percentuais¹⁴⁸.

Na mesma linha, outros dados poderiam se trazidos à análise fortalecendo a percepção de que a América do Sul é uma região de países em condições extremamente desiguais. As desigualdades impõem obstáculos à integração, tanto pela definição da agenda em cada um dos países, quanto pelas dificuldades impostas pelas assimetrias na construção das políticas integracionistas. Nas palavras de Samuel Pinheiro Guimarães,

Na medida em que (...) se acentuam as disparidades sociais, as tensões e os conflitos internos aguçados pelas políticas neoliberais em certos países – como a Colômbia – as situações de cooperação e as de conflito podem se tornar um desafio cotidiano, de extraordinária delicadeza e complexidade para a política exterior brasileira, que terá que ultrapassar a retórica para atingir níveis muito mais profundos de cooperação, política e econômica.¹⁴⁹

Assim, as possibilidades de inserção no mundo global são díspares entre os doze países, e as relações intra-regionais refletem também esse desequilíbrio. Os fluxos entre os países sul-americanos sinalizam para algumas ligações bilaterais fortes, mas que não chegam, de modo algum, a formar uma rede de relacionamento multilateral consolidada. A seguir, serão apresentados alguns dados referentes ao fluxo de comércio, de investimentos e de turismo entre os países da região.

Fluxos intra-regionais

Primeiramente, a relação comercial de cada um dos doze países sul-americanos com seus vizinhos reflete suas estruturas de produção desiguais, grau diferenciado de modernização de suas economias e níveis díspares de competitividade regional e global. Isso implica que a participação relativa de comércio de cada um dos países direcionado aos

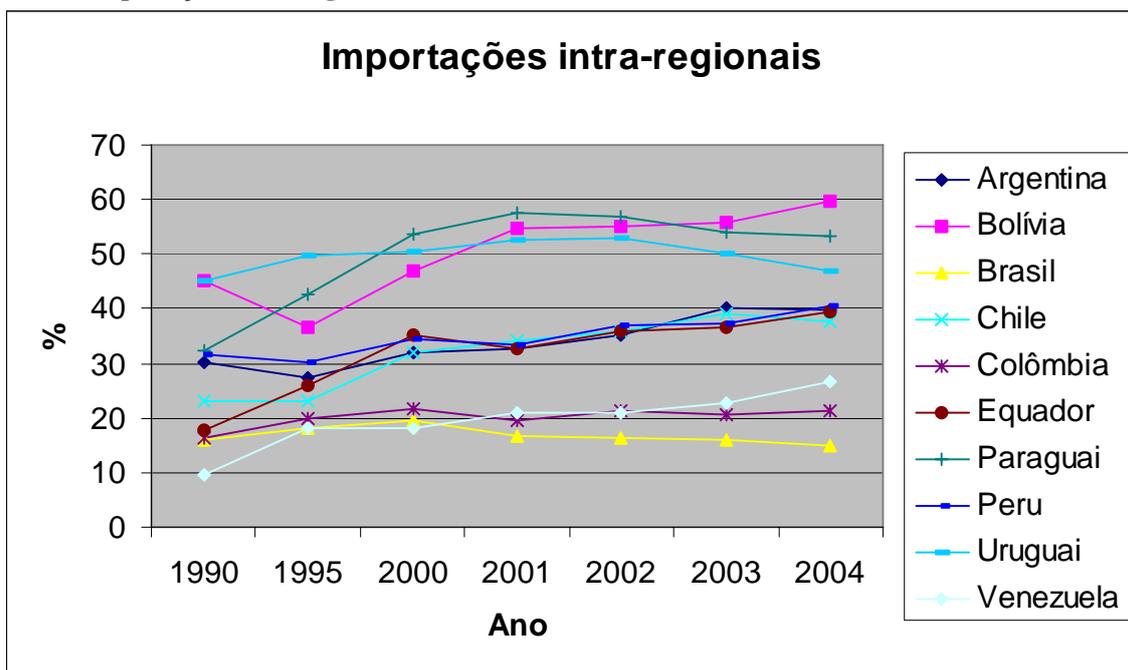
¹⁴⁸ Fonte: PNDU – Human Development Report – 2005.

¹⁴⁹ Guimarães, Samuel Pinheiro. 1999 Op. Cit. P. 147.

vizinhos sul-americanos seja bastante diferenciada, embora seja perceptível um aumento desse grau de interação ao longo dos anos.

O gráfico 3.8 traz a evolução da participação das importações advindas da América do Sul sobre o total das importações, país a país. Estão incluídos os dados referentes às importações advindas de Guiana e Suriname, porém os dados sobre as importações desses dois países não foram encontrados.

GRÁFICO 3.8
Importações Intra-regionais



Fonte: CEPAL – Banco de Datos Estadísticos de Comercio Exterior (<http://www.eclac.cl/badecel/default.asp>)

Em geral, observa-se um aumento na participação das importações advindas da América do Sul sobre o total das importações dos países sul-americanos. A exceção é o Brasil que, mesmo com a implantação do Mercosul e com a adoção de medidas de incentivo às importações de países sul-americanos, em 2004 viu a participação das importações advindas da América do Sul cair a um nível menor do que o observado em 1990.

A Venezuela, de outra parte, foi o país que apresentou um acréscimo relativo maior nas importações dos países sul-americanos. De 9,77 % em 1990, as importações com origem no sub-continente representaram 26,49% em 2004, indicando um aumento de 171%

nessa participação, numa trajetória crescentemente constante. Isso ajuda a explicar, em parte, o aumento da influência venezuelana na região.

O Equador, na mesma linha, aumentou em 121,89% a participação das importações dos países sul-americanos no total das suas importações. Em seguida, situam-se Paraguai e Chile, países em que o aumento da participação das importações sul-americanas no total das importações representou, respectivamente, 64,04% e 62,44%. No entanto, esse não é o padrão dos países que compõem o Mercosul, como se poderia pensar. Na Argentina, esse acréscimo foi em torno de 32%, enquanto o Uruguai, por sua vez, não aumentou a participação relativa das compras sul-americanas mais do que 3,52%.

O gráfico **3.9** traz a evolução da participação das exportações destinadas aos países sul-americanos no total das exportações de cada um dos países da América do Sul. Mais uma vez, estão incluídos os dados referentes às exportações destinadas a Guiana e Suriname, porém os dados sobre as exportações desses dois países não foram encontrados.

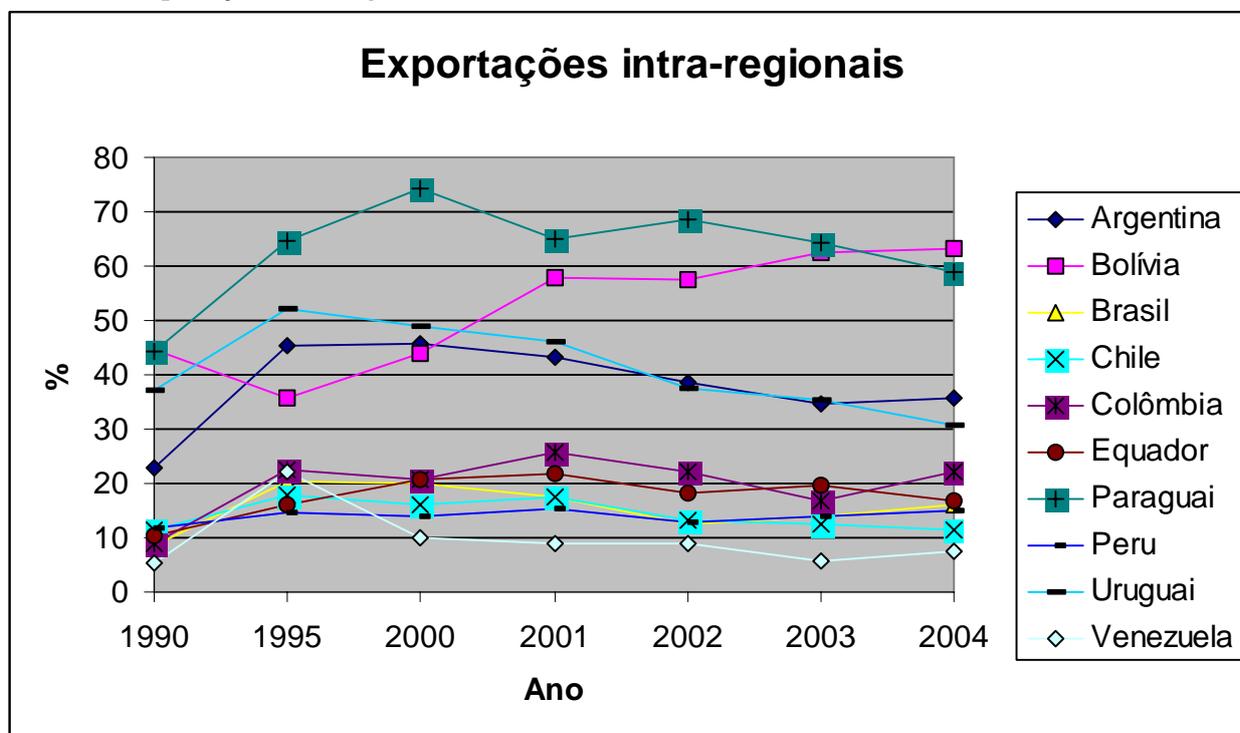
O padrão de evolução é mais heterogêneo que o das importações, mesmo que, novamente, observe-se um aumento na participação da América do Sul como destino das exportações de cada um dos países da região. A exceção, nesse aspecto, é o Uruguai, no qual a participação das exportações para os países sul-americanos sobre o total das exportações, em 2004, era 17,22% menor do que em 1990 – apesar de ter um acréscimo em meados da década de 1990, refletindo o sucesso inicial do Mercosul.

Na outra ponta, a Colômbia se destaca com um aumento relativo das exportações para a América do Sul da ordem de 143,27%, passando de 9,06% em 1990, para 22,04% em 2004, se bem que com um decréscimo nos primeiros anos do início do século XXI. Equador, Argentina, Bolívia e Venezuela, da mesma forma, aumentaram a parcela de suas exportações destinada à América do Sul em números consideráveis: 62,48%, 56,78%, 41,31% e 38,16%, respectivamente.

O Brasil, por seu turno, aumentou em 88,28% a parcela das suas exportações destinadas à América do Sul, comparando-se 1990 e 2004. A trajetória mostra um acréscimo considerável na década de 1990, obviamente também reflexo do êxito inicial do Mercosul. As crises de final dos anos noventa e início dos anos 2000, que acentuaram as dificuldades que as políticas cambiais diferentes e desarticuladas representavam, fizeram

com que essa participação diminuisse, recuperando-se a partir de 2003, mas ainda sem alcançar os números de 1995 ou 2000.

GRÁFICO 3.9
Exportações Intra-regionais



Fonte: CEPAL – Banco de Datos Estadísticos de Comercio Exterior (<http://www.eclac.cl/badecel/default.asp>)

O aspecto mais relevante destaca-se, no entanto, ao compararmos os dados dos dois gráficos conjuntamente. Ressaltam-se algumas “situações tipo” que revelam, novamente, uma integração sul-americana desigual e desequilibrada. Em primeiro lugar, o Uruguai é o único país que apresenta queda na participação da América do Sul na sua pauta exportadora ao mesmo tempo em que, comparando-se 1990 e 2004, apresenta o menor crescimento – excetuando-se o Brasil, que apresentou um decréscimo – da participação relativa dos produtos advindos da América do Sul no total de suas importações. Ou seja, observando-se apenas as relações comerciais, o Uruguai esteve, nos últimos anos, em realidade, se desarticulando dos seus vizinhos sul-americanos.

Caso oposto é o do Equador, em que não só a participação da América do Sul como destino às suas exportações aumentou 62,48% no período, passando de 10,42%, em 1990,

para 16,93%, em 2004, como também a participação das importações advindas dos demais 11 países sul-americanos no total das importações equatorianas aumentou 121,89%. Em 1990, a América do Sul respondia por 17,82% das importações equatorianas, enquanto em 2004 esse número era de 39,54%. A integração do Equador com os mercados sul-americanos foi intensa.

O Brasil, por sua vez, apresentou também uma dinâmica singular. Se, por um lado, a participação relativa das importações advindas da América do Sul no total de suas importações diminuiu, passando de 16,06% em 1990 para 14,94% em 2004, a região tem uma importância crescente na sua pauta de exportações, com um crescimento de mais de 88%, passando de 8,62% para 16,23%. Revela-se aí uma integração severamente desequilibrada, que tem seguramente seus reflexos nos resultados das estratégias de integração regional empreendidas pelo Brasil e no seu relacionamento comercial bilateral com os países da região. Daí também se justifica boa parte das queixas que os parceiros comerciais sul-americanos têm freqüentemente expressado contra o Brasil nos últimos anos.

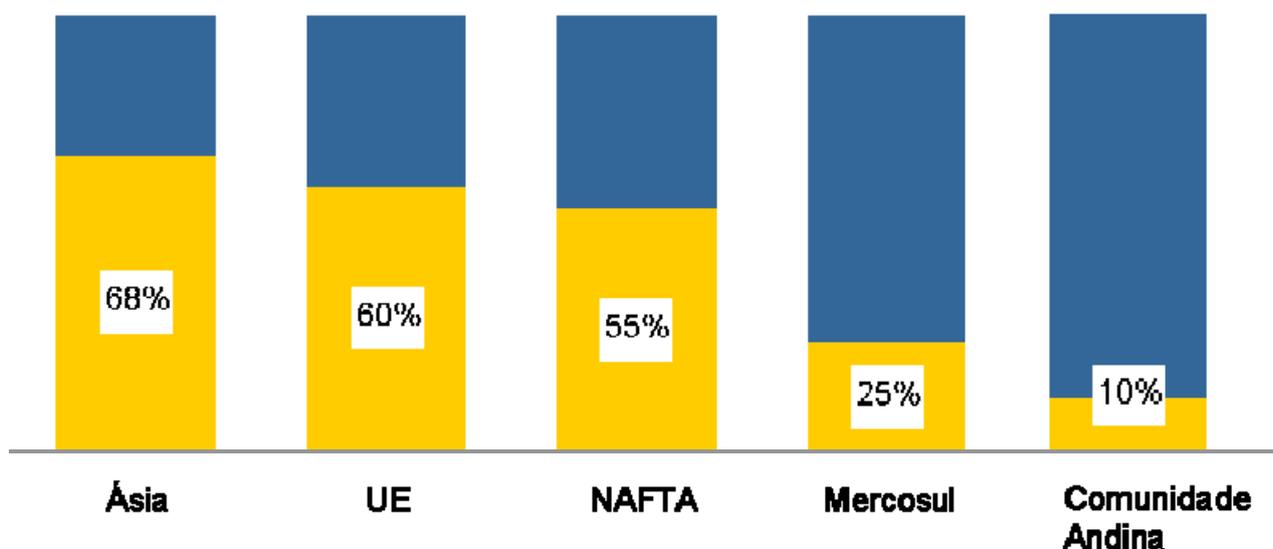
Em situação inversa à do Brasil está o Chile. O peso da América do Sul como destino das exportações chilenas vem caindo desde 2001, depois de se manter estável entre 1995 e 2000. Comparando 1990 e 2004, o aumento foi pequeno, de apenas 1,06% (11,28%, em 1990, e 11,4%, em 2004). Já a participação da América do Sul nas importações chilenas aumentou 62,44%, passando a responder por 37,72% do total em 2004, contra 23,22% de 1990.¹⁵⁰

Ademais, a integração comercial da América do Sul, não só desequilibrada e desigual, é pequena. Análise do Banco Mundial, com dados do ano 2000, mostra que o comércio intra-regional no Mercosul e na Comunidade Andina ainda está bastante aquém do nível de regiões como a União Européia, América do Norte e Ásia. O gráfico **3.10** traz os resultados dessa análise¹⁵¹.

¹⁵⁰ As tabelas que originaram os dois gráficos acima estão anexadas a este trabalho.

¹⁵¹ Extraído da Palestra do Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério de Planejamento para a Primeira Rodada de Consultas Estratégicas no Brasil, disponível em http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/iirsa/IIRSA_vesa_23nov.ppt Consultado em 02/07/2006.

GRÁFICO 3.10
Comércio intra-regional, por bloco



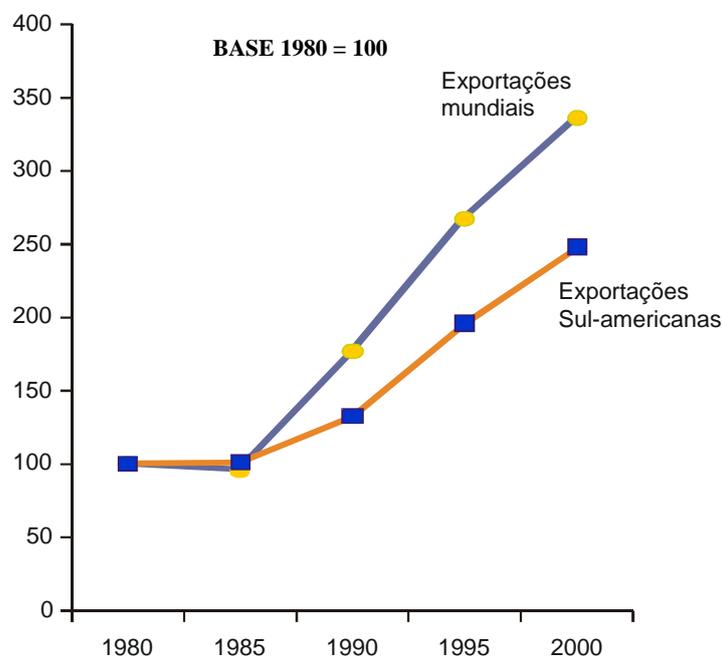
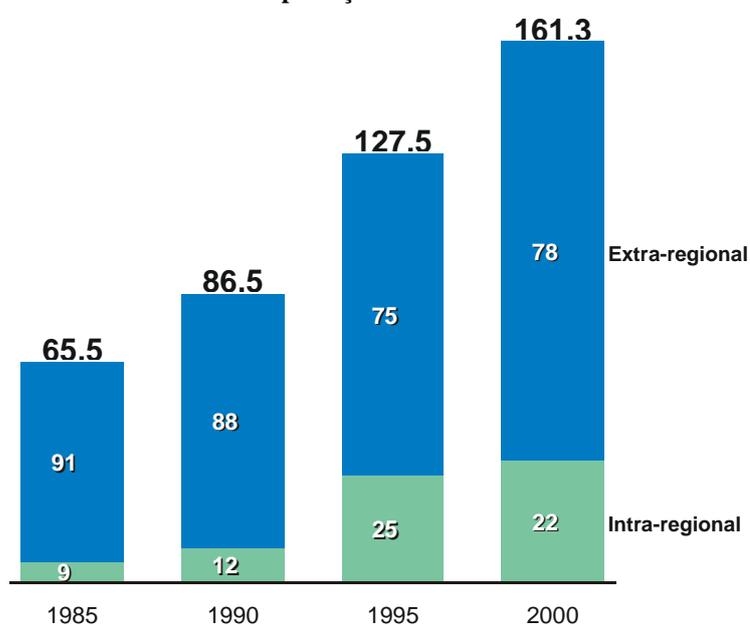
Fonte: World Bank Development Indicators 2002 Online Edition - Dados de Outubro 2000 / Análisis BAH - Global Development Finance Online - The Economist Business Intelligence Unit

Ainda, de 1995 a 2000, o comércio intra-regional diminuiu de 25% para 22% do total das transações comerciais, depois de um grande salto no quinquênio 1990-1995. Aliado a isso, a diferença entre o crescimento das exportações mundiais e o crescimento das exportações sul-americanas tem aumentado desde 1985, alargando a lacuna que separa os países desenvolvidos dos países da região. Isso contribui para limitar as possibilidades de autonomia e de manobra dos países da região no cenário internacional.

O gráfico 3.11 ilustra as afirmações acima¹⁵².

¹⁵² Idem.

GRÁFICO 3.11
Exportações Sul-americanas



Fonte: CEPAL - Extraído da Palestra do Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério de Planejamento para a Primeira Rodada de Consultas Estratégicas no Brasil, disponível em http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/iirsa/IIRSA_vesa_23nov.ppt Consultado em 02/07/2006

Indo mais além, ao se analisar as relações comerciais país a país percebem-se grandes eixos bilaterais de comércio que, em si, traduzem a dinâmica regional, sem, no entanto, envolver toda a região numa rede de relacionamento comercial consolidada, crescentemente amarrada. Por esse ângulo, a América do Sul revela-se como um conjunto de relações bilaterais tradicionalmente relevantes, mas que ainda não foram capazes de integrar-se para conferir unicidade à região.

Nessa linha, segundo dados da CEPAL, apenas quatro grandes pares comerciais superaram o valor de US\$ 2 bilhões em 2004. O principal fluxo comercial na América do Sul, obviamente, está entre Brasil e Argentina, somando quase US\$ 13 bilhões em 2004. Para a Argentina, as exportações destinadas ao Brasil representaram 16,17% do total de suas exportações. Já para o Brasil, as exportações para seu principal vizinho representaram 7,64% do total exportado pelo país.

O segundo maior fluxo comercial na América do Sul é entre Argentina e Chile, que superou os US\$ 4,2 bilhões em 2004. 11,11% das exportações argentinas foram para o Chile nesse ano, o que significa afirmar que quase 1/3 de tudo o que a Argentina exporta destina-se a Brasil e Chile.

A relação comercial entre Brasil e Chile é a terceira maior na região, confirmando que a maior integração sul-americana está, de fato, no Cone Sul. Brasil e Chile tiveram em 2004 um fluxo comercial de quase US\$ 4 bilhões. Em termos percentuais, no entanto, a participação destes países na pauta comercial do seu parceiro não chega a 5%.

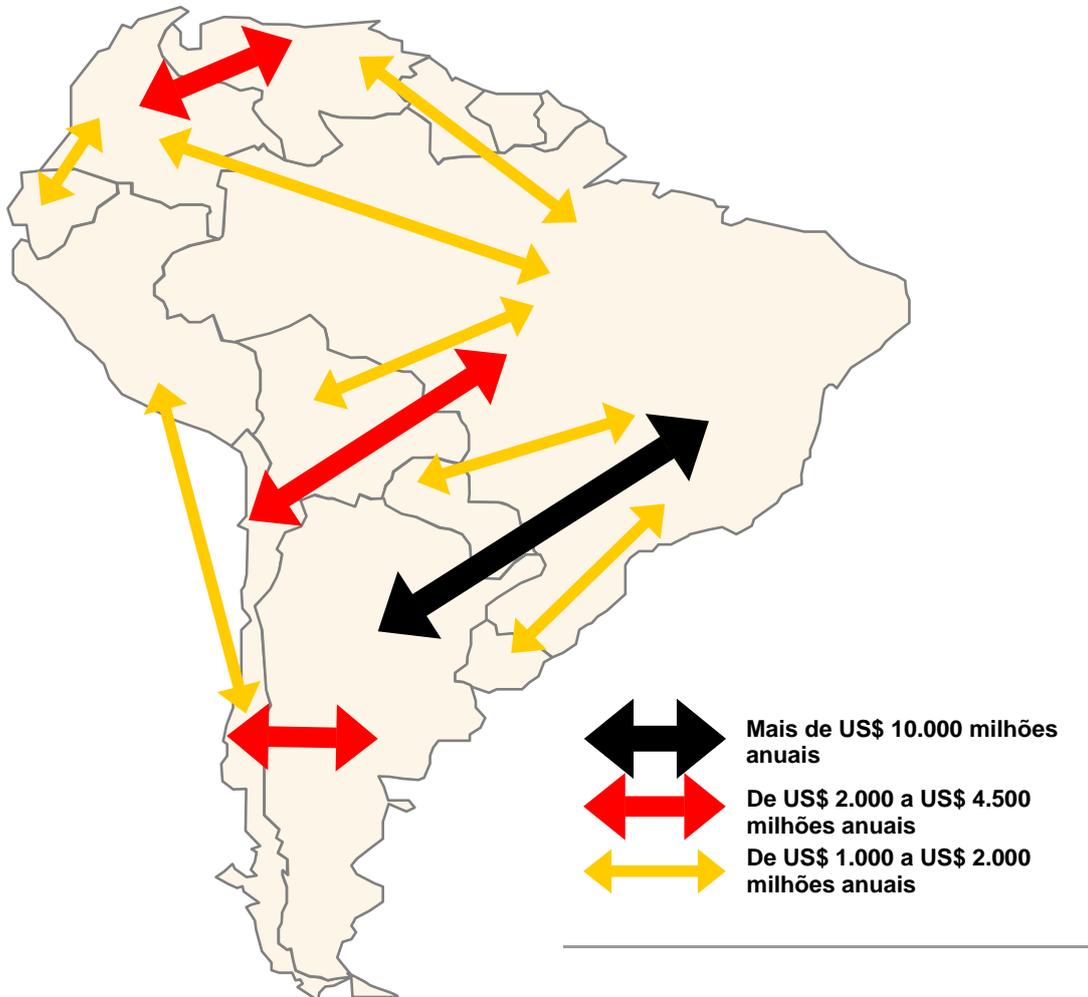
A quarta maior relação comercial bilateral na América do Sul é entre Colômbia e Venezuela, apesar das pendências diplomáticas entre os dois países. O fluxo comercial entre eles superou os US\$ 2,6 bilhões de dólares em 2004. Essa relação é mais importante para a Colômbia, pois a Venezuela sozinha recebe 9,7% de suas exportações.

Apenas outros sete pares comerciais superaram, em 2004, o valor de US\$ 1 bilhão, entre os quais cinco envolvendo o Brasil (Brasil-Bolívia; Brasil-Colômbia; Brasil-Paraguai; Brasil-Uruguai; Brasil-Venezuela). Em outros termos, entre seus parceiros comerciais sul-americanos, o Brasil manteve um fluxo comercial menor que US\$ 1 bilhão apenas com Equador, Guiana, Peru e Suriname.

Além desses, para outros dois pares comerciais o valor do fluxo de comércio supera US\$ 1 bilhão. Colômbia e Equador foram responsáveis por um fluxo comercial de cerca de US\$ 1,350 bilhão em 2004 – 6,04% das exportações colombianas destinaram-se ao Equador, enquanto 4,32% das exportações equatorianas encaminharam-se à Colômbia. Por fim, Chile e Peru sustentaram um fluxo comercial de quase US\$ 1,150 bilhão em 2004, sendo que, para o Peru, as exportações enviadas ao Chile representaram 5,14% do total de suas exportações. Da pauta exportadora chilena, no entanto, o Peru responde por apenas 1,70%.

O mapa **3.1** representa graficamente os pares comerciais quantitativamente mais relevantes na América do Sul.

MAPA 3.1
Principais pares comerciais na América do Sul – 2004



Fonte: CEPAL – Banco de Datos Estadísticos de Comercio Exterior (<http://www.eclac.cl/badecel/default.asp>)

O mapa revela, sobretudo, que qualquer iniciativa de integração sul-americana deve considerar as fortes assimetrias entre os países. O Brasil não só é o grande país em extensão territorial como é o pólo irradiador, pelo tamanho da sua economia, do comércio intra-regional. Em contrapartida, como se viu anteriormente, é também o único país que vem diminuindo, da década de 1990 em diante, as suas importações dos países da região, em termos relativos. O desequilíbrio é estrutural na América do Sul.

À parte desse critério quantitativo, algumas outras relações bilaterais merecem destaque pelo grau de relevância para seus parceiros. A primeira delas é a relação bilateral entre Brasil e Bolívia, já citada anteriormente como uma das que superaram US\$ 1 bilhão em 2004. As exportações destinadas ao Brasil representaram 31,66% do valor exportado pela Bolívia nesse ano, assentado, sobretudo, na exportação de gás natural via o gasoduto Brasil-Bolívia, inaugurado no início dos anos 2000. O segundo maior destino das exportações bolivianas na América do Sul é a Venezuela, que respondeu por mais de 10% do valor exportado pela Bolívia em 2004.

As relações comerciais entre Equador e Peru, embora não tenham alcançado o nível de US\$ 1 bilhão em 2004, revelam uma forte ligação bilateral na qual as exportações equatorianas ao Peru representaram 7,81% do valor total exportado por aquele país. Esse percentual alcançou 10,32% em 2003, o que, para países que recentemente enfrentaram-se em conflito armado, é bastante significativo.

Outra importante relação bilateral dá-se entre Paraguai e Uruguai, na qual este respondeu, em 2004, por 27,76% do valor exportado pelo primeiro. Em 2004, o Uruguai foi o primeiro parceiro comercial do Paraguai, surpreendentemente acima de Brasil e Argentina. O Brasil, que respondia por mais de 30% do valor exportado pelo Paraguai, curiosamente em 2004 recebeu menos de 20% das exportações paraguaias em termos de valor exportado.

Contudo, se há uma rede comercial na América do Sul, esta se restringe à área do Cone Sul. A tabela **3.3** mostra as principais ligações bilaterais na sub-região, segundo o valor das exportações e segundo a participação percentual sobre o total exportado que cada destino representou, em 2004, para cada um dos seus parceiros vizinhos.

TABELA 3.3
Relações Comerciais no Cone Sul 2004

PAÍS DE ORIGEM	PAÍS DE DESTINO	VALOR (mil dólares)	PARTICIPAÇÃO % NA PAUTA EXPORTADORA
Argentina	Brasil	5.586.666	16,17
Argentina	Chile	3.387.884	11,11
Bolívia	Argentina	131.717	5,84
Bolívia	Brasil	713.795	31,66
Brasil	Argentina	7.373.169	7,64
Brasil	Chile	2.545.901	2,64
Brasil	Paraguai	871.798	0,90
Brasil	Uruguai	667.015	0,69
Chile	Argentina	448.388	1,45
Chile	Brasil	1.402.616	4,54
Paraguai	Argentina	101.816	6,26
Paraguai	Brasil	312.467	19,22
Paraguai	Uruguai	451.188	27,76
Uruguai	Argentina	222.73	7,63
Uruguai	Brasil	482.815	16,55

Fonte: CEPAL – Banco de Datos Estadísticos de Comercio Exterior (<http://www.eclac.cl/badecel/default.asp>)

Mais ainda, ressalta-se que o comércio exterior tem relevância bastante distinta para os países da região. As maiores economias da região, Brasil e Argentina, são as mais fechadas ao comércio internacional. No Brasil, as importações representaram apenas 13% do PIB em 2003, e as exportações representaram 17% do PIB daquele ano. Na Argentina, as importações alcançaram 14% do PIB em 2003, enquanto, no mesmo ano, 25% de tudo o que foi produzido teve destinação externa.

O Peru apresenta o mesmo padrão de comércio internacional. Tanto as importações quanto as exportações representaram 18% do PIB em 2003. Colômbia e Uruguai vêm em seguida, para os quais as importações representaram 22% e 23%, respectivamente, enquanto as exportações significaram 21% e 26% do PIB, também em 2003.

Situação inversa apresenta a Guiana. Em 2003, a Guiana importou mais do que produziu internamente. As importações guianesas representaram 106% do PIB, enquanto as exportações alcançaram 93% do PIB nesse mesmo ano. Ou seja, a grande maioria do que foi produzido no país destinou-se ao mercado externo.

A estrutura produtiva dos países revela-se na pauta de exportação de cada um deles. De tudo o que o Brasil exportou em 2003, mais da metade, 52%, foi de produtos manufaturados. Os mais próximos, ao contrário do que poderia indicar o tamanho de suas economias, foram a Colômbia, com 36% das exportações tendo sido referentes a produtos

manufaturados, e o Uruguai, onde essa relação foi de 34% em 2003. Em seguida, sim, aparecem o Chile, com 34%, e a Argentina, com 27%. Essa relação foi menor na Venezuela, onde as manufaturas representaram apenas 13% do total exportado em 2003, certamente por conta do peso do petróleo na pauta de exportação venezuelana, e no Suriname, para o qual apenas 7% das exportações foram de produtos manufaturados.

No entanto, dentre as exportações de produtos manufaturados, a exportação de produtos de alta tecnologia apresenta outro padrão. O Brasil continua sendo o país com o maior percentual, nesse caso com 12% das exportações em 2003. Em segundo lugar, a Argentina, com 9% das suas exportações tendo sido constituídas de produtos de alta tecnologia em 2003. Surpreendentemente, a Bolívia apareceu a seguir, com 8% das exportações sendo de produtos de alta tecnologia e, portanto, de alto valor agregado. A lista segue com Colômbia, com 7%, e Equador e Paraguai, com 6%. Venezuela, apenas a sexta da lista, teve, em 2003, 4% das suas exportações de produtos de alta tecnologia, enquanto o Chile teve 3%.

A tabela 3.4 apresenta os dados.

TABELA 3.4
Estrutura de Comércio dos Países Sul-americanos

PAÍS	Importação de bens e serviços (%PIB)		Exportação de bens e serviços (%PIB)		Exportação de produtos manufaturados (% de mercadorias exportadas)		Exportação de produtos de alta tecnologia (% de mercadorias exportadas)	
	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003
Argentina	5	14	10	25	29	27	-	9
Bolívia	24	25	23	24	5	17	-	8
Brasil	7	13	8	17	52	52	7	12
Chile	31	33	35	36	11	16	5	3
Colômbia	15	22	21	21	25	36	-	7
Equador	32	29	33	24	2	12	(.)	6
Guiana	80	106 ¹	63	93 ¹	-	24	-	1
Paraguai	39	47	33	32	10	14	(.)	6
Peru	14	18	16	18	18	22	-	2
Suriname	44	45 ¹	42	21 ¹	74	7 ¹	-	(.) ²
Uruguai	18	23	24	26	39	34	-	2
Venezuela	20	15	39	31	10	13	4	4

Fonte: PNUD (Human development Report 2005)

¹ Dados referentes a 2002.

² Dados referentes a 2001

O fluxo de investimento entre o Brasil e os países sul-americanos retrata uma redução na importância da América do Sul como região preferencial de atuação externa. Segundo dados do Banco Central do Brasil, o fluxo de investimentos brasileiros diretos na América do Sul vem diminuindo nos últimos quatro anos, período em que essa mensuração vem sendo apurada.

Em 2001, a América do Sul foi o destino de 10,30% dos investimentos diretos brasileiros, em todas as modalidades – inclui-se empréstimos intercompanhias, demais empréstimos, depósitos e financiamentos. De fato, chega a ser um percentual relevante, tendo em vista que quase 57% do total dos investimentos diretos brasileiros destinaram-se a apenas três países, todos paraísos fiscais – Ilhas Cayman, Ilhas Virgens e Bahamas.

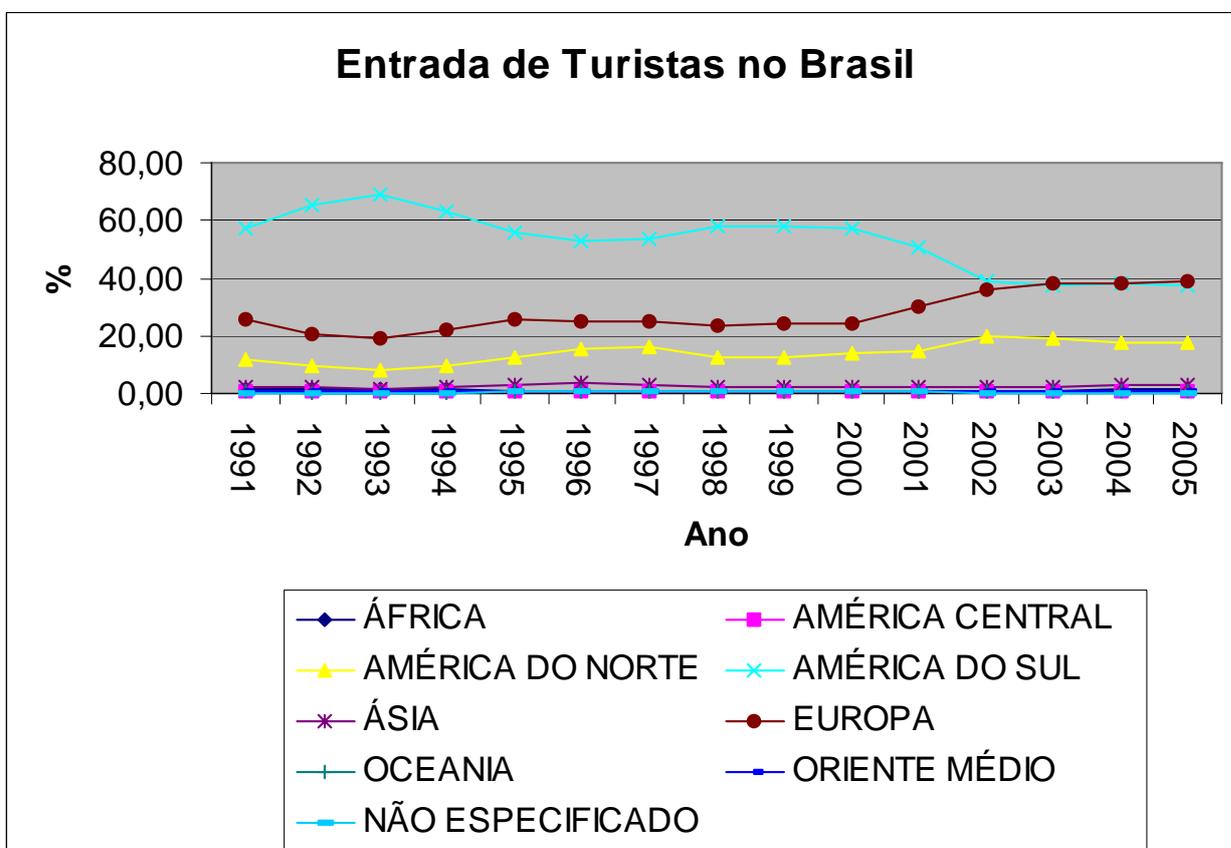
Todavia, em 2002, a América do Sul representou 7,21% do total dos investimentos brasileiros no exterior, um decréscimo de cerca de 30%, a despeito de esses terem aumentado 5,3% nesse ano. Em 2003, essa participação tem uma leve recuperação, representando 8,30% do total. Já em 2004, caiu para o nível mais baixos dos anos para os quais há disponibilidade de dados, tendo recebido 6,46% do total. É importante frisar que em 2004 os investimentos externos do Brasil no exterior foram quase 34% acima do que os declarados no ano 2001.

Ademais, compondo o cenário de queda de importância da América do Sul nos investimentos externos diretos do Brasil e a diminuição da participação dos países da região nas importações brasileiras, o ingresso de pessoas advindas dos onze países sul-americanos no Brasil também decresceu em termos de participação relativa nos últimos anos. De acordo com os levantamentos feitos pela Embratur e pela Polícia Federal, a América do Sul que em 1993 foi responsável por 68,76% dos turistas que entraram no Brasil, em 2005 emanou apenas 37,63% dos estrangeiros que entraram no país, consolidando-se, desde 2003, na segunda posição, atrás da Europa, que em 2005 respondeu por 38,62% dos estrangeiros que entraram no Brasil.

O gráfico **3.12** apresenta a evolução da participação de cada região na emissão de turistas ao Brasil, entre 1991 e 2005¹⁵³.

¹⁵³ Extraído do Anuário Estatístico Embratur. Disponível em http://www.braziltour.com/site/br/dados_fatos/conteudo/lista.php?in_secao=308

GRÁFICO 3.12
Entrada de Turistas no Brasil



Fonte: Embratur e PF – Anuário Estatístico Embratur

A Argentina, no entanto, continua sendo o país maior emissor de turistas para o Brasil. Em 2001, 28,80% dos estrangeiros que entraram no Brasil eram argentinos. De 2002 em diante, esse percentual fica em torno dos 19%, ainda o suficiente para garantir a primeira posição para a Argentina. De todo modo, essa queda explica uma grande parcela da diminuição da importância relativa da América do Sul.

Observando em conjunto o comportamento de outros sete países sul-americanos que constam na lista dos vinte principais países emissores de turistas para o Brasil, percebe-se um posicionamento estável do bloco. Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Peru, Venezuela e Colômbia respondiam, em 2001, por 19,61% dos turistas que visitaram o Brasil naquele ano. Em 2005, esse número ficava em 18,38%. Em suma, a densidade das relações sociais, no que tange ao fluxo de pessoas, não tem aumentado entre os países sul-americanos e o Brasil. Ao contrário, em parte devido à crise econômica e social enfrentada pelo nosso maior vizinho, essa relação tem diminuído.

Infelizmente, não foi possível obter dados referentes aos demais países sul-americanos para os dois últimos indicadores. Contudo, extrai-se desses dados que os fluxos intra-regionais não vêm robustecendo a idéia de América do Sul enquanto uma região geoeconômica e socialmente integrada. Mais do que desequilibrados, os fluxos intra-regionais vêm se mostrando menos robustos, e a região sul-americana um conceito cada vez mais fluido.

Os olhares acerca da construção das regiões e o lugar da América do Sul

Em primeiro lugar, há que se ressaltar que este trabalho alinha-se às percepções de que as regiões são produtos de construções sociais, produzidas e reproduzidas por discursos e práticas sócio-econômicas e políticas. Não são, portanto, objetos atemporais, fixos no tempo e espaço. São construções dinâmicas, que se movimentam a partir das relações entre territórios e comunidades diferentes.

Há várias definições para “região” na literatura de relações internacionais. Além disso, os mais importantes paradigmas das teorias da disciplina lançaram-se na tentativa de conceber uma explicação compreensiva sobre por que os Estados agrupam-se em torno de regiões de cooperação. Algumas breves considerações sobre esse tema ajudarão a compreender o fenômeno sul-americano.

William Thompson, por exemplo, identificou vinte e um elementos para descrever uma região. Neles, incluem-se questões como proximidade geográfica, reconhecimento interno e externo como uma área distinta, características sociais similares, equilíbrio regional de forças locais, e alguma evidência de integração.¹⁵⁴ “Alguma evidência de integração” não é algo muito concreto, enquanto o equilíbrio regional de forças locais não parece ter sido requisito ou mesmo o resultado, até aqui, para a formação de regiões

¹⁵⁴ THOMPSON, William R. **The Regional Subsystem**. A Conceptual Explication and a Propositional Inventory,” *International Studies Quarterly*, 17.1, 1973, p. 89-117. Citado por ENGELLEN, Hilde Dominique. **The Construction of a Region in the Baltic Sea Area**. Political Science Department Graduate Institute of International Studies Geneva, Switzerland. Disponível em <http://www.sgir.org/conference2004/papers/Engelen%20-%20The%20construction%20of%20a%20region%20in%20the%20Baltic%20Sea%20area.pdf>, acessado em 15/07/2006.

funcionais no sistema internacional. Ademais, a quantidade de critérios torna a análise muito complexa, embora o esquema proposto por Thompson sinalize como relevantes alguns parâmetros relativos ao grau de homogeneidade para a assunção de uma região enquanto tal.

De acordo com Joseph Nye, uma região internacional pode ser definida, em termos gerais, como um limitado número de Estados ligados por um relacionamento geográfico e por um grau de mútua interdependência.¹⁵⁵

Engelen aponta para algumas incongruências na relação dos dois critérios apontados por Nye. Segundo ela,

Even if the most regions consist only of states, others may consist of sub-state regions belonging to different states which engage in cooperative behavior towards each other and towards other states. Furthermore, some regions consist of members which are not geographically contiguous, but which share other similarities (e.g. Francophonie).¹⁵⁶

Alguns autores tentaram aferir níveis distintos de regionalidade, num exercício de tipificação de regiões existentes ou em formação. Andrew Hurrell sugere que a regionalização a partir da integração acentuada das sociedades seria o grau mais baixo de regionalidade. A consciência e a identidade regionais estariam num segundo nível. Em seguida, para Hurrell, estaria a cooperação regional interestatal, sucedida em sua escala pela cooperação econômica regional iniciada pelos Estados, e, por último, pela coesão regional.¹⁵⁷ O seu argumento se assenta na idéia de que a integração alicerçada nos regionalismos é capaz de promover processos de socialização que incluem a “redefinição de interesses e identidades e altera os valores dos membros, construindo uma nova ação racional para a interpretação dos custos e benefícios”.¹⁵⁸

Björn Hettne considera quatro níveis de regionalidade. O nível mais baixo é a região definida apenas como unidade geográfica, em seguida a região definida enquanto sistema

¹⁵⁵ NYE, Joseph S. **International Regionalism**, Boston, Little Brown, 1968. p. VII. Citado por ENGELEN, Hilde Dominique. Op. Cit;

¹⁵⁶ ENGELEN, Hilde Dominique. Op. Cit;

¹⁵⁷ POSTEL-VINAY, Karoline. As transformações espaciais nas relações internacionais. In SMOUTS, Marie-Claude. 2004. Op. Cit

¹⁵⁸ HURRELL, Andrew. 1998. Citado por SENNES, Ricardo, ONUKI, Janaina & AMÂNCIO, Jorge de Oliveira. 2004. Op. Cit. p 6

social, região definida como sistema elementar de segurança e, finalmente, sociedade civil regional.¹⁵⁹

As principais correntes teóricas de relações internacionais têm visões distintas sobre os motivos que levam à formação de regiões. Na corrente neo-realista, que ainda considera o Estado como o ator central nas relações internacionais e as questões de segurança como o núcleo duro das preocupações da área, muitos pesquisadores não acreditam na durabilidade dos blocos, já que os Estados estariam mais preocupados com seu poder relativo do que com o poder absoluto. Para Kenneth Waltz, os Estados, constrangidos pelo sistema internacional anárquico, agrupam-se para se contrapor a desafios externos. Esses agrupamentos deixariam de fazer sentido quando o constrangimento comum fosse superado.¹⁶⁰

Os neo-funcionalistas, para os quais é cara a temática da interdependência, acreditam que essa engendra uma cooperação internacional que pode levar à integração política. Há uma divisão entre questões de *low politics* e cooperação técnica, em um primeiro nível, que por um processo de *spill over*, e com a tutela de organizações internacionais, pode incluir temas de *high politics* na agenda. Isso, por fim, poderia gerar uma transferência das lealdades dos estados nacionais para a região. Ainda, depositam bastante ênfase no papel dos grupos internos de pressão, opinião e elites no processo de regionalização.

Há também quem considere, como os neo-liberais institucionalistas, a formação de regiões como respostas dos Estados às conseqüências negativas da interdependência. Nessa linha, os Estados se agrupariam para responder coletivamente a problemas comuns, criando normas, regras e instituições para facilitar essa cooperação. Ao contrário dos neo-funcionalistas, essa corrente reforça a importância dos Estados nesse processo, diminuindo a importância dos atores não-estatais.¹⁶¹

Por fim, os construtivistas tendem a enfatizar a importância da consciência e identidade regional. Segundo Alexander Wendt, um dos expoentes dessa escola, as estruturas sociais informam os interesses e as identidades dos Estados. Essas identidades

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ WALTZ, Kenneth Neal. **Theory of international politics**. New York: McGraw-Hill Book. 1979.

¹⁶¹ ENGELEN, Hilde Dominique. Op. Cit;

podem gerar interesses coletivos ou mais individuais, influenciando, assim, na tendência de formação ou não de um bloco.¹⁶²

Isso posto, algumas inferências podem ser feitas sobre a concretude da idéia da América do Sul enquanto região a partir do diálogo com as notas expostas. Há, pois, que se analisar a região sob alguns critérios específicos, extraídos do rol interpretativo oferecido e reconhecido pelas principais escolas das relações internacionais.

De antemão, a América do Sul, conforme exposto no transcórper do trabalho, enquanto região geográfica, no seu sentido mais geofísico, revela-se quase como uma formação natural. Visualmente, o continente americano pode ser facilmente dividido em três continentes: América do Norte, incluindo o México; América Central, até o Panamá; e América do Sul, inclusive as guianas.

A questão das homogeneidades parece ser muito mais complicada. Os indicadores sociais apresentados indicam que não há homogeneidades sociais na América do Sul. De fato, as desigualdades são fortes mesmo dentro dos próprios Estados nacionais que conformam a região, e se expressam regionalmente em várias facetas. Os países com melhores condições em educação não são os mesmos que detêm as melhores condições de saúde, de distribuição da riqueza interna ou de qualificação profissional. Os mapas das desigualdades na América do Sul são tantos quantos forem os setores analisados, o que agrega complexidade ao processo de integração regional.

Somam-se a essa heterogeneidade social as estruturas produtivas extremamente desiguais na região, particularmente se compararmos o Brasil com os demais países sul-americanos, e mesmo, em menor nível, estes entre si. Assim, torna-se complexa a formação e definição de uma agenda comum para a região, tanto no sentido de sua inserção no globo como para o processo de integração.

Muito mais controversa ainda é a problemática sobre a emergência de consciências e identidades regionais na América do Sul. Mesmo que a América Latina tenha enfraquecido no seu conteúdo e simbolismo, ainda permanece como referência nos mapas mentais de grande parcela da sociedade que a compunha. A substituição por uma nova referência não é um processo automático, simples ou imediato.

¹⁶² WENDT, Alexander. Collective identity formation and the international State. In **American Political Science Review**. 88, 1994. Citado por GRIFFITHS, Martin. **50 grandes estrategistas das relações internacionais**. Contexto: São Paulo, 2004.

Há, como se viu no primeiro capítulo, uma escolha, ainda que implícita, por parte do Governo brasileiro, em eleger a América do Sul como componente regional da sua identidade internacional. No entanto, isso não é verdade para todos os países da região, nem mesmo pode ser transferido automaticamente para as sociedades desses países, a despeito da vontade de cada um dos Estados.

A existência de redes que vinculem os países da região foi analisada nos seus aspectos comerciais e, em menor grau por conta da inacessibilidade aos dados, nos investimentos e no fluxo de pessoas na região. A análise dos dados sugere algumas hipóteses que se complementam para traçar o quadro da (não-)consolidação da América do Sul enquanto região. Em primeiro lugar, os fluxos de investimentos e de pessoas desmistificam a percepção de que a América do Sul estaria se consolidando como uma região gradativamente mais integrada. Ao contrário, a importância relativa dos países da região para o Brasil tem sido cada vez menor.

Os fluxos comerciais apontaram algumas situações da mesma forma esclarecedoras. Nos últimos anos, o Uruguai vem se desvinculando da América do Sul. Guiana e Suriname não constam do mapa geoeconômico da região, detentores de economias muito diminutas, ainda fortemente vinculados às suas ex-colônias, das quais há pouco tempo se emanciparam, e à região do Caribe. Válido aqui lembrar que, além disso, há uma pendência territorial entre Guiana e Venezuela, na qual esta reclama quase 1/3 do território da primeira.

À parte da existência de relações bilaterais mais ou menos representativas, se há uma rede densa de relações na América do Sul, como afirmado anteriormente, esta se situa no Cone Sul. Merece atenção, no entanto, a tendência verificada nos últimos anos de retração da participação uruguaia nessa rede. Embora a análise tenha sido feita para um período curto de tempo, esse fator inviabiliza a afirmação de que essa rede já está consolidada.

Nesse ponto, e objetivando encaminhar às conclusões do trabalho, interessa trazer à tona algumas percepções próximas à Geografia sobre a formação das redes e os impactos dessas nos territórios. Segundo Postel-Vinay, a “nova Geografia” contribui para a definição do contexto espacial no qual se observam as relações internacionais, pois esta vem

repensando o espaço, “contextualizando e integrando em sua análise os critérios de fluidez e complexidade”¹⁶³.

É, portanto, a idéia dos **fluxos**, da fluidez que interessa aqui. Milton Santos se refere aos fluxos que, com vetores de diferentes níveis hierárquicos, combinar-se-iam para solidariamente constituir uma área comum de ocorrência, que seria sua escala de realização, e porque não, sua regionalização¹⁶⁴.

Acontece que, para se processarem, os fluxos precisam de sistemas técnicos incorporadas ao território, os **fixos**, para lhes dar sustentação. São as rodovias, ferrovias, dutos, aeroportos, inclusive, e principalmente, as vias de informação. Nessa linha, a observação do mapa **3.2**, que revela as principais rodovias na América do Sul, é explicativo da situação dos fluxos de comércio na região. Nele, percebe-se que a malha mais densa situa-se na metade sul do continente.

Ainda nas palavras de Milton Santos, os fluxos que passam a presidir a produção, e não mais o contrário. A possibilidade de acessibilidade aos principais mercados consumidores e a eficiência dessa conectividade são essenciais à definição de competitividade. Daí a importância da standardização da técnica.

No entanto, a fluidez não só depende da técnica, ao lado dela devem operar novas formas de ação que diminuam seus obstáculos, tal qual a desregulação, o enfraquecimento do poder dos Estados em contraposição à diversificação e disseminação de legislações globais.

Isso implica com que o processo de fortalecimento, consolidação e diversificação desses fluxos em redes ao nível global, como se pode entender o processo de globalização, acarreta um aspecto central para a análise da regionalização. Se o maior ganho se dá na articulação e integração aos grandes fluxos mundiais, e isso é possível para determinados espaços, isso se dará a despeito de gerar um processo de desarticulação e desintegração dos espaços nacionais, agora comandados por Estados mais frágeis. Se não se precisa da mediação dos estados, tampouco a mediação *meso* das regiões é imprescindível.

¹⁶³ POSTEL-VINAY, Karoline. As transformações espaciais nas relações internacionais. In SMOUTS, Marie-Claude. 2004. Op. Cit p. 158.

¹⁶⁴ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

O que poderia indicar a conveniência dessa mediação é a existência de redes na região. Também para Bertrand Badie¹⁶⁵, as lógicas de mobilidade sobrepõem-se às de territorialização. Badie sublinha que as estratégias de envolvimento da produção aos fluxos contribuem para a criação de um mundo das redes de relações, que enfraquece o território¹⁶⁶ e o faz perder a coesão e o “caráter excepcional que fundavam a sua natureza essencialmente política”¹⁶⁷.

Essa interação, segundo Bertrand Badie, remete os indivíduos a redes funcionais de solidariedades, que vão ser mais forte ou mais fracas de acordo com a identificação dos indivíduos com o território a que estejam inscritos. Nessa linha, a construção europeia teria sido precedida – mais do que acompanhada, “por uma teia de solidariedades que confunde os seus espaços territoriais de construção”. Não parece ser esse o caso da América do Sul, pelo que se viu até aqui.

De todo modo, retomando Milton Santos, o estágio atual da fluidez, dos fluxos, está assentado sobre formas técnicas universais, normas universais e disponibilidade universal de informação. No entanto, a distribuição desses elementos é desigual. A fluidez torna-se seletiva.

Aí, portanto, remete-se novamente ao papel dos Estados como atores centrais nesse processo. Cabe aos Estados - e aos organismos internacionais – prover os territórios de sistemas técnicos capazes de apoiar essa fluidez, inclusive no que diz respeito ao acesso à informação. Em outras palavras, significa afirmar que, ainda que não existam redes consolidadas na América do Sul, as iniciativas integracionistas dos países da região não devem ser subestimadas pela coordenação que podem ter na organização do espaço regional.

¹⁶⁵ BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget. 1995.

¹⁶⁶ Cabe ressaltar que o conceito de território utilizado por Badie difere das definições e conceitos manuseados por Milton Santos. Enquanto o primeiro refere-se aos territórios nacionais, elemento constituinte do Estado-Nação, o segundo faz referência às interações sociais em determinado espaço geográfico. Território, para Milton Santos, refere-se ao espaço ocupado pelo homem.

¹⁶⁷ BADIE, Bertrand. 1995. Op. Cit. p. 159.

MAPA 3.2
Principais conexões na América do Sul



CONCLUSÃO

O horizonte regional do Brasil mudou ao longo da história. O país que nasceu império manteve, até finais do século XIX, sua forte ligação com a Europa, virado de costas para seus vizinhos republicanos. A desconfiança mútua entre a única monarquia do continente e as repúblicas em formação na América Hispânica mantinha uma separação cautelosa entre o maior país da porção sul das Américas e o seu entorno geográfico.

A partir do momento em que rompeu seus laços monárquicos e, na gestão do Barão do Rio Branco à frente do Itamaraty, foi redirecionando o eixo principal da sua política externa, o pan-americanismo passou a ser sua principal referência, e seu horizonte regional abrangia todo o continente americano. À época, os Estados Unidos já despontavam como a grande potência regional, e o Brasil optou por se alinhar aos desígnios de Washington.

Esse alinhamento significava a assunção do pan-americanismo nos moldes desenhados pelo grande país do norte das Américas, a quem interessava a demarcação de toda a região como sua exclusiva área de influência. Nesse contexto, a identificação “americana” do Brasil implicava uma oposição a arranjos sub-regionais.

De outro lado, a Espanha havia imposto um modelo colonial que desestimulava as ligações entre os seus vice-reinados na América, preocupada em fortalecer os vínculos diretos destes com a sede do Império Espanhol. Com isso, do processo revolucionário de independência na América Hispânica resultaram países que mantinham escassas relações entre si. A identificação entre eles foi se consolidando no interior do sistema pan-americano, a partir das interações com Washington.

A partir daí, a América Latina foi se evidenciando como conceito agregador de um conjunto de países que, apesar de não apresentarem homogeneidades, identificavam-se em torno de um discurso reivindicatório e desenvolvimentista, principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial. O Brasil somou-se a esse conjunto, e cunhou a latinidade na sua identidade internacional.

Com o fim da Guerra Fria, ocorreu um ressurgimento dos regionalismos. Os movimentos ao norte das Américas, com a estratégia estadunidense de estabelecer uma área de livre comércio na América do Norte, envolvendo o México, e os movimentos no Cone Sul, com entendimentos, distensão e aproximação entre Brasil e Argentina, aliados à baixa

capacidade que tiveram os países latino-americanos de capitalizarem posições concertadas em tornos de desafios comuns, fizeram com que o conceito de América Latina perdesse a funcionalidade que poderia ter auxiliado os países que a compunham em suas estratégias de inserção internacional.

Assim, o Brasil, após um breve encontro com o Cone Sul, especialmente em torno da referência criada com o surgimento do Mercosul, escolheu o continente sul-americano como seu horizonte regional. A introspecção da sul-americanidade como componente da identidade internacional do país, é, portanto, recente.

O discurso diplomático respalda essa escolha, mas tenta conferir um certo grau de continuidade quando houve, em realidade, uma ruptura. Alguns autores e formadores de opinião por vezes reforçam a idéia de que a América do Sul **sempre** foi a “circunstância” do “eu” diplomático brasileiro, enquanto o que se tentou mostrar aqui é que esse “eu”, no que tange às suas referências regionais, se adjetivou de forma diferenciada ao longo dos anos.¹⁶⁸

Várias iniciativas implementadas pelo governo brasileiro emprestaram concretude à mudança observada na referência regional do país. Acompanha a retórica e o discurso diplomático, portanto, um lado prático que tanto fortalece a percepção da América do Sul como plataforma de base da projeção internacional do país quanto é, ele próprio, fruto dessa introspecção sul-americana.

É importante ressaltar, pelo que foi exposto nesse trabalho, que as iniciativas brasileiras não se bastaram no campo comercial, o que tem sido uma crítica constante ao processo de construção, consolidação e fortalecimento do Mercosul. O Brasil tem articulado ações nas áreas de ciência e tecnologia, cultura, turismo, além das esferas política e econômica. Tem-se dado destaque à integração das infra-estruturas físicas, contemplando transporte, energia e comunicações.

Essa ação, que vista no seu conjunto revela um movimento de aproximação com a América do Sul, trás também implicações para a área de segurança. A própria opção pela demarcação dos limites do entorno regional incluindo todo o continente sul-americano, traz preocupações no campo da segurança que demandaram uma postura mais ativa frente aos conflitos regionais.

¹⁶⁸ Ver, como exemplo, LAFER, Celso, 2001 e GALVÃO, Thiago, 2003. Op. Cit.

Ainda é cedo para afirmar se essa opção estratégica vai se afirmar nas políticas do Estado brasileiro ou se vai trazer resultados expressivos para a inserção do país e da região na arena internacional. Contudo, a partir da leitura do contexto no qual as linhas de ação são definidas, pôde se aferir a dimensão do desafio a ser enfrentado.

Nessa linha, a pesquisa demonstrou que América do Sul é um conceito ainda fluido. A região, para além dos seus contornos geofísicos, ainda está em construção. A proximidade geográfica não significou, ao longo da história, uma articulação robusta entre os países da região.

Certamente, o espaço sul-americano está mais articulado no início do século XXI do que estava há cem anos atrás. No entanto, os dados apresentados revelam que a dinâmica dos fluxos intra-regionais ainda não apresenta um comportamento que permita aferir que tenha alcançado o nível que suas potencialidades sugeririam.

Ademais, a América do Sul não é uma região homogênea. Os desequilíbrios e desigualdades observados no interior de seus países extrapolam para o nível intra-regional. Cada setor observado indica uma geografia diferenciada das desigualdades no continente sul-americano, o que leva a interpretar o desequilíbrio como estrutural no continente sul-americano.

Com essa plataforma, a definição de objetivos comuns para a região é um exercício bastante complexo. Com tamanha heterogeneidade, fica inclusive mais complicado a afirmação de uma identidade regional própria. No entanto, a própria dinâmica da integração regional pode suscitar processos de socialização que incluem a redefinição de identidades, o que poderia implicar também a remodelagem dos cálculos para aferição de custos e benefícios, perdas e ganhos, envolvidos no processo.

Nessa linha, antes de condenar a estratégia brasileira de definição de um horizonte sul-americano para sua política externa, é importante ter em mente o papel dos Estados no esforço de construção da região, tanto na área econômica, quanto nas áreas social, cultural e científica-tecnológica. Os Estados devem reforçar seu papel de organizadores do território, atentando para a integração aos fluxos regionais e globais, que condicionam a inserção das sociedades na economia mundializada.

A integração das infra-estruturas é essencial nessa estratégia. Essa etapa não deve ser encarada como um fim em si mesma, mas um meio fulcral para alavancar e dinamizar

um processo de construção de redes de interação regional que, coesas, têm mais condições de se lançar ao globo.

Delimitado o horizonte regional do Brasil, o desafio passa a ser a própria construção da América do Sul enquanto região. Uma hercúlea tarefa que um país, a despeito do seu tamanho e importância no concerto regional, não consegue implementar sozinho. Construir e integrar a América do Sul, antes de tudo, tem que ser um desejo de todos os seus membros.

BIBLIOGRAFIA

Livros e Artigos

ABDENUR, Roberto. **Textos de Política Externa**. Brasília: FUNAG, 1995.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol. 47, Nº 1, 2004.

AMORIN, Celso. Conceitos e estratégias da diplomacia do governo Lula. In **Diplomacia, Estratégia e Política**. Vol. 1, nº 1 (out/2004). Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2004.

ATKINS, Pope. **América Latina en el sistema político internacional**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano. 1991.

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget. 1995.

BARBOSA, Rubens Antônio. Área de Livre Comércio da América do Sul: conformação de um novo espaço econômico. **Boletim de Integração Latino-Americana**. Brasília: MRE, nº 18, Jan/jun 1996. Disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/mercosul/aladi/area.asp Acessado em 15/01/2006.

BATISTA, Eliezer - **Infra-estrutura para o Desenvolvimento Social e Integração na América do Sul**. Rio de Janeiro, Editoria Expressão e Cultura, 1997.

BOESNER, Demetrio. **Relaciones Internacionales de América Latina**. Caracas: Nueva Sociedad. 1990.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. **A Política Externa do Governo Itamar Franco**. Brasília: FUNAG, 1994.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. **Política Externa. Democracia. Desenvolvimento.** Gestão do ministro Celso Amorim no Itamaraty (Agosto 1993 a dezembro 1994) Brasília: FUNAG, 1995.

CERVO, Amado Luiz. A política exterior: de Cardoso a Lula. Em **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 46, nº 1, 2003.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** 2ªed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. Em **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 45, nº 1, 2002.

CERVO, Amado L. **Relações Internacionais da América Latina** – velhos e novos paradigmas. IBRI, Brasília, 2001.

DALLANEGRA PEDRAZA, Luis. **Relaciones Políticas entre Estados Unidos y América Latina:** ¿Predominio monroista o unidad americana? Buenos Aires: Edic. del Autor, 1994.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1962.

DIAS, Lindolpho de Carvalho. Programa Sul-americano de Apoio às atividades de Cooperação e em Ciência e Tecnologia do Brasil com os Países da América do Sul – Prosul. In **Parcerias Estratégicas.** Centro de Gestão de Estudos Estratégicos – CGEE. Número 20, Julho de 2005.

DUHALDE, Eduardo. Perspectivas do Mercosul. In. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política.** Projeto Raúl Prebisch vol 1, nº 2 (jan. 2005) -, Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2005.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá:** Teoria das relações internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FONSECA JUNIOR, Gelson. & CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de.(orgs) **Temas de Política Externa Brasileira II.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994. 2ª ed. Vol. 2.

GRIFFITHS, Martin. **50 grandes estrategistas das relações internacionais.** Contexto: São Paulo, 2004.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org). **Alca e o Mercosul:** riscos e oportunidades. IPRI/FUNAG. Brasília, 1999

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia.** 4. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Da UFRGS/Contraponto, 2002.

LAFER, Celso. **A identidade Internacional do Brasil e a política externa brasileira:** passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **Diplomacia Brasileira:** Palavras, contextos e razões. Rio de Janeiro: Lacerda Ed. 1999.

MAGALHÃES, Fernando Simas. **Cúpula das Américas de 1994:** papel negociador do Brasil, em busca de uma agenda hemisférica. Brasília: Instituto Rio Branco, Funag, 1999.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria:** Imaginação geográfica e política externa no Brasil. (1808-1912) São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna. 1997.

MARTINS, Estevão Rezende. O alargamento da União Européia e a América Latina. In. **Revista Brasileira de Política Internacional.** Ano 47, nº 02, 2004.

PENNA, J. O. de Meira. **Política Externa: Segurança & Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1967.

RICUPERO, Rubens. **Rio Branco: O Brasil no mundo**. Rio de Janeiro: Petrobrás/Contraponto. 2000.

ROBLEDO, A.G. **Idea y Experiencia de América**. México / Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1958.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SENNES, Ricardo, ONUKI, Janaina & AMÂNCIO, Jorge de Oliveira. La política exterior brasileña y la seguridad hemisférica. In **Revista Fuerzas Armadas y Sociedad**. Año 18. nº 3 – 4. p 3 – 26. 2004. Chile. Disponível em <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART41f69fdb82038.pdf> Acessado em 27/07/2006.

SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe de. Política Externa e Identidade Nacional Brasileira. In. **Política Externa**. Vol 9, nº 1 (jun, jul, ago). 2000.

SERRA, José. ALCA, o Mercosul e a Abertura Externa Brasileira. In **Política Externa**, vol 7. nº 1 – junho-julho-agosto 1998. Disponível em <http://www2.mre.gov.br/ipri/Papers/AmericadoSul/Artigo11.doc> Acessado em 17/01/2006.

SILVA, Alexandra de Mello e. O Brasil no continente e no Mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. **Revista Estudos Históricos**. História e Região - nº 15 - 1995/1. CPDOC.

SMOUTS, Marie-Claude (org). **As novas relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P. América Latina – O regionalismo continental revisitado. In. **O Brasil em um mundo em transição**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/IBRI, 2003.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P. América Latina – A cúpula da América do Sul e seus paradoxos. In. **O Brasil em um mundo em transição**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/IBRI, 2003.

VAZ, Alcides Costa, **Cooperação, integração e processo negociador**: a construção do Mercosul. Brasília, IBRI, 2002.

VILALVA, Mário. Programa de Substituição Competitiva de Importações: uma nova política de estímulo ao comércio na América do Sul. In **Comércio Exterior**. Informe Banco do Brasil, nº 55. Disponível em <http://www.braziltradenet.gov.br/PSCI/Arquivos/PalavraVilalva.pdf> Acessado em 20/02/2006.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004(b). 2ª ed.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento**: o nacionalismo e a política externa independente (1951 - 1964). Petrópolis: Vozes, 2004.

WALTZ, Kenneth Neal. **Theory of international politics**. New york: Mcgraw-Hill Book, 1979.

Discursos e Documentos Oficiais

Ata da VI Reunião do CDE. Disponível em <http://www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos%20PDF/Acta%20Caracas%20Espanol.pdf>. Acessado em 22/07/2006.

Ata da VII Reunião do Comitê de Direção Executiva – CDE. Disponível em http://www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos%20PDF/cde7_acta_%20asuncion_%20esp.pdf Acessado em 22/07/2006.

Comunicado Conjunto dos Presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada (Brasília, 28 de abril de 2003) Disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe.asp?ID_RELEASE=159. Acessado em 22/07/2006.

Comunicado de Brasília disponível em http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/di1-9-00.htm Acessado em 22/07/2006.

Comunicado Oficial à Imprensa, Disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe.asp?ID_RELEASE=1352 Acessado em 22/07/2006.

Comunidade Sul-Americana de Nações: documentos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

Declaração de Ayacucho. Disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe.asp?ID_RELEASE=2721 Acessado em 22/07/2006.

Declaração de Cuzco sobre a Comunidade Sul-americana de Nações. Disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe.asp?ID_RELEASE=2721 Acessado em 22/07/2006.

Discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso, na abertura da reunião de trabalho dos chefes de Estado e de governo do Mercosul e Chile e da União Européia, 28 de junho de 1999, no Rio de Janeiro. Publicado na **Folha de São Paulo**, dia 29 de junho de 1999.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Reunião de Cúpula do Mercosul, em 17/12/2004. Disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2539

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no XXXIII Fórum Econômico Mundial. Disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2036 Acessado em 20/02/2006

Discurso do Embaixador Celso Amorim, por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Disponível em: SILVA, Luiz Inácio Lula da; AMORIM, Celso; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **A Política Externa do Brasil**, IPRI/FUNAG. Brasília, 2003.

Nota nº 105 do Ministério das Relações Exteriores, de 23/03/2000. Disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe.asp?ID_RELEASE=643 Acessado em 06/02/2006.

Tratado de Montevideu de 1980. Disponível em http://www.aladi.org/nsfaladi/PERFIL.nsf/vsitioweb/tratado_port. Acessado em 18/01/2006

Outras Fontes

AMORIN, Celso. A construção da América do Sul. **Jornal do Brasil**. 25 de setembro de 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. “O Brasil e uma nova América do Sul”, **Valor Econômico**, 30 de agosto de 2000.

ENGELEN, Hilde Dominique. **The Construction of a Region in the Baltic Sea Area**. Political Science Department Graduate Institute of International Studies Geneva, Switzerland. Monografia. Disponível em <http://www.sgir.org/conference2004/papers/Engelen%20-%20The%20construction%20of%20a%20region%20in%20the%20Baltic%20Sea%20area.pdf> , acessado em 15/07/2006.

GALVÃO, Thiago Ghere. **América do Sul**: A construção de uma idéia. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2003.

GARCIA, Marco Aurélio. Nostalgia da submissão. In **Folha de São Paulo**, quarta-feira, 31 de agosto de 2005.

LAMPREIA, Luis Felipe. Cúpula da América do Sul. **O Estado de São Paulo**. 31 de março de 2000.

PEREIRA, João Mendes. **A iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul – IIRSA como instrumento da política brasileira para integração da América do Sul**. Tese apresentada no XLVIII Curso de Altos Estudo do Instituto Rio Branco. 2005.

SEIXAS CORREA, Luiz Felipe de. Reunião de Presidentes da América do Sul. **Correio Braziliense**, 22 de agosto de 2000.

SINGER, Paul. **América do Sul: 2006** – da Geografia à História. Artigo apresentado por ocasião do Seminário América do Sul: 2006, realizado no Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1997. Texto disponível em <http://www2.mre.gov.br/ipri/Papers/AmericadoSul/Artigo17.doc>. Último acesso: 20/07/2006.

Banco Mundial - World Bank. 2005. Correspondence on income distribution data. Washington, D.C. April.

Banco Mundial. Development Indicators 2002 Online Edition - Dados de Outubro 2000 / Análisis BAH - Global Development Finance Online - The Economist Business Intelligence Unit

CEPAL – Banco de Datos Estadísticos de Comercio Exterior. Disponível em <http://www.eclac.cl/badecel/default.asp>

EMBRATUR - Anuário Estatístico Embratur. Disponível em http://www.braziltour.com/site/br/dados_fatos/conteudo/lista.php?in_secao=308

PNUD – Human Development Report – 2005.

UNESCO – Institute for Statistics. 2005. Correspondence on education expenditure. February. Montreal.

UNESCO - Instituto de Estadísticas de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura.

Descrição do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Disponível em http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_frenteira Acessado em 22/07/2006.

Documento Básico Brasileiro para o Programa Sul Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia. Disponível em <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14408.html> Acessado em 22/07/2006.

Estudo do Programa de Substituição Competitiva de Importações, disponível em <http://www.braziltradenet.gov.br/PSCI/Arquivos/EstudoPSCI1.pdf> Acessado em 20/02/2006

Entrevista do Embaixador Rubens Ricupero a **O Estado de São Paulo**, 5 de junho de 2005

Listas de presença das reuniões do CDE podem ser acessadas a partir do sítio <http://www.iirsa.org/cde.asp?CodIdioma=ESP> Acessado em 22/07/2006.

Palestra do Sr. Guido Mântega, Presidente do BNDES, na I Rodada de Consultas sobre a Visão Estratégica Sul-americana no Brasil, realizada dia 23/11/2005. Disponível em http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/iirsa/Guido_Mantega_IIRSA_23nov.PPT. Acessado em 20/02/2006.

Palestra do Sr. Ariel Pares, Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério de Planejamento para a Primeira Rodada de Consultas Estratégicas no Brasil, disponível em http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/iirsa/IIRSA_vesa_23nov.ppt Consultado em 02/07/2006.

Planejamento Territorial Indicativo para a América do Sul. Disponível em http://www.planejamento.gov.br/planejamento_investimento/conteudo/iirsa/index_iirsa.htm Acessado em 22/07/2006.

Plano de Ação para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul. Disponível em <http://www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos%20PDF/Plan%20de%20Acción%20Montevideo%20final.pdf> . Acessado em 22/07/2006.

Relatório do Programa de Comparação Internacional do Banco Mundial. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Programa_de_Comparacao_Internacional_PCI/PCI_portugues.pdf

Brasil reúne líderes para marcar posição, **Folha de São Paulo**, 27 de agosto de 2000.

Brasil terá cúpula sul-americana. **Folha de São Paulo**, 23 de março de 2000.

Chávez prevê uma vitória por "nocaute" nas eleições de maio. In **Folha de São Paulo**, 8 de abril de 2000.

FHC pede ousadia sul-americana. **Folha de São Paulo**, 1º de setembro de 2000.

O Império e o Sul. **Folha de São Paulo**, 1º de setembro de 2000.

“O mundo está se organizando em blocos”. Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a **O Estado de São Paulo**. 25 de outubro de 1993.

País quer evitar confronto com EUA. In **Folha de São Paulo**, 1º de setembro de 2000.

Peru pode ser criticado, diz ministro. **Folha de São Paulo**, 28 de agosto de 2000.

Presidente eleito do México reclama não ter sido convidado para reunião. **Folha de São Paulo**, 10 de agosto de 2000.

ANEXOS

Importações por países, segundo origem selecionada

Fonte: CEPAL – Banco de Datos Estadísticos de Comercio Exterior. Disponível em <http://www.eclac.cl/badecel/default.asp>

Argentina: Importações segundo origem selecionada (mil dólares)

Procedencia	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bolivia	235,851	5.79	247,705	2.99	145,438	0.98	107,887	0.64	144,943	0.67	135,104	0.67	136,28	0.57	135,81	0.45
Brasil	715,128	17.54	1,526,364	18.45	3,338,791	22.46	3,568,446	21.28	4,285,907	19.86	4,175,942	20.75	5,327,106	22.42	6,915,956	22.71
Chile	95,435	2.34	381,384	4.61	638,959	4.30	701,95	4.19	828,777	3.84	513,778	2.55	559,32	2.35	687,47	2.26
Colombia	27,213	0.67	34,321	0.41	80,439	0.54	41,914	0.25	60,406	0.28	50,92	0.25	48,957	0.21	88,747	0.29
Ecuador	17,576	0.43	25,633	0.31	39,443	0.27	63,168	0.38	92,395	0.43	100,809	0.50	108,709	0.46	111,418	0.37
Guyana	20	0.00	13	0.00	5	0.00
Paraguay	39,755	0.98	42,799	0.52	64,693	0.44	72,857	0.43	71,589	0.33	139,833	0.69	182,097	0.77	319,582	1.05
Perú	11,683	0.29	49,675	0.60	87,95	0.59	24,362	0.15	24,114	0.11	33,848	0.17	37,025	0.16	49,793	0.16
Suriname	12	0.00	12	0.00	10	0.00	6	0.00	8,118	0.03	1	0.00
Uruguay	78,533	1.93	235,17	2.84	351,166	2.36	570,758	3.40	789,06	3.66	286,889	1.43	299,82	1.26	377,133	1.24
Venezuela	8,037	0.20	24,705	0.30	26,344	0.18	40,094	0.24	46,242	0.21	46,277	0.23	111,856	0.47	62,312	0.20
Otros Países	2,846,920	69.84	5,706,914	68.97	10,089,708	67.88	11,580,549	69.05	15,236,755	70.61	14,637,137	72.75	16,941,057	71.30	21,700,637	71.27
TOTAL	4,076,143	100.00	8,274,682	100.00	14,862,961	100.00	16,771,985	100.00	21,580,188	100.00	20,120,543	100.00	23,760,358	100.00	30,448,864	100.00

Procedencia	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bolivia	115,381	0.37	40,053	0.16	20,027	0.08	20,566	0.10	15,938	0.18	22,981	0.17	138,658	0.62
Brasil	7,060,482	22.50	5,598,925	21.95	6,478,444	25.67	5,277,766	25.97	2,518,253	28.02	4,699,464	33.93	7,562,377	33.98
Chile	707,497	2.25	638,514	2.50	608,091	2.41	505,679	2.49	176,618	1.96	289,82	2.09	404,293	1.82
Colombia	115,026	0.37	55,359	0.22	54,81	0.22	49,878	0.25	16,372	0.18	19,768	0.14	46,792	0.21
Ecuador	102,993	0.33	107,172	0.42	131,644	0.52	116,741	0.57	23,338	0.26	39,589	0.29	54,512	0.24
Guyana	.	.	1	0.00	475	0.00	274	0.00	59	0.00	.	.	4	0.00
Paraguay	347,624	1.11	304,061	1.19	294,752	1.17	302,797	1.49	255,391	2.84	294,703	2.13	380,499	1.71
Perú	32,368	0.10	28,811	0.11	28,58	0.11	21,329	0.10	14,011	0.16	17,077	0.12	33,283	0.15
Suriname	.	.	1	0.00	.	.	4,688	0.02	25	0.00	1	0.00	.	.
Uruguay	530,894	1.69	395,764	1.55	426,072	1.69	328,985	1.62	122,447	1.36	163,498	1.18	226,601	1.02
Venezuela	58,315	0.19	79,306	0.31	28,834	0.11	25,435	0.13	7,309	0.08	8,916	0.06	34,444	0.15
Otros Países	22,305,232	71.09	18,258,591	71.58	17,169,891	68.02	13,665,772	67.25	5,838,779	64.96	8,293,776	59.88	13,372,986	60.09
TOTAL	31,375,812	100.00	25,506,558	100.00	25,241,620	100.00	20,319,910	100.00	8,988,540	100.00	13,849,593	100.00	22,254,449	100.00

Bolivia: Importações segundo origem selecionada (mil dólares)

Procedencia	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Argentina	73,633	10.48	111,004	11.19	103,193	9.15	114,713	9.75	117,484	9.82	117,41	8.41	136,616	8.32	259,352	13.59
Brasil	118,031	16.81	142,151	14.33	163,979	14.53	149,905	12.74	178,573	14.93	174,196	12.48	181,614	11.06	227,575	11.92
Chile	87,752	12.50	63,278	6.38	78,041	6.92	88,518	7.52	93,912	7.85	104,738	7.50	110,588	6.73	122,507	6.42
Colombia	4,384	0.62	6,573	0.66	10,521	0.93	15,745	1.34	22,726	1.90	22,931	1.64	33,763	2.06	39,987	2.09
Ecuador	885	0.13	1,281	0.13	1,345	0.12	1,552	0.13	2,51	0.21	4,111	0.29	4,873	0.30	7,597	0.40
Guyana
Paraguay	5,219	0.74	3,521	0.35	1,323	0.12	2,649	0.23	1,478	0.12	1,317	0.09	1,101	0.07	3,167	0.17
Perú	22,187	3.16	21,316	2.15	27,116	2.40	54,095	4.60	65,038	5.44	73,034	5.23	89,133	5.43	97,463	5.11
Suriname	.	.	10	0.00	1	0.00
Uruguay	1,276	0.18	3,198	0.32	3,015	0.27	2,655	0.23	3,825	0.32	4,654	0.33	4,925	0.30	5,157	0.27
Venezuela	2,352	0.33	4,084	0.41	3,491	0.31	6,029	0.51	12,616	1.05	10,923	0.78	13,172	0.80	23,224	1.22
Otros Países	386,557	55.04	635,671	64.07	736,217	65.25	740,721	62.96	697,76	58.34	882,596	63.23	1,066,934	64.95	1,122,764	58.82
TOTAL	702,276	100.00	992,087	100.00	1,128,241	100.00	1,176,582	100.00	1,195,923	100.00	1,395,910	100.00	1,642,719	100.00	1,908,793	100.00

Procedencia	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%												
Argentina	234,042	9.56	247,983	11.82	263,555	14.26	307,906	18.04	308,442	16.85	284,464	16.78	295,563	15.64
Brasil	252,922	10.33	274,206	13.07	266,681	14.43	276,415	16.19	392,377	21.44	347,899	20.52	486,606	25.75
Chile	142,173	5.81	132,247	6.30	152,646	8.26	144,752	8.48	126,079	6.89	125,402	7.40	111,378	5.89
Colombia	46,352	1.89	40,338	1.92	43,788	2.37	47,872	2.80	42,531	2.32	48,099	2.84	61,243	3.24
Ecuador	8,656	0.35	6,953	0.33	6,978	0.38	6,045	0.35	6,561	0.36	7,512	0.44	9,662	0.51
Guyana	48	0.00	18	0.00
Paraguay	2,05	0.08	5,121	0.24	25,533	1.38	22,974	1.35	18,118	0.99	16,738	0.99	19,142	1.01
Perú	95,45	3.90	88,91	4.24	93,068	5.04	107,849	6.32	94,951	5.19	104,694	6.18	127,297	6.74
Suriname	8	0.00
Uruguay	7,006	0.29	7,489	0.36	3,15	0.17	3,906	0.23	3,859	0.21	3,906	0.23	3,838	0.20
Venezuela	23,663	0.97	20,896	1.00	12,796	0.69	17,131	1.00	13,975	0.76	8,731	0.52	10,055	0.53
Otros Países	1,635,548	66.81	1,273,498	60.71	979,855	53.02	771,935	45.23	823,49	44.99	747,624	44.11	764,582	40.47
TOTAL	2,447,910	100.00	2,097,641	100.00	1,848,050	100.00	1,706,811	100.00	1,830,383	100.00	1,695,069	100.00	1,889,366	100.00

Brasil: Importações segundo origem selecionada (mil dólares)

Procedencia	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%														
Argentina	1,514,407	6.74	1,746,539	7.60	1,832,900	8.20	2,816,155	10.32	3,828,407	10.78	5,749,913	10.70	7,131,011	12.57	8,287,188	13.12
Bolivia	36,119	0.16	22,34	0.10	18,303	0.08	19,125	0.07	20,734	0.06	24,703	0.05	64,833	0.11	28,261	0.04
Chile	524,923	2.34	528,142	2.30	503,589	2.25	470,578	1.72	635,45	1.79	1,183,292	2.20	1,000,492	1.76	1,051,400	1.66
Colombia	34,416	0.15	60,365	0.26	61,732	0.28	63,924	0.23	66,842	0.19	111,788	0.21	118,002	0.21	133,926	0.21
Ecuador	6,525	0.03	7,834	0.03	21,277	0.10	30,158	0.11	9,235	0.03	51,894	0.10	55,539	0.10	30,522	0.05
Guyana	490	0.00	22	0.00	1	0.00	31	0.00	1,235	0.00	245	0.00	48	0.00	.	.
Paraguay	334,807	1.49	223,39	0.97	191,362	0.86	282,042	1.03	374,581	1.05	530,911	0.99	568,482	1.00	536,191	0.85
Perú	141,339	0.63	126,213	0.55	165,369	0.74	132,605	0.49	196,141	0.55	218,032	0.41	273,337	0.48	279,758	0.44
Suriname	23,166	0.10	35,274	0.15	40,09	0.18	54,518	0.20	18,494	0.05	29,276	0.05	17,729	0.03	.	.
Uruguay	593,716	2.64	445,71	1.94	350,22	1.57	439,827	1.61	697,192	1.96	999,596	1.86	971,04	1.71	998,049	1.58
Venezuela	397,002	1.77	559,375	2.43	345,139	1.54	402,015	1.47	580,609	1.64	894,831	1.67	1,058,693	1.87	1,094,148	1.73
Otros Países	18,853,008	83.94	19,221,036	83.66	18,815,478	84.20	22,588,378	82.74	29,080,524	81.90	43,941,386	81.77	45,468,245	80.15	50,742,603	80.31
TOTAL	22,459,918	100.00	22,976,240	100.00	22,345,460	100.00	27,299,356	100.00	35,509,444	100.00	53,735,867	100.00	56,727,451	100.00	63,182,046	100.00

Procedencia	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%												
Argentina	8,420,558	13.81	6,110,111	11.79	7,197,770	12.21	6,533,333	11.17	5,019,880	10.09	4,949,490	9.74	5,904,776	8.89
Bolivia	23,8	0.04	27,879	0.05	178,166	0.30	305,489	0.52	463,567	0.93	652,566	1.28	875,863	1.32
Chile	881,152	1.44	774,724	1.50	1,042,868	1.77	918,565	1.57	701,199	1.41	848,93	1.67	1,465,610	2.21
Colombia	114,945	0.19	198,534	0.38	440,228	0.75	204,732	0.35	116,049	0.23	105,849	0.21	156,356	0.24
Ecuador	36,852	0.06	20,826	0.04	20,582	0.03	19,405	0.03	15,704	0.03	19,757	0.04	86,505	0.13
Guyana	10	0.00	11	0.00	79	0.00	26	0.00	31	0.00	.	.	14	0.00
Paraguay	361,148	0.59	267,32	0.52	360,211	0.61	306,009	0.52	390,422	0.79	484,221	0.95	305,506	0.46
Perú	229,586	0.38	203,16	0.39	223,71	0.38	248,463	0.42	229,571	0.46	245,065	0.48	363,074	0.55
Suriname	2,477	0.00	3,79	0.01	1	0.00	211	0.00	3	0.00	.	.	848	0.00
Uruguay	1,072,478	1.76	666,952	1.29	624,448	1.06	519,705	0.89	498,414	1.00	554,128	1.09	541,801	0.82
Venezuela	833,044	1.37	1,049,076	2.03	1,408,872	2.39	811,047	1.39	674,973	1.36	303,057	0.60	230,844	0.35
Otros Países	49,006,774	80.36	42,482,957	82.00	47,434,083	80.49	48,641,955	83.14	41,624,029	83.69	42,660,282	83.94	56,521,650	85.06
TOTAL	60,982,824	100.00	51,805,340	100.00	58,931,018	100.00	58,508,940	100.00	49,733,842	100.00	50,823,345	100.00	66,452,847	100.00

Chile: Importações segundo origem selecionada (mil dólares)

Procedencia	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Argentina	502,847	7.16	553,624	7.43	633,524	6.70	580,183	5.50	954,711	8.56	1,384,495	9.29	1,634,178	9.72	1,837,149	10.14
Bolivia	21,417	0.31	19,484	0.26	16,716	0.18	13,115	0.12	25,342	0.23	24,657	0.17	35,834	0.21	62,525	0.35
Brasil	564,184	8.03	697,549	9.36	995,847	10.53	1,059,925	10.05	999,742	8.97	1,194,619	8.02	1,065,627	6.34	1,242,818	6.86
Colombia	163,537	2.33	159,458	2.14	106,276	1.12	98,181	0.93	118,862	1.07	149,844	1.01	222,364	1.32	201,236	1.11
Ecuador	80,049	1.14	121,462	1.63	151,746	1.60	129,42	1.23	187,126	1.68	209,043	1.40	224,889	1.34	258,555	1.43
Guyana	608	0.01	788	0.01	784	0.01	1,139	0.01	507	0.00	373	0.00	789	0.00	392	0.00
Paraguay	40,37	0.57	59,376	0.80	61,375	0.65	68,1	0.65	55,59	0.50	57,997	0.39	69,355	0.41	54,996	0.30
Perú	50,249	0.72	63,615	0.85	67,772	0.72	72,302	0.69	94,473	0.85	147,343	0.99	117,894	0.70	118,48	0.65
Suriname	.	.	25	0.00	8	0.00	73	0.00
Uruguay	16,268	0.23	20,958	0.28	49,262	0.52	51,789	0.49	43,982	0.39	39,996	0.27	44,961	0.27	58,099	0.32
Venezuela	190,949	2.72	197,906	2.66	131,622	1.39	141,63	1.34	139,841	1.25	226,774	1.52	313,208	1.86	273,356	1.51
Otros Países	5,391,174	76.78	5,557,904	74.58	7,240,154	76.57	8,325,567	78.98	8,528,343	76.50	11,467,401	76.95	13,080,349	77.82	14,002,584	77.32
TOTAL	7,021,652	100.00	7,452,149	100.00	9,455,078	100.00	10,541,351	100.00	11,148,519	100.00	14,902,542	100.00	16,809,456	100.00	18,110,263	100.00

Procedencia	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%												
Argentina	1,900,432	11.13	2,014,632	14.50	2,866,380	17.25	3,074,058	19.05	3,035,976	19.74	3,765,582	21.67	4,146,390	18.51
Bolivia	37,567	0.22	22,271	0.16	29,868	0.18	24,728	0.15	22,362	0.15	41,234	0.24	53,12	0.24
Brasil	1,092,349	6.39	965,741	6.95	1,329,719	8.00	1,490,806	9.24	1,611,510	10.48	2,025,043	11.65	2,777,919	12.40
Colombia	175,813	1.03	165,931	1.19	204,859	1.23	188,832	1.17	205,706	1.34	202,464	1.17	293,92	1.31
Ecuador	149,575	0.88	227,409	1.64	254,157	1.53	123,257	0.76	92,44	0.60	77,872	0.45	138,436	0.62
Guyana	404	0.00	377	0.00	431	0.00	337	0.00	2	0.00	286	0.00	341	0.00
Paraguay	62,387	0.37	51,437	0.37	66,634	0.40	90,081	0.56	78,216	0.51	40,51	0.23	96,933	0.43
Perú	121,407	0.71	168,417	1.21	255,343	1.54	285,256	1.77	251,645	1.64	420,221	2.42	695,878	3.11
Suriname
Uruguay	74,917	0.44	50,897	0.37	58,849	0.35	55,544	0.34	64,052	0.42	84,037	0.48	74,464	0.33
Venezuela	236,121	1.38	210,079	1.51	236,716	1.42	184,817	1.15	158,1	1.03	124,075	0.71	172,833	0.77
Otros Países	13,230,830	77.46	10,013,616	72.09	11,315,870	68.09	10,617,700	65.80	9,862,494	64.12	10,593,700	60.97	13,950,099	62.28
TOTAL	17,081,802	100.00	13,890,807	100.00	16,618,826	100.00	16,135,416	100.00	15,382,503	100.00	17,375,024	100.00	22,400,333	100.00

Colômbia: Importações segundo origem selecionada (mil dólares)

Procedencia	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Argentina	135,45	2.42	89,117	1.79	202,17	3.02	231,989	2.36	204,634	1.71	241,036	1.74	208,777	1.53	207,617	1.35
Bolivia	6,24	0.11	25,035	0.50	54,474	0.82	48,452	0.49	49,749	0.42	64,522	0.46	73,361	0.54	82,762	0.54
Brasil	186,794	3.34	158,53	3.19	277,504	4.15	456,325	4.64	427,873	3.59	453,283	3.27	430,54	3.15	514,082	3.35
Chile	92,712	1.66	47,181	0.95	78,359	1.17	74,346	0.76	128,88	1.08	201,114	1.45	211,405	1.55	252,996	1.65
Ecuador	45,469	0.81	33,99	0.68	89,815	1.34	185,934	1.89	259,471	2.17	273,453	1.97	323,814	2.37	384,806	2.51
Guyana	80	0.00	129	0.00	465	0.01	126	0.00	1,401	0.01	346	0.00	456	0.00	4,158	0.03
Paraguay	1,711	0.03	683	0.01	1,393	0.02	1,558	0.02	965	0.01	8,337	0.06	1,206	0.01	704	0.00
Perú	100,488	1.80	115,158	2.32	91,866	1.37	90,641	0.92	101,742	0.85	125,922	0.91	124,046	0.91	158,867	1.04
Suriname	108	0.00	159	0.00	.	.	127	0.00	52	0.00	.	.
Uruguay	17,988	0.32	10,283	0.21	8,287	0.12	16,507	0.17	15,56	0.13	23,127	0.17	15,576	0.11	18,196	0.12
Venezuela	321,381	5.75	342,5	6.90	435,379	6.51	941,518	9.58	1,150,378	9.64	1,387,191	9.99	1,311,769	9.59	1,592,997	10.39
Otros Países	4,680,034	83.75	4,144,009	83.44	5,443,525	81.45	7,780,821	79.17	9,593,438	80.39	11,104,031	79.99	10,978,574	80.26	12,115,784	79.02
TOTAL	5,588,347	100.00	4,966,615	100.00	6,683,345	100.00	9,828,376	100.00	11,934,091	100.00	13,882,489	100.00	13,679,576	100.00	15,332,969	100.00

Procedencia	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%												
Argentina	222,015	1.51	122,93	1.15	147,768	1.26	202,268	1.58	211,101	1.66	265,731	1.92	321,291	1.92
Bolivia	128,092	0.87	208,697	1.96	205,601	1.75	131,207	1.02	139,915	1.10	191,043	1.38	175,441	1.05
Brasil	470,398	3.21	422,287	3.96	509,645	4.34	582,034	4.54	642,796	5.07	787,125	5.68	952,141	5.70
Chile	224,202	1.53	223,948	2.10	255,571	2.17	262,454	2.05	280,805	2.21	292,16	2.11	341,314	2.04
Ecuador	308,387	2.10	252,803	2.37	316,773	2.69	318,215	2.48	367,173	2.89	368,626	2.66	380,062	2.28
Guyana	1,461	0.01	229	0.00	232	0.00	865	0.01	237	0.00	.	.	1,276	0.01
Paraguay	7,457	0.05	914	0.01	2,543	0.02	45,062	0.35	70,546	0.56	64,525	0.47	60,258	0.36
Perú	149,42	1.02	108,711	1.02	144,702	1.23	159,229	1.24	160,285	1.26	182,019	1.31	244,662	1.47
Suriname	16	0.00	1	0.00	14	0.00	3	0.00
Uruguay	17,11	0.12	10,206	0.10	11,999	0.10	22,427	0.17	22,602	0.18	18,948	0.14	18,793	0.11
Venezuela	1,312,237	8.94	868,549	8.15	944,915	8.04	792,68	6.18	788,024	6.21	707,127	5.10	1,052,115	6.30
Otros Países	11,835,364	80.64	8,438,936	79.18	9,216,358	78.40	10,302,912	80.37	10,005,464	78.85	10,979,140	79.23	13,145,342	78.75
TOTAL	14,676,143	100.00	10,658,210	100.00	11,756,107	100.00	12,819,369	100.00	12,688,949	100.00	13,856,458	100.00	16,692,698	100.00

Equador: Importações segundo origem selecionada (mil dólares)

Procedencia	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%														
Argentina	31,572	1.75	56,089	2.41	75,867	3.03	41,092	1.61	49,959	1.38	75,678	1.80	81,164	2.18	98,721	1.99
Bolivia	217	0.01	735	0.03	419	0.02	145	0.01	395	0.01	2,92	0.07	5,516	0.15	2,816	0.06
Brasil	135,814	7.53	137,11	5.89	119,222	4.77	99,308	3.89	226,927	6.27	187,782	4.48	142,528	3.82	145,636	2.94
Chile	33,617	1.86	62,376	2.68	60,525	2.42	48,407	1.90	66,607	1.84	111,483	2.66	135,159	3.62	164,697	3.32
Colombia	57,636	3.20	94,51	4.06	102,845	4.11	99,594	3.90	297,895	8.23	399,556	9.53	378,438	10.14	511,051	10.32
Guyana	528	0.03	.	.	7	0.00	232	0.01	.	.	51	0.00	301	0.01	194	0.00
Paraguay	33	0.00	222	0.01	268	0.01	99	0.00	382	0.01	2,552	0.06	2,227	0.06	2,514	0.05
Perú	29,336	1.63	35,329	1.52	27,371	1.09	34,704	1.36	52,417	1.45	39,837	0.95	40,395	1.08	65,516	1.32
Suriname	172	0.01	78	0.00
Uruguay	864	0.05	1,802	0.08	2,022	0.08	6,184	0.24	4,636	0.13	7,229	0.17	8,166	0.22	18,483	0.37
Venezuela	31,584	1.75	41,697	1.79	42,986	1.72	46,868	1.84	159,955	4.42	262,549	6.26	170,704	4.58	338,371	6.83
Otros Países	1,481,575	82.18	1,897,539	81.53	2,069,576	82.75	2,175,706	85.24	2,762,375	76.28	3,104,925	74.02	2,765,797	74.14	3,605,959	72.79
TOTAL	1,802,948	100.00	2,327,487	100.00	2,501,108	100.00	2,552,339	100.00	3,621,548	100.00	4,194,562	100.00	3,730,395	100.00	4,953,958	100.00

Procedencia	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%												
Argentina	135,671	2.43	70,963	2.35	59,846	1.61	94,994	1.77	167,682	2.61	163,968	2.51	280,7	3.57
Bolivia	16,316	0.29	6,362	0.21	29,435	0.79	21,063	0.39	29,917	0.47	44,966	0.69	31,308	0.40
Brasil	197,231	3.54	95,827	3.18	141,089	3.79	200,184	3.73	436,219	6.78	398,164	6.09	508,019	6.46
Chile	201,334	3.61	122,494	4.06	172,014	4.62	259,02	4.83	276,755	4.30	314,709	4.82	367,97	4.68
Colombia	592,139	10.62	363,388	12.05	517,677	13.92	762,71	14.22	881,901	13.72	901,042	13.79	1,107,464	14.09
Guyana	3,453	0.06	775	0.03	2,457	0.07	600	0.01	1,179	0.02	626	0.01	359	0.00
Paraguay	2,263	0.04	1,682	0.06	1,595	0.04	2,676	0.05	5,967	0.09	31,912	0.49	28,244	0.36
Perú	98,354	1.76	48,119	1.60	72,261	1.94	91,611	1.71	137,136	2.13	153,644	2.35	205,953	2.62
Suriname	609	0.01	.	.	3	0.00	.	.	10	0.00	4	0.00	.	.
Uruguay	31,185	0.56	18,014	0.60	11,098	0.30	13,049	0.24	13,145	0.20	8,496	0.13	18,58	0.24
Venezuela	269,365	4.83	193,166	6.40	299,723	8.06	306,135	5.71	363,098	5.65	382,222	5.85	559,131	7.11
Otros Países	4,026,634	72.23	2,095,557	69.47	2,412,890	64.86	3,609,910	67.32	4,116,942	64.03	4,133,366	63.27	4,751,999	60.46
TOTAL	5,574,554	100.00	3,016,347	100.00	3,720,088	100.00	5,361,952	100.00	6,429,951	100.00	6,533,119	100.00	7,859,727	100.00

Paraguay: Importaciones segundo origen seleccionada (mil dólares)

Procedencia	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%														
Argentina	172,381	12.79	175,132	11.99	231,001	16.26	242,359	14.36	349,376	14.41	518,548	16.54	587,381	18.91	676,155	19.87
Bolivia	1,321	0.10	1,934	0.13	1,308	0.09	2,374	0.14	1,942	0.08	2,09	0.07	1,165	0.04	650	0.02
Brasil	222,418	16.50	251,248	17.21	283,113	19.93	369,47	21.89	598,694	24.70	681,267	21.73	982,021	31.61	1,008,504	29.64
Chile	28,496	2.11	39,757	2.72	39,628	2.79	47,648	2.82	84,501	3.49	85,167	2.72	71,71	2.31	67,272	1.98
Colombia	657	0.05	1,097	0.08	1,249	0.09	1,029	0.06	2,133	0.09	4,674	0.15	3,564	0.11	4,118	0.12
Ecuador	254	0.02	375	0.03	508	0.04	888	0.05	1,144	0.05	1,427	0.05	1,713	0.06	1,117	0.03
Perú	559	0.04	532	0.04	824	0.06	2,12	0.13	991	0.04	1,326	0.04	1,648	0.05	1,32	0.04
Uruguay	9,664	0.72	11,105	0.76	12,019	0.85	20,71	1.23	31,683	1.31	36,855	1.18	63,236	2.04	67,386	1.98
Venezuela	1,115	0.08	1,593	0.11	14,874	1.05	4,693	0.28	9,128	0.38	1,497	0.05	8,886	0.29	7,004	0.21
Otros Países	911,383	67.60	977,346	66.94	835,856	58.85	996,595	59.04	1,344,526	55.46	1,802,458	57.49	1,385,440	44.59	1,569,261	46.12
TOTAL	1,348,248	100.00	1,460,119	100.00	1,420,380	100.00	1,687,886	100.00	2,424,118	100.00	3,135,309	100.00	3,106,764	100.00	3,402,787	100.00

Procedencia	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%												
Argentina	516,059	17.82	339,499	17.82	511,962	23.35	526,437	24.13	344,521	20.61	439,347	19.73	661,988	21.38
Bolivia	568	0.02	552	0.03	528	0.02	3,473	0.16	3,588	0.21	3,07	0.14	10,279	0.33
Brasil	866,022	29.90	545,084	28.61	537,695	24.53	602,722	27.63	511,422	30.60	654,693	29.40	859,657	27.76
Chile	22,778	0.79	5,502	0.29	35,723	1.63	46,484	2.13	21,273	1.27	34,687	1.56	38,259	1.24
Colombia	3,421	0.12	3,631	0.19	2,884	0.13	2,676	0.12	1,518	0.09	1,901	0.09	2,791	0.09
Ecuador	1,526	0.05	1,187	0.06	1,174	0.05	755	0.03	482	0.03	292	0.01	536	0.02
Perú	1,16	0.04	1,021	0.05	710	0.03	1,091	0.05	366	0.02	1,134	0.05	1,195	0.04
Uruguay	85,366	2.95	71,889	3.77	81,963	3.74	72,498	3.32	61,453	3.68	61,676	2.77	62,872	2.03
Venezuela	3,476	0.12	4,63	0.24	2,869	0.13	2,814	0.13	5,179	0.31	2,655	0.12	8,564	0.28
Otros Países	1,395,755	48.19	932,264	48.93	1,016,795	46.38	922,335	42.28	721,67	43.18	1,027,500	46.14	1,450,759	46.85
TOTAL	2,896,131	100.00	1,905,259	100.00	2,192,303	100.00	2,181,285	100.00	1,671,472	100.00	2,226,955	100.00	3,096,900	100.00

Peru: Importaciones segundo origen seleccionada (mil dólares)

Procedencia	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%														
Argentina	231,858	8.80	206,603	7.34	256,47	6.47	274,974	6.50	299,121	5.32	347,187	4.58	278,724	3.51	360,624	4.21
Bolivia	44,349	1.68	22,168	0.79	33,121	0.84	46,158	1.09	74,928	1.33	123,435	1.63	124,322	1.56	151,258	1.77
Brasil	168,123	6.38	166,522	5.92	213,991	5.40	256,237	6.06	372,787	6.63	426,793	5.63	363,434	4.57	375,269	4.39
Chile	88,452	3.36	85,721	3.05	124,461	3.14	155,103	3.67	216,456	3.85	284,445	3.75	284,541	3.58	311,228	3.64
Colombia	101,339	3.85	212,189	7.54	312,593	7.89	230,703	5.45	254,886	4.53	611,662	8.07	677,154	8.52	613,245	7.17
Ecuador	138,517	5.26	134,697	4.79	114,635	2.89	127,057	3.00	159,868	2.84	70,443	0.93	44,44	0.56	240,25	2.81
Guyana	290	0.01	360	0.01	92	0.00	405	0.01	194	0.00	90	0.00	300	0.00	261	0.00
Paraguay	770	0.03	11,675	0.42	31,217	0.79	19,879	0.47	16,019	0.28	15,813	0.21	18,241	0.23	24,993	0.29
Suriname	1	0.00
Uruguay	6,737	0.26	10,917	0.39	14,259	0.36	36,127	0.85	24,727	0.44	23,839	0.31	39,343	0.50	39,167	0.46
Venezuela	56,363	2.14	99,224	3.53	136,239	3.44	118,168	2.79	154,326	2.74	384,696	5.07	590,95	7.44	566,83	6.62
Otros Países	1,796,746	68.23	1,862,856	66.22	2,726,378	68.79	2,965,145	70.10	4,052,139	72.03	5,294,881	69.82	5,524,686	69.53	5,874,200	68.65
TOTAL	2,633,544	100.00	2,812,932	100.00	3,963,456	100.00	4,229,956	100.00	5,625,451	100.00	7,583,284	100.00	7,946,135	100.00	8,557,326	100.00

Procedencia	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%	Valor	%										
Argentina	372,255	4.53	236,825	3.47	333,399	4.50	451,137	6.17	593,645	7.92	525,475	6.25	562,339	5.57
Bolivia	128,751	1.57	60,018	0.88	45,505	0.61	50,34	0.69	60,129	0.80	66,282	0.79	125,58	1.24
Brasil	381,53	4.64	301,794	4.42	377,587	5.09	326,89	4.47	489,409	6.53	549,348	6.53	700,987	6.95
Chile	285,584	3.47	300,609	4.41	395,207	5.33	431,162	5.90	418,962	5.59	429,21	5.10	470,734	4.66
Colombia	440,824	5.36	422,513	6.19	399,674	5.39	378,034	5.17	456,463	6.09	498,631	5.93	782,078	7.75
Ecuador	206,393	2.51	197,258	2.89	329,926	4.45	354,102	4.84	436,343	5.82	650,626	7.73	655,386	6.49
Guyana	715	0.01	539	0.01	41	0.00	324	0.00	36	0.00	316	0.00	467	0.00
Paraguay	21,167	0.26	20,613	0.30	35,769	0.48	43,729	0.60	52,917	0.71	79,907	0.95	84,902	0.84
Suriname	2	0.00	6	0.00	23	0.00	2	0.00	2	0.00
Uruguay	40,422	0.49	22,82	0.33	20,382	0.27	22,498	0.31	18,517	0.25	14,674	0.17	30,12	0.30
Venezuela	406,085	4.94	351,759	5.16	621,676	8.39	374,203	5.12	245,63	3.28	313,928	3.73	671,645	6.66
Otros Países	5,935,501	72.21	4,906,894	71.93	4,854,617	65.48	4,876,187	66.72	4,719,589	63.00	5,284,495	62.81	6,007,313	59.53
TOTAL	8,219,227	100.00	6,821,642	100.00	7,413,785	100.00	7,308,612	100.00	7,491,663	100.00	8,412,894	100.00	10,091,553	100.00

Uruguay: Importaciones segundo origen seleccionada (mil dólares)

Procedencia	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%														
Argentina	219,078	15.49	271,8	17.52	345,759	17.21	432,11	18.53	608,816	22.49	608,581	21.24	690,621	20.79	790,734	21.29
Bolivia	387	0.03	898	0.06	747	0.04	4,469	0.19	494	0.02	1,92	0.07	2,378	0.07	2,751	0.07
Brasil	329,745	23.32	373,043	24.04	474,831	23.63	608,029	26.07	745,677	27.55	698,449	24.37	745,423	22.44	801,726	21.58
Chile	20,389	1.44	25,86	1.67	33,78	1.68	36,431	1.56	45,479	1.68	49,296	1.72	55,351	1.67	62,83	1.69
Colombia	46,995	3.32	1,183	0.08	1,272	0.06	1,747	0.07	3,008	0.11	8,991	0.31	5,35	0.16	5,931	0.16
Ecuador	485	0.03	445	0.03	307	0.02	695	0.03	2,388	0.09	18,419	0.64	23,563	0.71	14,453	0.39
Guyana
Paraguay	10,764	0.76	10,712	0.69	10,862	0.54	6,46	0.28	8,596	0.32	13,555	0.47	25,257	0.76	23,645	0.64
Perú	3,679	0.26	2,619	0.17	3,661	0.18	2,534	0.11	2,965	0.11	3,224	0.11	4,669	0.14	4,653	0.13
Venezuela	7,55	0.53	35,23	2.27	23,936	1.19	3,795	0.16	11,328	0.42	25,193	0.88	63,675	1.92	88,48	2.38
Otros Países	775,076	54.81	829,812	53.48	1,114,153	55.45	1,235,978	53.00	1,277,720	47.21	1,438,227	50.18	1,705,249	51.34	1,919,431	51.67
TOTAL	1,414,148	100.00	1,551,602	100.00	2,009,308	100.00	2,332,248	100.00	2,706,471	100.00	2,865,855	100.00	3,321,536	100.00	3,714,634	100.00

Procedencia	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%												
Argentina	839,198	22.05	795,354	23.70	836,009	24.13	705,727	23.06	540,561	27.53	571,641	26.11	691,392	22.18
Bolivia	721	0.02	523	0.02	1,196	0.03	1,127	0.04	554	0.03	744	0.03	1,081	0.03
Brasil	793,275	20.84	651,499	19.42	666,475	19.23	625,817	20.45	389,579	19.84	459,744	21.00	676,47	21.70
Chile	59,072	1.55	54,791	1.63	59,318	1.71	67,103	2.19	40,035	2.04	41,432	1.89	58,39	1.87
Colombia	11,747	0.31	5,872	0.18	5,456	0.16	4,723	0.15	2,804	0.14	2,215	0.10	2,663	0.09
Ecuador	39,778	1.04	9,979	0.30	11,03	0.32	10,084	0.33	2,215	0.11	1,179	0.05	1,502	0.05
Guyana	79	0.00
Paraguay	16,439	0.43	14,454	0.43	15,099	0.44	18,323	0.60	13,66	0.70	10,65	0.49	16,132	0.52
Perú	3,586	0.09	4,043	0.12	3,399	0.10	4,22	0.14	2,867	0.15	10,135	0.46	8,984	0.29
Venezuela	38,111	1.00	124,315	3.71	149,861	4.32	174,5	5.70	44,232	2.25	1,102	0.05	1,82	0.06
Otros Países	2,004,701	52.66	1,694,486	50.50	1,717,096	49.56	1,448,314	47.33	926,86	47.21	1,090,758	49.82	1,659,216	53.22
TOTAL	3,806,628	100.00	3,355,316	100.00	3,465,018	100.00	3,059,938	100.00	1,963,367	100.00	2,189,600	100.00	3,117,650	100.00

Venezuela: Importaciones segundo origen seleccionada (mil dólares)

Procedencia	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Argentina	125,185	1.90	215,874	2.15	226,34	1.79	213,105	1.89	198,797	2.40	292,887	2.71	291,698	3.28	306,275	2.33
Bolivia	2,885	0.04	3,555	0.04	1,177	0.01	1,13	0.01	3,653	0.04	12,679	0.12	395	0.00	1,088	0.01
Brasil	260,945	3.95	452,458	4.51	496,222	3.92	398,113	3.53	256,826	3.10	415,488	3.85	361,989	4.07	628,321	4.78
Chile	28,976	0.44	48,404	0.48	68,422	0.54	74,563	0.66	67,086	0.81	119,686	1.11	116,807	1.31	124,448	0.95
Colombia	147,671	2.24	289,517	2.88	487,122	3.85	469,574	4.17	420,543	5.08	818,774	7.59	682,014	7.66	862,637	6.56
Ecuador	4,175	0.06	6,636	0.07	13,776	0.11	7,863	0.07	8,029	0.10	29,551	0.27	32,667	0.37	42,651	0.32
Guyana	12,023	0.18	11,009	0.11	5,073	0.04	6,874	0.06	489	0.01	1,859	0.02	1,021	0.01	2,415	0.02
Paraguay	1,669	0.03	10,008	0.10	8,973	0.07	2,899	0.03	22,002	0.27	82,939	0.77	45,647	0.51	25,53	0.19
Perú	58,41	0.89	89,487	0.89	103,768	0.82	82,932	0.74	77,336	0.93	154,943	1.44	98,561	1.11	120,376	0.91
Suriname	.	.	62	0.00	71	0.00	154	0.00	206	0.00	125	0.00	565	0.01	1,213	0.01
Uruguay	2,975	0.05	7,278	0.07	9,384	0.07	5,291	0.05	5,799	0.07	12,317	0.11	18,868	0.21	22,809	0.17
Otros Países	5,954,921	90.23	8,902,594	88.70	11,247,180	88.79	10,003,337	88.79	7,215,506	87.18	8,849,422	82.01	7,251,244	81.46	11,020,237	83.75
TOTAL	6,599,835	100.00	10,036,882	100.00	12,667,508	100.00	11,265,835	100.00	8,276,272	100.00	10,790,670	100.00	8,901,476	100.00	13,158,000	100.00

Procedencia	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%								
Argentina	324,546	2.28	220,111	1.74	226,571	1.55	226,766	1.38	151,395	1.30	141,788	1.70	299,416	2.04
Bolivia	15,482	0.11	36,934	0.29	74,168	0.51	178,209	1.08	163,48	1.40	160,766	1.92	200,06	1.36
Brasil	620,154	4.35	457,165	3.61	727,33	4.99	974,94	5.93	755,44	6.47	555,455	6.65	1,238,316	8.43
Chile	172,646	1.21	191,594	1.51	242,75	1.66	281,849	1.71	189,906	1.63	135,192	1.62	237,496	1.62
Colombia	793,939	5.57	736,766	5.82	1,083,644	7.43	1,432,311	8.72	963,698	8.26	713,031	8.53	1,563,348	10.64
Ecuador	53,334	0.37	58,38	0.46	111,899	0.77	157,931	0.96	59,241	0.51	52,634	0.63	116,386	0.79
Guyana	1,566	0.01	1,704	0.01	2,436	0.02	2,525	0.02	1,67	0.01	754	0.01	937	0.01
Paraguay	23,305	0.16	36,378	0.29	31,316	0.21	18,956	0.12	36,218	0.31	64,847	0.78	76,932	0.52
Perú	101,87	0.71	88,399	0.70	121,256	0.83	129,476	0.79	91,445	0.78	71,561	0.86	132,936	0.90
Suriname	418	0.00	440	0.00	374	0.00	660	0.00	288	0.00	185	0.00	20	0.00
Uruguay	32,324	0.23	51,336	0.41	44,173	0.30	55,871	0.34	37,721	0.32	17,927	0.21	26,892	0.18
Otros Países	12,110,083	84.99	10,787,660	85.16	11,917,227	81.72	12,974,913	78.95	9,221,874	79.01	6,442,542	77.09	10,803,369	73.51
TOTAL	14,249,667	100.00	12,666,867	100.00	14,583,144	100.00	16,434,407	100.00	11,672,376	100.00	8,356,682	100.00	14,696,108	100.00

Exportações por países, segundo destino selecionado

Fonte: CEPAL – Banco de Datos Estadísticos de Comercio Exterior. Disponível em <http://www.eclac.cl/badece/default.asp>

Argentina: Exportações segundo destino selecionado (mil dólares)

Destino	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%														
Bolivia	65,746	0.53	114,893	0.96	160,769	1.31	177,966	1.36	192,356	1.21	253,987	1.21	291,61	1.22	464,226	1.76
Brasil	1,422,667	11.52	1,488,501	12.43	1,671,366	13.66	2,814,201	21.45	3,654,826	23.08	5,484,124	26.16	6,614,831	27.78	8,133,096	30.77
Chile	462,298	3.74	487,65	4.07	580,91	4.75	591,882	4.51	998,819	6.31	1,475,120	7.04	1,765,836	7.42	1,931,626	7.31
Colombia	73,335	0.59	78,136	0.65	105,245	0.86	112,834	0.86	123,2	0.78	233,391	1.11	182,556	0.77	172,092	0.65
Ecuador	42,233	0.34	66,892	0.56	69,832	0.57	49,879	0.38	65,521	0.41	86,29	0.41	79,608	0.33	85,817	0.32
Guyana	100	0.00	140	0.00	285	0.00	63	0.00	32	0.00	17	0.00	259	0.00	229	0.00
Paraguay	147,351	1.19	177,815	1.48	271,911	2.22	357,778	2.73	498,457	3.15	631,365	3.01	584,211	2.45	623,444	2.36
Perú	186,85	1.51	207,573	1.73	235,767	1.93	222,24	1.69	288,572	1.82	275,568	1.31	254,191	1.07	306,465	1.16
Suriname	343	0.00	595	0.00	423	0.00	136	0.00	519	0.00	2,108	0.01	601	0.00	597	0.00
Uruguay	262,554	2.13	310,781	2.60	383,607	3.14	511,933	3.90	649,849	4.10	662,85	3.16	725,17	3.05	843,995	3.19
Venezuela	143,576	1.16	200,77	1.68	203,624	1.66	229,079	1.75	211,183	1.33	377,717	1.80	351,301	1.48	315,343	1.19
Otros Países	9,545,227	77.28	8,840,879	73.83	8,550,986	69.89	8,049,456	61.36	9,154,963	57.80	11,479,721	54.76	12,959,156	54.43	13,553,357	51.28
TOTAL	12,352,280	100.00	11,974,625	100.00	12,234,725	100.00	13,117,447	100.00	15,838,297	100.00	20,962,258	100.00	23,809,330	100.00	26,430,287	100.00

Destino	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%												
Bolivia	431,279	1.63	323,056	1.39	268,811	1.02	269,238	1.01	299,44	1.17	242,033	0.81	296,821	0.86
Brasil	7,949,232	30.07	5,689,503	24.41	6,990,771	26.54	6,187,779	23.31	4,848,001	18.90	4,666,329	15.59	5,586,666	16.17
Chile	1,857,022	7.03	1,867,130	8.01	2,674,286	10.15	2,849,830	10.74	2,957,785	11.53	3,537,565	11.82	3,837,884	11.11
Colombia	195,045	0.74	125,499	0.54	130,732	0.50	187,043	0.70	188,724	0.74	226,524	0.76	273,36	0.79
Ecuador	122,279	0.46	68,21	0.29	62,66	0.24	103,001	0.39	162,515	0.63	135,729	0.45	196,269	0.57
Guyana	150	0.00	218	0.00	106	0.00	164	0.00	652	0.00	1,476	0.00	1,193	0.00
Paraguay	621,968	2.35	564,253	2.42	595,508	2.26	500,144	1.88	344,689	1.34	445,653	1.49	520,171	1.51
Perú	325,841	1.23	213,371	0.92	295,246	1.12	394,091	1.48	444,732	1.73	415,093	1.39	495,368	1.43
Suriname	1,441	0.01	919	0.00	540	0.00	858	0.00	1,047	0.00	2,356	0.01	3,366	0.01
Uruguay	850,1	3.22	819,61	3.52	824,151	3.13	746,198	2.81	530,542	2.07	532,539	1.78	662,907	1.92
Venezuela	363,753	1.38	247,19	1.06	217,756	0.83	234,971	0.89	148,444	0.58	139,743	0.47	433,828	1.26
Otros Países	13,715,042	51.89	13,388,988	57.44	14,279,805	54.21	15,068,637	56.77	15,723,094	61.30	19,592,803	65.44	22,240,716	64.38
TOTAL	26,433,152	100.00	23,307,947	100.00	26,340,372	100.00	26,541,954	100.00	25,649,665	100.00	29,937,843	100.00	34,548,549	100.00

Bolivia: Exportações segundo destino selecionado (mil dólares)

Destino	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Argentina	236,42	25.62	263,14	29.25	153,544	20.06	126,795	15.67	160,106	14.24	142,656	12.08	143,429	13.20	183,007	14.39
Brasil	77,99	8.45	41,389	4.60	15,346	2.01	22,213	2.75	35,374	3.15	23,44	1.98	36,316	3.34	37,399	2.94
Chile	33,761	3.66	33,252	3.70	18,327	2.39	14,856	1.84	19,203	1.71	25,829	2.19	43,456	4.00	59,291	4.66
Colombia	4,012	0.43	30,954	3.44	25,157	3.29	36,912	4.56	63,94	5.69	64,367	5.45	115,998	10.67	87,649	6.89
Ecuador	122	0.01	1,146	0.13	3,804	0.50	6,873	0.85	14,56	1.30	7,347	0.62	7,759	0.71	3,705	0.29
Guyana
Paraguay	1,079	0.12	2,075	0.23	1,11	0.15	3,755	0.46	996	0.09	4,999	0.42	2,674	0.25	1,561	0.12
Perú	53,045	5.75	54,056	6.01	60,816	7.95	79,212	9.79	122,915	10.93	144,371	12.22	138,742	12.76	158,459	12.46
Suriname
Uruguay	3,231	0.35	2,083	0.23	1,404	0.18	1,537	0.19	4,788	0.43	2,047	0.17	8,524	0.78	2,775	0.22
Venezuela	2,77	0.30	3,564	0.40	9,576	1.25	1,887	0.23	1,521	0.14	5,665	0.48	1,33	0.12	1,454	0.11
Otros Países	510,517	55.31	468,093	52.02	476,223	62.23	514,899	63.65	700,81	62.34	760,48	64.38	588,708	54.16	736,772	57.92
TOTAL	922,947	100.00	899,752	100.00	765,307	100.00	808,939	100.00	1,124,213	100.00	1,181,201	100.00	1,086,936	100.00	1,272,072	100.00

Destino	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%												
Argentina	141,754	10.70	76,781	5.48	61,438	4.17	67,667	5.00	27,894	2.03	57,4	3.42	131,717	5.84
Brasil	30,087	2.27	41,223	2.94	166,706	11.30	299,952	22.17	332,957	24.28	504,164	30.07	713,795	31.66
Chile	34,274	2.59	27,768	1.98	30,829	2.09	30,464	2.25	32,737	2.39	44,172	2.63	51,226	2.27
Colombia	87,512	6.61	126,933	9.05	196,062	13.29	191,968	14.19	139,554	10.17	157,812	9.41	119,749	5.31
Ecuador	80,234	6.06	71,423	5.09	5,99	0.41	10,311	0.76	3,166	0.23	13,896	0.83	5,406	0.24
Guyana	20	0.00	73	0.00	95	0.00
Paraguay	1,938	0.15	2,149	0.15	2,278	0.15	4,723	0.35	2,721	0.20	4,313	0.26	17,621	0.78
Perú	140,498	10.61	75,373	5.38	61,506	4.17	67,653	5.00	73,916	5.39	90,019	5.37	137,946	6.12
Suriname	7	0.00	.	.	867	0.06	102	0.01
Uruguay	50,126	3.78	77,956	5.56	69,258	4.70	9,461	0.70	1,122	0.08	858	0.05	1,475	0.07
Venezuela	11,383	0.86	19,269	1.37	51,729	3.51	98,281	7.27	175,025	12.76	176,251	10.51	244,492	10.85
Otros Países	746,888	56.38	882,952	62.99	828,228	56.16	572,19	42.30	582,437	42.47	627,519	37.43	830,715	36.85
TOTAL	1,324,701	100.00	1,401,827	100.00	1,474,891	100.00	1,352,772	100.00	1,371,549	100.00	1,676,477	100.00	2,254,237	100.00

Brasil: Exportações segundo destino selecionado (mil dólares)

Destino	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%														
Argentina	645,125	2.05	1,475,489	4.67	3,041,088	8.45	3,658,241	9.48	4,135,649	9.49	4,041,097	8.69	5,170,018	10.83	6,767,173	12.77
Bolivia	181,93	0.58	255,937	0.81	332,621	0.92	430,55	1.12	469,94	1.08	530,045	1.14	531,649	1.11	719,102	1.36
Chile	483,66	1.54	677,263	2.14	922,095	2.56	1,110,318	2.88	998,913	2.29	1,210,460	2.60	1,055,247	2.21	1,195,903	2.26
Colombia	162,626	0.52	156,054	0.49	347,305	0.97	377,269	0.98	400,895	0.92	457,203	0.98	431,909	0.90	507,873	0.96
Ecuador	126,022	0.40	131,529	0.42	136,389	0.38	170,248	0.44	272,718	0.63	208,473	0.45	172,026	0.36	171,605	0.32
Guyana	2,396	0.01	3,663	0.01	3,004	0.01	6,001	0.02	7,635	0.02	12,099	0.03	8,121	0.02	8,224	0.02
Paraguay	380,459	1.21	496,072	1.57	543,297	1.51	960,592	2.49	1,053,609	2.42	1,300,683	2.80	1,324,545	2.77	1,406,450	2.65
Perú	146,179	0.47	221,703	0.70	199,567	0.55	273,918	0.71	349,66	0.80	438,27	0.94	297,921	0.62	361,764	0.68
Suriname	16,773	0.05	14,39	0.05	10,329	0.03	6,928	0.02	10,461	0.02	15,701	0.03	15,276	0.03	14,928	0.03
Uruguay	294,594	0.94	336,998	1.07	514,119	1.43	775,78	2.01	731,816	1.68	811,018	1.74	810,454	1.70	869,954	1.64
Venezuela	267,554	0.85	428,709	1.36	442,27	1.23	392,928	1.02	281,628	0.65	480,885	1.03	454,394	0.95	768,135	1.45
Otros Países	28,703,158	91.38	27,422,636	86.72	29,482,248	81.95	30,431,993	78.85	34,843,781	80.00	36,998,170	79.56	37,473,661	78.49	40,193,622	75.86
TOTAL	31,410,476	100.00	31,620,443	100.00	35,974,332	100.00	38,594,766	100.00	43,556,705	100.00	46,504,104	100.00	47,745,221	100.00	52,984,733	100.00

Destino	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%												
Argentina	6,747,114	13.20	5,363,910	11.17	6,232,722	11.31	5,002,461	8.59	2,341,836	3.88	4,561,117	6.24	7,373,169	7.64
Bolivia	675,774	1.32	442,958	0.92	364,296	0.66	333,408	0.57	420,568	0.70	359,724	0.49	535,303	0.55
Chile	1,022,976	2.00	896,23	1.87	1,246,242	2.26	1,351,904	2.32	1,460,898	2.42	1,880,247	2.57	2,545,901	2.64
Colombia	467,686	0.91	402,928	0.84	514,738	0.93	606,212	1.04	636,605	1.05	748,708	1.02	1,037,992	1.08
Ecuador	203,58	0.40	104,447	0.22	133,279	0.24	210,596	0.36	388,311	0.64	355,096	0.49	492,563	0.51
Guyana	6	0.01	4,622	0.01	4,62	0.01	6,157	0.01	8,716	0.01	9,643	0.01	13,581	0.01
Paraguay	1,249,391	2.44	744,228	1.55	831,736	1.51	720,15	1.24	558,412	0.93	707,138	0.97	871,798	0.90
Perú	368,704	0.72	265,007	0.55	352,975	0.64	286,239	0.49	436,084	0.72	487,844	0.67	631,363	0.65
Suriname	12,003	0.02	6,611	0.01	6,888	0.01	9,302	0.02	10,649	0.02	16,351	0.02	28,259	0.03
Uruguay	880,546	1.72	669,616	1.39	668,501	1.21	640,946	1.10	410,458	0.68	403,514	0.55	667,015	0.69
Venezuela	706,283	1.38	536,676	1.12	751,038	1.36	1,092,158	1.88	796,544	1.32	605,71	0.83	1,464,566	1.52
Otros Países	38,778,654	75.86	38,573,116	80.34	43,977,380	79.84	47,961,684	82.38	52,891,363	87.63	62,947,266	86.13	80,811,652	83.77
TOTAL	51,118,711	100.00	48,010,349	100.00	55,084,415	100.00	58,221,217	100.00	60,360,444	100.00	73,082,358	100.00	96,473,162	100.00

Chile: Exportações segundo destino selecionado (mil dólares)

Destino	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Argentina	113,068	1.33	255,631	2.85	455,781	4.60	588,437	6.32	635,578	5.59	584,057	3.67	699,847	4.54	777,933	4.66
Bolivia	73,238	0.86	116,639	1.30	153,206	1.55	162,161	1.74	171,543	1.51	196,883	1.24	207,763	1.35	228,399	1.37
Brasil	492,135	5.77	473,795	5.29	451,467	4.55	424,151	4.56	616,675	5.42	1,063,904	6.69	946,751	6.15	974,442	5.84
Colombia	80,331	0.94	54,798	0.61	75,209	0.76	71,722	0.77	116,735	1.03	188,418	1.18	194,057	1.26	225,995	1.36
Ecuador	41,581	0.49	57,896	0.65	64,223	0.65	54,563	0.59	82,767	0.73	124,204	0.78	143,838	0.93	156,093	0.94
Guyana	67	0.00	66	0.00	32	0.00	96	0.00	225	0.00	328	0.00	83	0.00	157	0.00
Paraguay	23,982	0.28	37,709	0.42	41,365	0.42	48,242	0.52	57,454	0.51	75,942	0.48	66,329	0.43	63,837	0.38
Perú	74,336	0.87	145,913	1.63	172,995	1.75	206,139	2.21	328,238	2.89	432,3	2.72	324,909	2.11	343,379	2.06
Suriname	.	.	19	0.00	20	0.00	45	0.00	.	.	19	0.00	61	0.00	706	0.00
Uruguay	27	0.32	27,034	0.30	35,08	0.35	44,297	0.48	52,789	0.46	56,303	0.35	57,683	0.37	62,98	0.38
Venezuela	35,559	0.42	54,72	0.61	74,698	0.75	73,932	0.79	72,683	0.64	135,107	0.85	140,99	0.92	156,666	0.94
Otros Países	7,560,580	88.72	7,736,763	86.34	8,388,981	84.63	7,634,203	82.02	9,233,674	81.22	13,043,435	82.03	12,624,245	81.94	13,687,304	82.07
TOTAL	8,521,877	100.00	8,960,983	100.00	9,913,057	100.00	9,307,988	100.00	11,368,361	100.00	15,900,900	100.00	15,406,556	100.00	16,677,891	100.00

Destino	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%												
Argentina	734,501	4.95	726,26	4.65	638,95	3.51	618,675	3.30	232,822	1.34	311,085	1.55	448,388	1.45
Bolivia	247,013	1.66	190,308	1.22	163,93	0.90	165,111	0.88	138,94	0.80	136,712	0.68	139,075	0.45
Brasil	828,042	5.58	701,362	4.49	969,385	5.32	909,586	4.85	694,204	3.98	854,517	4.26	1,402,616	4.54
Colombia	210,332	1.42	205,77	1.32	236,319	1.30	286,501	1.53	274,54	1.58	287,859	1.43	308,908	1.00
Ecuador	194,334	1.31	109,552	0.70	158,64	0.87	260,93	1.39	251,088	1.44	291,795	1.45	322,674	1.04
Guyana	315	0.00	357	0.00	186	0.00	281	0.00	340	0.00	467	0.00	413	0.00
Paraguay	60,132	0.41	47,527	0.30	47,226	0.26	53,279	0.28	24,316	0.14	23,725	0.12	33,502	0.11
Perú	362,096	2.44	356,566	2.28	439,335	2.41	586,67	3.13	466,234	2.68	421,064	2.10	526,194	1.70
Suriname	497	0.00	254	0.00	469	0.00	207	0.00	230	0.00	462	0.00	999	0.00
Uruguay	56,238	0.38	56,923	0.36	61,561	0.34	74,861	0.40	40,904	0.23	38,531	0.19	66,914	0.22
Venezuela	176,772	1.19	195,19	1.25	228,356	1.25	306,796	1.64	206,743	1.19	139,187	0.69	272,667	0.88
Otros Países	11,971,028	80.66	13,028,855	83.42	15,269,885	83.83	15,482,160	82.59	15,092,272	86.62	17,570,900	87.52	27,372,055	88.60
TOTAL	14,841,300	100.00	15,618,924	100.00	18,214,242	100.00	18,745,057	100.00	17,422,633	100.00	20,076,304	100.00	30,894,405	100.00

Colômbia: Exportações segundo destino selecionado (mil dólares)

Destino	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%								
Argentina	27,304	0.40	35,452	0.49	85,816	1.24	61,429	0.86	67,982	0.80	60,941	0.60	51,508	0.48	90,213	0.78
Bolivia	5,224	0.08	9,156	0.13	15,757	0.23	16,861	0.24	22,616	0.26	25,256	0.25	29,895	0.28	45,888	0.40
Brasil	30,027	0.44	53,381	0.73	56,606	0.82	59,518	0.84	59,282	0.69	104,426	1.02	119,1	1.12	131,499	1.14
Chile	164,036	2.42	180,619	2.48	103,701	1.50	94,074	1.32	117,404	1.38	138,547	1.36	182,383	1.71	194,235	1.68
Ecuador	74,546	1.10	126,879	1.75	152,564	2.21	216,363	3.04	324,92	3.81	427,778	4.19	425,189	3.99	541,297	4.69
Guyana	20	0.00	27	0.00	33	0.00	11	0.00	55	0.00	1,418	0.01	4,138	0.04	1,287	0.01
Paraguay	300	0.00	622	0.01	600	0.01	2,214	0.03	1,412	0.02	3,39	0.03	4,372	0.04	3,905	0.03
Perú	89,329	1.32	212,595	2.92	246,742	3.57	209,289	2.94	240,908	2.82	566,834	5.56	612,607	5.75	543,133	4.70
Suriname	2,079	0.03	1,349	0.02	891	0.01	903	0.01	1,969	0.02	2,656	0.03	4,081	0.04	4,371	0.04
Uruguay	16,551	0.24	4,979	0.07	2,463	0.04	1,769	0.02	3,464	0.04	8,724	0.09	5,271	0.05	5,495	0.05
Venezuela	203,668	3.01	429,759	5.91	580,41	8.40	696,107	9.77	545,05	6.38	967,001	9.48	779,447	7.32	989,781	8.57
Otros Países	6,151,873	90.94	6,213,698	85.49	5,663,279	81.97	5,764,733	80.93	7,152,301	83.78	7,894,000	77.38	8,429,340	79.17	8,997,727	77.91
TOTAL	6,764,957	100.00	7,268,516	100.00	6,908,862	100.00	7,123,271	100.00	8,537,363	100.00	10,200,971	100.00	10,647,331	100.00	11,548,831	100.00

Destino	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%												
Argentina	85,986	0.79	50,233	0.43	56,192	0.43	37,096	0.30	13,099	0.11	18,896	0.14	36,338	0.22
Bolivia	46,43	0.43	39,618	0.34	38,602	0.29	41,76	0.34	36,933	0.31	36,419	0.28	59,586	0.36
Brasil	101,591	0.93	166,892	1.44	283,085	2.16	166,709	1.36	107,825	0.91	92,845	0.71	141,177	0.84
Chile	159,26	1.47	152,373	1.31	191,225	1.46	167,998	1.37	171,509	1.44	188,192	1.44	254,329	1.52
Ecuador	581,531	5.35	330,203	2.84	461,597	3.52	699,928	5.69	811,546	6.82	778,944	5.95	1,010,651	6.04
Guyana	1,584	0.01	1,178	0.01	2,39	0.02	2,54	0.02	2,882	0.02	3,229	0.02	3,782	0.02
Paraguay	5,391	0.05	2,974	0.03	2,969	0.02	4,695	0.04	1,148	0.01	1,393	0.01	2,138	0.01
Perú	370,118	3.41	357,929	3.08	371,54	2.83	277,456	2.26	347,314	2.92	395,327	3.02	544,243	3.25
Suriname	4,308	0.04	2,969	0.03	3,306	0.03	3,002	0.02	3,698	0.03	5,22	0.04	5,612	0.03
Uruguay	8,073	0.07	8,086	0.07	9,237	0.07	10,41	0.08	5,386	0.05	4,355	0.03	5,568	0.03
Venezuela	1,145,596	10.54	923,25	7.95	1,297,783	9.90	1,737,386	14.12	1,122,128	9.43	694,452	5.30	1,623,030	9.70
Otros Países	8,355,555	76.90	9,581,153	82.48	10,396,808	79.28	9,152,203	74.40	9,273,687	77.95	10,872,495	83.05	13,042,612	77.96
TOTAL	10,865,423	100.00	11,616,858	100.00	13,114,734	100.00	12,301,183	100.00	11,897,155	100.00	13,091,767	100.00	16,729,066	100.00

Equador: Exportações segundo destino selecionado (mil dólares)

Destino	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%														
Argentina	9,686	0.36	15,12	0.53	30,468	1.00	53,384	1.77	71,526	1.86	89,909	2.06	84,108	1.72	76,441	1.45
Bolivia	405	0.01	612	0.02	1,013	0.03	1,502	0.05	2,509	0.07	3,769	0.09	4,572	0.09	5,606	0.11
Brasil	6,381	0.24	7,811	0.27	12,82	0.42	21,026	0.70	7,512	0.20	54,048	1.24	43,865	0.90	26,148	0.50
Chile	77,606	2.86	104,502	3.66	151,687	4.99	116,312	3.85	166,495	4.33	194,384	4.46	220,531	4.51	238,584	4.53
Colombia	32,227	1.19	31,915	1.12	60,906	2.00	141,359	4.68	225,985	5.88	251,89	5.78	300,48	6.15	355,453	6.75
Guyana	4	0.00	.	.	96	0.00	81	0.00	15	0.00	.	.	2	0.00	.	.
Paraguay	295	0.01	345	0.01	447	0.01	888	0.03	1,547	0.04	1,595	0.04	1,539	0.03	1,283	0.02
Perú	138,352	5.10	164,084	5.75	100,762	3.31	130,336	4.32	156,814	4.08	69,236	1.59	53,273	1.09	223,662	4.25
Suriname	109	0.00	188	0.01	.	.	455	0.02	3	0.00	.	.	3	0.00	.	.
Uruguay	136	0.01	226	0.01	252	0.01	232	0.01	522	0.01	8,356	0.19	16,245	0.33	8,714	0.17
Venezuela	17,537	0.65	7,099	0.25	13,296	0.44	9,714	0.32	8,008	0.21	34,101	0.78	72,435	1.48	51,448	0.98
Otros Países	2,431,663	89.58	2,519,477	88.36	2,670,505	87.78	2,544,589	84.26	3,202,322	83.32	3,654,108	83.78	4,092,641	83.70	4,276,972	81.24
TOTAL	2,714,401	100.00	2,851,379	100.00	3,042,252	100.00	3,019,878	100.00	3,843,258	100.00	4,361,396	100.00	4,889,694	100.00	5,264,311	100.00

Destino	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%												
Argentina	76,578	1.82	75,25	1.69	94,004	1.91	70,856	1.52	15,263	0.30	35,405	0.57	34,575	0.45
Bolivia	6,967	0.17	6,644	0.15	6,986	0.14	5,456	0.12	4,919	0.10	5,549	0.09	7,546	0.10
Brasil	33,439	0.80	16,198	0.36	18,824	0.38	15,096	0.32	14,743	0.29	20,581	0.33	74,845	0.97
Chile	139,837	3.33	195,102	4.38	223,565	4.54	90,854	1.95	74,435	1.48	75,706	1.22	125,803	1.62
Colombia	282,567	6.72	227,237	5.11	267,946	5.44	323,962	6.97	362,5	7.19	375,578	6.04	334,839	4.32
Guyana	28	0.00	23	0.00	25	0.00	25	0.00	7	0.00
Paraguay	1,394	0.03	1,308	0.03	922	0.02	578	0.01	3,715	0.07	449	0.01	1,2	0.02
Perú	199,127	4.74	180,146	4.05	293,823	5.96	341,393	7.35	374,489	7.43	642,467	10.32	605,769	7.81
Suriname	.	.	108	0.00	12	0.00	44	0.00	.	.	95	0.00	40	0.00
Uruguay	31,142	0.74	6,038	0.14	5,313	0.11	5,33	0.11	1,203	0.02	1,126	0.02	1,209	0.02
Venezuela	59,292	1.41	66,445	1.49	117,899	2.39	165,58	3.56	64,745	1.28	59,283	0.95	126,338	1.63
Otros Países	3,372,626	80.24	3,676,468	82.60	3,897,205	79.11	3,628,179	78.07	4,125,350	81.83	5,006,279	80.45	6,440,576	83.07
TOTAL	4,202,997	100.00	4,450,967	100.00	4,926,499	100.00	4,647,328	100.00	5,041,387	100.00	6,222,543	100.00	7,752,747	100.00

Paraguay: Exportaciones segundo destino seleccionado (mil dólares)

Destino	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%										
Argentina	55,482	5.79	45,036	6.11	64,149	9.77	64,944	8.95	90,702	11.10	83,274	9.06	95,435	9.15	103,597	9.08
Bolivia	4,195	0.44	2,196	0.30	1,511	0.23	2,884	0.40	3,124	0.38	3,64	0.40	3,422	0.33	4,864	0.43
Brasil	312,302	32.58	203,048	27.55	171,453	26.11	215,131	29.66	323,707	39.63	410,83	44.69	520,73	49.93	457,62	40.11
Chile	29,966	3.13	47,634	6.46	47,378	7.22	42,249	5.83	32,79	4.01	31,049	3.38	24,783	2.38	34,265	3.00
Colombia	1,153	0.12	566	0.08	1,251	0.19	983	0.14	785	0.10	6,928	0.75	357	0.03	756	0.07
Ecuador	21	0.00	170	0.02	1,095	0.17	464	0.06	471	0.06	967	0.11	669	0.06	477	0.04
Guyana
Perú	3,784	0.39	4,019	0.55	4,828	0.74	5,18	0.71	496	0.06	3,183	0.35	11,427	1.10	6,844	0.60
Suriname
Uruguay	11,555	1.21	11,318	1.54	10,808	1.65	7,212	0.99	10,444	1.28	33,95	3.69	43,533	4.17	23,761	2.08
Venezuela	6,074	0.63	11,583	1.57	8,302	1.26	394	0.05	2,187	0.27	21,571	2.35	14,745	1.41	11,079	0.97
Otros Países	534,174	55.72	411,481	55.83	345,797	52.67	385,798	53.20	352,135	43.11	323,942	35.24	327,906	31.44	497,774	43.62
TOTAL	958,706	100.00	737,051	100.00	656,571	100.00	725,239	100.00	816,841	100.00	919,334	100.00	1,043,007	100.00	1,141,037	100.00

Destino	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Argentina	152,745	15.06	53,285	7.19	93,586	10.75	60,834	6.14	34,728	3.65	66,354	5.34	101,816	6.26
Bolivia	4,904	0.48	12,164	1.64	19,211	2.21	27,191	2.75	16,185	1.70	21,394	1.72	22,426	1.38
Brasil	349,319	34.45	234,968	31.72	336,567	38.64	277,891	28.06	352,974	37.13	424,87	34.22	312,467	19.22
Chile	40,033	3.95	23,115	3.12	49,902	5.73	61,463	6.21	49,131	5.17	12,614	1.02	29,539	1.82
Colombia	2,866	0.28	231	0.03	2,107	0.24	10,499	1.06	3,02	0.32	1,363	0.11	1,524	0.09
Ecuador	345	0.03	358	0.05	536	0.06	1,485	0.15	2,592	0.27	2,282	0.18	7,086	0.44
Guyana	.	.	9	0.00	437	0.03
Perú	9,155	0.90	3,789	0.51	12,2	1.40	15,617	1.58	17,926	1.89	17,901	1.44	19,809	1.22
Suriname	11	0.00	.	.
Uruguay	28,719	2.83	19,224	2.60	122,983	14.12	180,017	18.18	165,054	17.36	243,116	19.58	451,188	27.76
Venezuela	8,466	0.83	2,453	0.33	9,718	1.12	7,351	0.74	9,687	1.02	6,485	0.52	9,207	0.57
Otros Países	417,576	41.18	391,188	52.81	224,118	25.73	347,848	35.13	299,303	31.49	445,075	35.85	670,089	41.22
TOTAL	1,014,128	100.00	740,784	100.00	870,928	100.00	990,196	100.00	950,6	100.00	1,241,465	100.00	1,625,588	100.00

Peru: Exportações segundo destino selecionado (mil dólares)

Destino	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%														
Argentina	11,592	0.35	33,032	1.03	29,945	0.89	19,034	0.57	22,639	0.52	30,828	0.57	37,73	0.65	48,317	0.71
Bolivia	34,322	1.04	21,529	0.67	43,115	1.28	62,756	1.88	78,032	1.78	76,931	1.41	101,246	1.74	111,295	1.65
Brasil	105,792	3.19	109,028	3.39	157,9	4.70	124,248	3.72	180,851	4.12	199,872	3.67	239,259	4.10	256,088	3.79
Chile	56,779	1.71	71,892	2.23	70,121	2.09	72,588	2.17	86,184	1.96	152,111	2.80	123,194	2.11	132,263	1.96
Colombia	94,097	2.84	103,977	3.23	88,388	2.63	87,112	2.61	99,484	2.27	118,235	2.17	120,313	2.06	154,575	2.29
Ecuador	28,053	0.85	44,592	1.39	47,538	1.42	43,347	1.30	60,571	1.38	46,807	0.86	70,308	1.20	111,24	1.65
Guyana	.	.	6	0.00	117	0.00	41	0.00	.	.
Paraguay	396	0.01	723	0.02	1,986	0.06	3,326	0.10	1,477	0.03	1,244	0.02	1,478	0.03	1,592	0.02
Suriname	.	.	21	0.00	5	0.00	1	0.00	57	0.00	34	0.00	79	0.00	161	0.00
Uruguay	2,816	0.09	2,331	0.07	3,235	0.10	2,36	0.07	3,232	0.07	3,171	0.06	5,103	0.09	4,911	0.07
Venezuela	57,554	1.74	82,468	2.56	96,617	2.88	75,858	2.27	83,988	1.91	163,159	3.00	125,66	2.15	138,55	2.05
Otros Países	2,921,233	88.18	2,748,430	85.41	2,820,363	83.96	2,852,506	85.32	3,772,168	85.95	4,646,954	85.43	5,010,326	85.87	5,800,116	85.81
TOTAL	3,312,634	100.00	3,218,029	100.00	3,359,213	100.00	3,343,136	100.00	4,388,683	100.00	5,439,463	100.00	5,834,737	100.00	6,759,108	100.00

Destino	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%	Valor	%										
Argentina	28,437	0.50	29,384	0.50	26,451	0.39	20,473	0.30	13,194	0.18	19,172	0.22	36,311	0.30
Bolivia	115,518	2.04	99,896	1.68	95,423	1.39	97,652	1.43	90,277	1.21	99,255	1.13	130,706	1.08
Brasil	180,313	3.18	172,796	2.91	221,346	3.22	227,045	3.33	193,511	2.58	231,24	2.64	355,999	2.95
Chile	138,465	2.44	173,258	2.92	262,714	3.83	281,92	4.13	251,348	3.36	416,021	4.76	621,494	5.14
Colombia	143,375	2.53	103,925	1.75	144,356	2.10	150,375	2.20	156,709	2.09	187,188	2.14	256,244	2.12
Ecuador	106,398	1.88	50,202	0.85	97,24	1.42	120,358	1.76	135,39	1.81	154,29	1.76	204,541	1.69
Guyana	20	0.00	41	0.00	161	0.00	932	0.01	1,012	0.01	1,355	0.02	1,734	0.01
Paraguay	1,479	0.03	1,391	0.02	671	0.01	812	0.01	450	0.01	322	0.00	581	0.00
Suriname	210	0.00	202	0.00	146	0.00	67	0.00	109	0.00	268	0.00	382	0.00
Uruguay	4,7	0.08	4,314	0.07	4,3	0.06	4,275	0.06	4,972	0.07	8,636	0.10	8,911	0.07
Venezuela	108,011	1.90	92,235	1.55	110,916	1.62	145,186	2.13	113,9	1.52	108,593	1.24	195,496	1.62
Otros Países	4,844,552	85.42	5,204,012	87.73	5,901,913	85.96	5,776,064	84.63	6,529,146	87.17	7,522,545	85.98	10,270,597	85.00
TOTAL	5,671,478	100.00	5,931,656	100.00	6,865,637	100.00	6,825,159	100.00	7,490,018	100.00	8,748,885	100.00	12,082,996	100.00

Uruguay: Exportaciones segundo destino seleccionado (mil dólares)

Destino	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%														
Argentina	82,199	4.81	163,101	10.36	249,708	15.41	279,077	17.37	382,35	19.97	267,098	12.68	271,542	11.33	354,299	12.98
Bolivia	1,828	0.11	2,974	0.19	3,076	0.19	1,992	0.12	1,94	0.10	2,093	0.10	2,274	0.09	2,642	0.10
Brasil	506,287	29.63	384,009	24.40	284,334	17.55	366,179	22.79	493,474	25.78	700,078	33.24	831,003	34.66	940,168	34.44
Chile	16,614	0.97	22,218	1.41	49,752	3.07	52,274	3.25	41,347	2.16	39,88	1.89	42,75	1.78	56,739	2.08
Colombia	12,362	0.72	7,93	0.50	8,365	0.52	14,866	0.93	12,478	0.65	18,299	0.87	15,148	0.63	15,806	0.58
Ecuador	908	0.05	1,363	0.09	1,506	0.09	1,718	0.11	1,522	0.08	1,292	0.06	971	0.04	5,7	0.21
Guyana	40	0.00	.	.
Paraguay	6,484	0.38	10,37	0.66	10,286	0.63	16,122	1.00	24,134	1.26	24,915	1.18	49,552	2.07	60,679	2.22
Perú	8,618	0.50	8,606	0.55	17,613	1.09	37,128	2.31	22,519	1.18	36,83	1.75	34,447	1.44	31,943	1.17
Suriname	67	0.00	40	0.00	118	0.01	55	0.00	78	0.00	170	0.01	245	0.01	326	0.01
Venezuela	1,67	0.10	5,059	0.32	5,274	0.33	3,725	0.23	2,324	0.12	10,967	0.52	12,958	0.54	15,142	0.55
Otros Países	1,071,390	62.71	968,211	61.52	990,205	61.11	833,479	51.88	932,346	48.70	1,004,584	47.70	1,136,480	47.40	1,246,102	45.65
TOTAL	1,708,427	100.00	1,573,881	100.00	1,620,237	100.00	1,606,615	100.00	1,914,512	100.00	2,106,206	100.00	2,397,410	100.00	2,729,546	100.00

Destino	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%												
Argentina	513,564	18.54	368,683	16.48	410,721	17.86	316,355	15.38	113,332	6.09	155,174	7.03	222,73	7.63
Bolivia	3,671	0.13	2,591	0.12	2,334	0.10	2,625	0.13	2,027	0.11	2,445	0.11	3,168	0.11
Brasil	935,068	33.76	556,833	24.89	530,669	23.08	440,697	21.42	431,782	23.20	470,814	21.34	482,815	16.55
Chile	73,436	2.65	46,501	2.08	55,961	2.43	44,412	2.16	52,959	2.85	71,431	3.24	60,819	2.08
Colombia	13,442	0.49	7,885	0.35	9,226	0.40	21,664	1.05	13,689	0.74	12,981	0.59	13,252	0.45
Ecuador	15,915	0.57	11,842	0.53	1,459	0.06	1,559	0.08	2,743	0.15	2,121	0.10	1,377	0.05
Guyana	32	0.00
Paraguay	83,849	3.03	81,134	3.63	82,483	3.59	82,804	4.02	61,684	3.31	47,799	2.17	58,501	2.00
Perú	32,963	1.19	17,52	0.78	17,509	0.76	16,898	0.82	11,405	0.61	8,924	0.40	24,444	0.84
Suriname	445	0.02	80	0.00	230	0.01	5	0.00	125	0.01	797	0.04	1,259	0.04
Venezuela	27,717	1.00	27,989	1.25	15,183	0.66	22,412	1.09	11,177	0.60	5,698	0.26	32,314	1.11
Otros Países	1,069,558	38.62	1,115,965	49.89	1,173,637	51.04	1,108,108	53.86	1,160,025	62.34	1,427,655	64.72	2,017,441	69.13
TOTAL	2,769,628	100.00	2,237,023	100.00	2,299,444	100.00	2,057,539	100.00	1,860,948	100.00	2,205,839	100.00	2,918,120	100.00

Venezuela: Exportações segundo destino selecionado (mil dólares)

Destino	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Valor	%														
Argentina	29,182	0.17	59,581	0.40	22,333	0.16	31,198	0.21	35,431	0.21	35,965	0.19	63,873	0.28	40,268	0.18
Bolivia	568	0.00	630	0.00	1,446	0.01	1,484	0.01	2,134	0.01	8,76	0.05	3,913	0.02	5,819	0.03
Brasil	304,062	1.78	340,111	2.30	261,225	1.86	376,988	2.48	574,606	3.39	1,683,901	8.90	747,474	3.26	969,317	4.26
Chile	138,689	0.81	146,589	0.99	116,219	0.83	128,389	0.84	107,933	0.64	138,731	0.73	206,034	0.90	160,766	0.71
Colombia	363,587	2.12	307,782	2.08	497,587	3.55	910,06	5.98	1,432,076	8.45	1,423,249	7.52	1,249,550	5.46	1,339,910	5.90
Ecuador	28,829	0.17	45,53	0.31	47,684	0.34	44,451	0.29	156,36	0.92	215,209	1.14	179,739	0.78	300,329	1.32
Guyana	2,196	0.01	5,483	0.04	13,544	0.10	8,791	0.06	9,975	0.06	7,7	0.04	12,067	0.05	8,046	0.04
Paraguay	932	0.01	1,763	0.01	3,497	0.02	7,15	0.05	1,09	0.01	1,21	0.01	2,141	0.01	5,016	0.02
Perú	36,319	0.21	89,953	0.61	119,1	0.85	89,401	0.59	102,006	0.60	239,412	1.27	309,937	1.35	464,415	2.04
Suriname	2,283	0.01	2,767	0.02	206,021	1.47	249,427	1.64	888,243	5.24	388,973	2.06	86,439	0.38	5,438	0.02
Uruguay	4,799	0.03	28,65	0.19	21,773	0.16	9,527	0.06	7,84	0.05	16,908	0.09	30,964	0.14	90,78	0.40
Otros Países	16,205,390	94.68	13,747,736	93.04	12,696,675	90.64	13,351,016	87.79	13,632,831	80.43	14,754,035	78.01	20,008,320	87.37	19,339,138	85.08
TOTAL	17,116,836	100.00	14,776,575	100.00	14,007,104	100.00	15,207,882	100.00	16,950,525	100.00	18,914,053	100.00	22,900,451	100.00	22,729,242	100.00

Destino	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	%												
Argentina	54,33	0.32	62,553	0.31	23,262	0.08	22,358	0.09	12,523	0.05	11,745	0.05	207,168	0.62
Bolivia	5,077	0.03	1,522	0.01	2,945	0.01	2,042	0.01	3,624	0.02	4,161	0.02	4,343	0.01
Brasil	660,988	3.92	818,23	4.08	1,129,071	3.65	674,943	2.67	588,439	2.45	259,616	1.04	164,681	0.49
Chile	191,761	1.14	160,712	0.80	149,338	0.48	107,465	0.42	122,226	0.51	70,997	0.28	104,141	0.31
Colombia	1,432,450	8.50	788,753	3.93	853,48	2.76	730,743	2.89	796,365	3.32	650,783	2.61	1,041,981	3.10
Ecuador	221,185	1.31	144,469	0.72	200,117	0.65	211,573	0.84	332,146	1.38	198,451	0.79	380,64	1.13
Guyana	12,063	0.07	8,156	0.04	6,031	0.02	8,107	0.03	6,212	0.03	5,164	0.02	9,915	0.03
Paraguay	4,804	0.03	757	0.00	2,471	0.01	2,849	0.01	3,713	0.02	4,668	0.02	1,589	0.00
Perú	298,904	1.77	285,565	1.42	532,193	1.72	295,725	1.17	203,639	0.85	237,703	0.95	553,686	1.65
Suriname	6,153	0.04	1,516	0.01	1,886	0.01	1,22	0.00	1,265	0.01	1,137	0.00	1,864	0.01
Uruguay	17,436	0.10	73,953	0.37	150,734	0.49	161,581	0.64	67,652	0.28	1,21	0.00	1,93	0.01
Otros Países	13,951,850	82.77	17,729,942	88.31	27,896,433	90.14	23,085,541	91.23	21,849,137	91.09	23,528,349	94.21	31,153,712	92.65
TOTAL	16,857,001	100.00	20,076,128	100.00	30,947,961	100.00	25,304,147	100.00	23,986,941	100.00	24,973,984	100.00	33,625,650	100.00